

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

**DANIELA TEZZA CANEVER**

**RELAÇÕES DE TRABALHO E DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DE TABACO NO  
MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC**

**CRICIÚMA  
2021**

**DANIELA TEZZA CANEVER**

**RELAÇÕES DE TRABALHO E DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DE TABACO NO  
MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giovana Ilka Jacinto Salvaro.

Coorientador: Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam

**CRICIÚMA**

**2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C221r Canever, Daniela Tezza.

Relações de trabalho e de gênero na produção de tabaco no município de Orleans/SC / Daniela Tezza Canever. - 2024.

118 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2024.

Orientação: Giovana Ilka Jacinto Salvaro.

Coorientação: Dimas de Oliveira Estevam.

1. Agricultura familiar - Orleans (SC). 2. Divisão do trabalho por sexo. 3. Papel sexual. 4. Desenvolvimento rural. 5. Relação de trabalho. 6. Fumo - Cultivo - Orleans (SC). I. Título.

CDD 23. ed. 338.1098164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101  
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

**DANIELA TEZZA CANEVER**

**RELAÇÕES DE TRABALHO E DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DE TABACO NO  
MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 16 de julho de 2021.

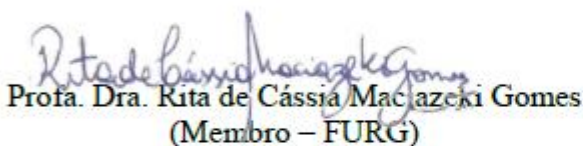
**BANCA EXAMINADORA**



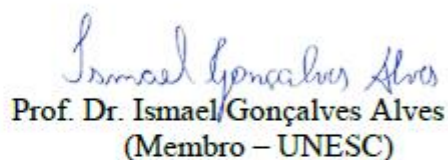
**Profa. Dra. Giovana Ilka Jacinto Salvaro**  
(Orientadora - UNESC)



**Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam**  
(Coorientador - UNESC)



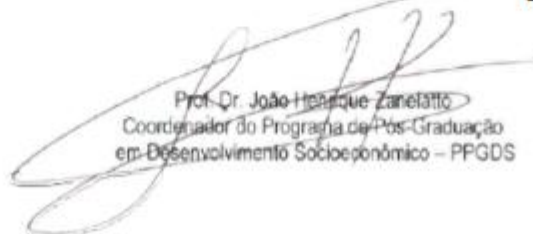
**Profa. Dra. Rita de Cássia Maciazeki Gomes**  
(Membro – FURG)



**Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves**  
(Membro – UNESC)



**Daniela Tezza Canever**  
Mestranda



**Prof. Dr. João Henrique Zanelatto**  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDS

A Antonio Canever (in memória), meu avô e agricultor familiar.

## **AGRADECIMENTOS**

Neste momento em que finalizo mais um ciclo de minha trajetória acadêmica, alguns agradecimentos se fazem necessários.

À Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), por meio do Programa em Desenvolvimento Socioeconômico (PPDGS), e todos/as os/às professores/as com os quais tive a honra de conviver em sala de aula. Cada um/a de vocês deixa um pouco de si em minha história, em minha existência.

Aos/Às agricultores/as familiares produtores/as de Orleans, participantes desta pesquisa. Obrigada pela oportunidade de ouvi-los/as, mesmo nesse momento tão complexo de pandemia pelo qual passamos. Obrigada pela confiança e disponibilidade.

À minha orientadora, professora Doutora Giovana Ilka Jacinto Salvaro. Professora e mulher brilhante que tive a oportunidade de conhecer ainda no decorrer da minha graduação em psicologia, no ano de 2007, no Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE) e se tornou para mim referência em pesquisa, ética e profissionalismo. Gratidão por sua generosidade, paciência, carinho e tantos ensinamentos. Obrigada por fazer parte da minha trajetória e por ser a mulher genial que és.

Ao meu coorientador, professor Doutor Dimas de Oliveira Estevam, pelas importantes contribuições no decorrer da pesquisa.

À professora Doutora Rita de Cássia Maciazeki Gomes e ao professor Doutor Ismael Gonçalves Alves, participantes da banca de qualificação e defesa, pelo aceite e contribuições na construção dessa pesquisa.

À estimada Fabia Alberton Galvani, que me acompanhou em momentos difíceis e, com sua inteligência e acolhimento, sempre trouxe palavras cirúrgicas para que eu pudesse retomar/continuar.

À professora Doutora Edla Maria Silveira da Luz, parte essencial da minha trajetória acadêmica.

À minha mãe, Regina Vitória Tezza Canever, agricultora familiar, pela vida. Por todo amor, trabalho e cuidado, que me possibilitaram chegar ao Programa de Mestrado.

Ao meu estimado avô, Antonio Canever (in memória), agricultor familiar, que com otimismo e perseverança nunca deixou de lutar.

À minha avó Ilva Maria Bussolo Canever, agricultora familiar por seu amor e trabalho.

A todas as mulheres, que lutaram antes de mim, para que eu pudesse ser quem sou hoje.

“Querer ser livre é também querer livres os outros.”

Simone de Beauvoir.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar como são produzidas as relações de trabalho e de gênero entre agricultores/as familiares produtores/as de tabaco do município de Orleans/SC. A pesquisa desenvolvida foi qualitativa e de natureza interdisciplinar pela articulação de diferentes áreas do conhecimento. Para o alcance do objetivo, foram realizadas pesquisas documentais no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), entre outros e entrevistas com 20 produtores/as de tabaco do município de Orleans/SC. Com a pesquisa, verificou-se que a produção de tabaco é representativa na agricultura familiar do município de Orleans/SC. No que se refere a relações de trabalho e de gênero, o estudo revelou que as mulheres realizam atividades não mecanizadas do ciclo produtivo, acumulam o trabalho doméstico e de cuidados; os homens realizam atividades mecanizadas (com trator e implementos agrícolas), relacionadas ao gerenciamento, cursos e comercialização da produção. O processo estudado demonstra a importância de promover e manter políticas públicas voltadas ao meio rural, que possam romper com as situações de desigualdade de gênero e de divisão sexual do trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho. Gênero. Divisão sexual do trabalho. Agricultura familiar. Produção de tabaco.

## **ABSTRACT**

The present research had as general objective to analyze how the work and gender relations are produced among farmers/family tobacco producers in the city of Orleans/SC. The research developed was qualitative and of an interdisciplinary nature, through the articulation of different areas of knowledge. To achieve the objective, documentary research was carried out at the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Agricultural Research and Rural Extension Company of Santa Catarina (EPAGRI), among others, and interviews with 20 tobacco growers in the municipality of Orleans /SC. With the research, it was found that tobacco production is representative in family farming in the city of Orleans/SC. With regard to work and gender relations, the study revealed that women carry out non-mechanized activities of the production cycle, accumulate domestic and care work; the men carry out mechanized activities (with tractor and agricultural implements), related to the management, courses and commercialization of the production. The studied process demonstrates the importance of promoting and maintaining public policies aimed at the rural environment, which can break with situations of gender inequality and the sexual division of labor.

**Keywords:** Work. Gender. Sexual division of work. Family farming. Tobacco production.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 5 - Mapa do município de Orleans - SC .....	57
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Apresentação dos/as participantes da pesquisa. ....	78
Quadro 2 - Caracterização da produção agropecuária comercializada.....	81
Quadro 3 – Caracterização da produção agropecuária para o consumo da família..	82

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -Taxa de escolarização de 6 a 14 anos - municípios da AMREC (2010) ...	62
Tabela 2 – Notas do IDEB - Anos iniciais e finais do ensino fundamental (Rede Pública) - Municípios da AMREC (2017) .....	63
Tabela 3 - IDHM dos municípios da AMREC (2010) .....	64
Tabela 4 - IDHM do município de Orleans (1991-2010).....	64
Tabela 5- Estabelecimentos de Saúde SUS nos municípios da AMREC (2009) .....	65
Tabela 6 - PIB per capita (2018) dos municípios da AMREC (2018) .....	66
Tabela 7 - Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2018) – Municípios da AMREC. ....	67
Tabela 8 - Salário médio mensal em Orleans/SC (2007-2018).....	67
Tabela 9 – Número de empregos formais por grandes setores (2019) .....	68
Tabela 10 - Classe de idade do produtor (2017) .....	72
Tabela 11 – Escolaridade do produtor em relação ao número de estabelecimentos (2017).....	72
Tabela 12 - Escolaridade dos/as participantes da pesquisa. ....	80

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade - Orleans/SC (2000). .....	60
Gráfico 2 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade - Orleans/SC (2010) .....	61

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
AMREC	Associação dos Municípios da Região Carbonífera
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COVID 19	Corona Virus Disease – Doença do Coronavírus (Ano 2019)
DFVT	Doença da Folha Verde do Tabaco
DLAguda	Dor Lombar Aguda
DLC	Dor Lombar Crônica
DLM	Dor Lombar no último Mês
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e combate à Fome
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisições de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PGPM	Programa de Garantia de Preços Mínimos
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PTC	Programa de Territórios e Cidadania
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RS	Rio Grande do Sul
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica

SIPT Sistema Integrado de Produção de Tabaco  
SUS Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO DE TABACO: FUNDAMENTOS PARA O DEBATE SOBRE RELAÇÕES DE TRABALHO E DE GÊNERO</b> .....	<b>24</b>
2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR .....	24
2.2 PRODUÇÃO DE TABACO NA AGRICULTURA FAMILIAR E RELAÇÕES DE TRABALHO .....	36
2.3 GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DE TABACO .....	47
<b>3 DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO DE TABACO EM ORLEANS/SC</b> .....	<b>57</b>
3.1 MUNICÍPIO DE ORLEANS: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E NOTAS HISTÓRICAS .....	57
3.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS .....	59
3.3 DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR .....	69
<b>4 PRODUÇÃO DE TABACO, RELAÇÕES DE TRABALHO E DE GÊNERO ENTRE AGRICULTORES/AS FAMILIARES DE ORLEANS/SC</b> .....	<b>78</b>
4.1 APRESENTAÇÃO DOS/AS PARTICIPANTES DA PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO .....	78
4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES FAMILIARES: PRODUÇÕES PARA A COMERCIALIZAÇÃO E PARA O CONSUMO FAMILIAR .....	81
4.3 (RE)ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR NA PRODUÇÃO DO TABACO: CICLOS DO PROCESSO PRODUTIVO E DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA .....	83
4.4 HOMENS E MULHERES NA PRODUÇÃO DE TABACO: REVISITANDO ARGUMENTOS QUE JUSTIFICAM A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E DESIGUALDADES DE GÊNERO .....	90

4.5 CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE SAÚDE DOS/AS AGRICULTORES/AS FAMILIARES: DA PENOSIDADE LABORAL E DE UM CICLO QUE NÃO SE CONCLUI AO FINAL DE SAFRA.....	97
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>
<b>APÊNDICE(S).....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>115</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi elaborada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGDS-UNESC), na linha de pesquisa Trabalho e Organizações. Diz respeito a um estudo interdisciplinar, que busca contribuir com a construção do conhecimento acerca das relações de trabalho e de gênero entre agricultores/as familiares produtores/as de tabaco de Orleans/SC, fazendo uma articulação com o desenvolvimento socioeconômico e rural.

Nos campos dos estudos de gênero e do desenvolvimento socioeconômico, a pesquisa buscou problematizar relações de trabalho e de gênero, além de interrogar sobre como ocorre a divisão sexual do trabalho e o desenvolvimento rural, no contexto da agricultura familiar. Quando se pensa no conceito de agricultura familiar, uma das importantes autoras é Maria de Nazareth Baudel Wanderley, que, em seu texto “Raízes históricas do campesinato brasileiro”, traz a seguinte descrição: a agricultura familiar é “[...] entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.” (WANDERLEY, 2009a, p.156).

Para Wanderley (2009a), a agricultura familiar não é uma categoria analítica nova na Sociologia Rural, tampouco uma categoria social recente. No entanto, a sua utilização nos últimos anos, no Brasil, tem apresentado uma renovação. Aparece um personagem diferente na agricultura familiar, o produtor moderno, em substituição ao camponês tradicional. O caráter familiar não é um mero detalhe, ele interfere na estrutura produtiva e gera consequências importantes na forma como ela age econômica e socialmente. Além disso, a agricultura familiar é uma categoria genérica, “pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais.” (WANDERLEY, 2009a, p.157).

No Brasil, o tabaco<sup>1</sup>, geralmente, é cultivado por agricultores/as familiares e, assim sendo, é importante situarmos a produção desta planta no mundo, no Brasil e no estado de Santa Catarina, para podermos depois analisar o município objeto de estudo. Vejamos então o que relata a Síntese Anual da Agricultura de Santa

---

<sup>1</sup> Na dissertação “tabaco” e “fumo” foram utilizados como sinônimo.

Catarina 2017-2018 sobre a produção de fumo: em um panorama mundial, no ano de 2016, a produção chegou a 6.664 mil toneladas, com destaque para a China, responsável por 42,1% do total; no Brasil, a produção representou 10,1% e, no ranking mundial; a Índia produziu 11,4%; a maior produção do período, distribuída entre dez países, representou 79% do total. “O Brasil é o maior exportador de tabaco do mundo desde 1993, sendo responsável por 19,5% do total mundial. Entre os maiores exportadores estão, também, a Índia (9,1%), China (7,2%), Estados Unidos (7,2%), Zimbábwe (6,5%) e Malawi (4,4%).” (EPAGRI, 2019, p.93).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 “Resultados Definitivos”, no Brasil, o fumo – folha seca - teve uma produção de 610.405 toneladas, contando com 106.872 estabelecimentos. O estado de Santa Catarina foi o segundo maior produtor de fumo do Brasil, com 165.608 toneladas, ficando atrás apenas do estado do Rio Grande do Sul com 295.920 toneladas. Santa Catarina, também, ficou em segundo lugar no Brasil no que se refere a estabelecimentos que produzem o fumo, somando um total 23.423, atrás do Rio Grande do Sul, com 51.508. (IBGE, 2017).

O Censo Agropecuário de 2017 “Resultados Definitivos” (IBGE, 2017) apontou que, em Santa Catarina, no que tange os produtores, somaram 501.811 pessoas (pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários) e 183.066 estabelecimentos agropecuários, sendo a área colhida de 75.641 hectares. Quanto ao sexo do produtor, 162.900 (89%) eram do sexo masculino 18.774 (10%) do sexo feminino, com 1% (1.392) que “não se aplica”<sup>2</sup>.

Nesse cenário, o fumo – folha seca – representou, no estado de Santa Catarina, 165.608 toneladas, com 23.423 estabelecimentos. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 “Resultados Definitivos” (IBGE, 2017), o município de Orleans produziu cerca de 3.827 toneladas do produto, distribuídas em um total de 378 estabelecimentos agropecuários e com uma área colhida 1.512 hectares<sup>3</sup>.

Quanto ao número total de estabelecimentos agropecuários, conforme o Censo Agropecuário de 2017 “Resultados Definitivos” (IBGE, 2017), o município de Orleans somou 1.260 estabelecimentos agropecuários e, como visto, destes, 378

---

<sup>2</sup> Disponível em:

<[https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/produtores.html?localidade=42](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html?localidade=42)>. Acesso em: 18 mai. 2020.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/orleans/panorama> >. Acesso em: 18 mai.2020.

estabelecimentos cultivam o fumo, o que corresponde algo em torno de 30% dos estabelecimentos e próximo a 30% da população rural.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o município de Orleans possuía uma população de 21.393 habitantes, sendo a população urbana 16.084 pessoas e a população rural 5.309 pessoas, 2.754 homens e 2.555 mulheres. A população estimada no ano de 2019 é de 22.912 pessoas, segundo o IBGE, Censo 2017 “Resultados Definitivos”.

Já o município de Orleans faz parte da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), que é formada por 12 municípios, sendo eles: Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga. Nesse cenário, conforme o Censo Agropecuário (2017), Orleans foi o segundo maior produtor de tabaco com 3.827,190 toneladas, abaixo apenas de Içara com 3.943,295 toneladas. No ranking estadual, Içara figurou na décima posição em termos de produção de fumo e Orleans ficou em décimo primeiro lugar. Desta forma, considerando a produção de tabaco no município, realizada por uma parcela significativa de agricultores/as familiares, estudos nessa área são importantes.

Silva (1999) já apontava a ausência de estudos sobre a temática, sendo que os poucos trabalhos existentes privilegiavam os trabalhadores rurais assalariados, ficando os/as agricultores/as familiares de fora desse universo de pesquisas. A autora alerta ainda que a construção fantasiosa do rural, “bom de se viver”, faz dele um lugar de poucas pesquisas e com direitos sociais precários. Com direitos sociais precários, a saúde dos/as agricultores/as também pode ser afetada e, como vimos anteriormente, as pesquisas envolvendo agricultura familiar, fumo e saúde são escassos.

Para Maria Ignez Paulilo (2016), uma das estudiosas sobre mulheres rurais e sobre o meio rural brasileiro, o tema é de suma importância tendo em vista inclusive a divisão sexual do trabalho. Desta forma, cabe as mulheres o trabalho doméstico, trazido pelo mito da feminilidade, e ao homem os trabalhos ligados à produção. Importante discutir como esse pensamento se forma e se naturaliza. Também, para as mulheres em contextos rurais, existe uma espécie de modelo de “feminilidade” aliado aos tipos de atividades desempenhadas por elas. Segundo a autora, é

importante analisar como o comportamento de esposas e filhas são influenciados pelas condições de vida que o meio rural proporciona.

Adentrando agora ao conceito de gênero, é importante observar a definição apresentada por Scott (1995):

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p.86).

Além de Scott, Linda Nicholson (2000) é uma autora muito importante nesse cenário de discussão. Em seu texto “Interpretando o gênero”, inicia discorrendo sobre o conceito de gênero e problematiza dois significados diferentes em teorias feministas. No primeiro, “gênero desenvolvido e utilizado em oposição a sexo, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado.” (NICHOLSON, 2000, p.09). Ou seja, nesse primeiro significado, gênero e sexo são diferentes, gênero faz referência à personalidade, ao comportamento e não ao corpo, ao sexo.

Já no segundo significado, Nicholson (2000) apresenta o gênero como referência à construção social, que tem a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos “femininos” de corpos “masculinos”. Segundo a autora, a sociedade não forma só a personalidade e o comportamento, mas também as formas em que o corpo aparece. Assim sendo, “sexo” e “gênero” não são independentes, sexo passa a ser subsumido pelo gênero (NICHOLSON 2000, p. 09-10). Nicholson (2000) assinala que, no discurso feminista, apesar do segundo sentido ter predominado resquícios do primeiro significado sempre aparecem, pois, o “sexo” na teoria feminista é algo que serve para determinar a diferença masculino/feminino, ficando de fora da cultura e da história. É preciso, então, remontar as origens do termo “gênero” para entendermos como isso acontece.

O termo “gênero” se constitui a partir da união de duas ideias: a da base material da identidade e a da construção social do caráter humano. No final dos anos de 1960, conforme Nicholson (2000), quando surgiu a segunda fase do feminismo, a noção dominante na maioria das sociedades industrializadas, foi da

primeira ideia, em que fatores biológicos distinguem masculino/feminino. Porém, a noção da constituição social do caráter humano, fez com que as feministas, do final dos anos 1960, pudessem retirar o poder desse conceito. Com a ampliação do significado do termo “gênero”, nos países de língua inglesa, esse poder foi esvaziado. (NICHOLSON 2000).

Conforme a autora, no final dos anos de 1960 e início dos anos 1970, grande parte das feministas concordaram com a premissa de que existem fenômenos biológicos reais que diferenciam homens e mulheres, que geram essa distinção. A novidade foi que muitas das diferenças associadas a mulheres e homens não eram desse tipo (biológicas) e nem efeitos dessa premissa.

Assim, o conceito de “gênero” foi introduzido para complementar o de “sexo”, não para substituí-lo. Mais do que isso, não só o “gênero” não era visto com substituto de “sexo” como também “sexo” parecia essencial à elaboração do próprio conceito de “gênero”. (NICHOLSON, 2000, p. 11).

Portanto, destaca-se a importância do conceito de gênero, sendo uma das categorias fundamentais da pesquisa. Desta forma, interroga-se como são produzidas relações de trabalho e de gênero entre agricultores/as familiares produtores/as de tabaco do município de Orleans/SC? Como objetivo geral, buscou-se analisar como são produzidas as relações de trabalho e de gênero entre agricultores/as familiares produtores/as de tabaco do município de Orleans/SC.

No que se refere aos objetivos específicos, buscou-se: analisar aspectos do desenvolvimento rural e da agricultura familiar em Orleans, bem como a representatividade da produção de tabaco para o município; apresentar a trajetória dos/as agricultores/as na atividade de produção do tabaco; analisar a organização do trabalho familiar na produção do tabaco, com ênfase nas relações de gênero e na divisão sexual do trabalho; descrever as condições de trabalho e de saúde dos/as agricultores/as familiares envolvidos/as com a produção do tabaco; elaborar uma reflexão, nos campos de estudos de gênero e da divisão sexual do trabalho, sobre as condições de trabalho dos/as agricultores/as produtores/as de tabaco.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de caráter interdisciplinar, que, para Raynaut (2011, p.69), “longe de ser uma doutrina ou ideologia, a interdisciplinaridade se caracteriza por gerar constante dúvida e estar em permanente reconstrução.” Para o autor, ensinar interdisciplinaridade não

significa seguir “receitas” metodológicas; requer a adoção de uma postura intelectual nova, levando em consideração a natureza complexa dos problemas com os quais o cientista moderno se depara. (RAYNAUT, 2011).

Para atender aos objetivos propostos, foi realizada pesquisas documental e de campo. Em relação à pesquisa documental, Gil (2008, p.45) destaca que ela é muito parecida com a pesquisa bibliográfica, porém a diferença essencial entre as duas encontra-se na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica utiliza a contribuição de vários autores sobre determinada temática, a pesquisa documental emprega materiais que ainda não receberam nenhum tipo de tratamento analítico, ou que ainda podem ser analisados de acordo com os objetivos da pesquisa. Na pesquisa documental, foram reunidos materiais de acesso público produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural de Santa Catarina, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Secretaria de Agricultura de Orleans/SC, entre outras instituições.

A pesquisa de campo foi realizada a fim de “[...] conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p.186). Na pesquisa de campo, os/as participantes foram 20 agricultores/as familiares produtores/as de tabaco de Orleans/SC, conforme informações obtidas previamente na esfera da gestão municipal da agricultura, selecionados pelas cinco comunidades com maior produção, sendo entrevistadas duas famílias de cada comunidade. Conforme explica Gil (2011), a constituição da amostra foi por acessibilidade, em que o/a pesquisador/a seleciona os elementos/sujeitos a que tem acesso. Foi realizado contato com os/as produtores/as para os encaminhamentos do convite e aceite de participação. A pesquisa seguiu todos os procedimentos éticos vigentes.

Como procedimento para a obtenção das informações, foi utilizado a entrevista, que seguiu um roteiro semiestruturado, em que o/a entrevistador/a possui maior liberdade e pode explorar de maneira mais abrangente uma questão. As entrevistas foram gravadas em áudio para posterior transcrição, mediante a autorização dos sujeitos pesquisados. As entrevistas foram realizadas nas propriedades rurais de cada família participante e iniciou após os devidos

esclarecimentos sobre o estudo, garantia de confiabilidade e sigilo das informações em relação à identidade de cada um/a, bem como de dados que possam identificar a família. Considerando a situação pandêmica, foram seguidos todos os protocolos de biossegurança em relação à COVID-19 (Corona Virus Disease /Doença do Coronavírus/ano 2019), envolvendo a realização da entrevista em ambiente arejado, uso de máscaras, distanciamento de 1,50 m entre entrevistadora e entrevistado/a, álcool gel, não compartilhamento objetos, tais como canetas, copos, alimentos, aparelhos celulares, entre outros.

Faz-se mister citar a aproximação da pesquisadora com o tema e que a experiência produzida na realização das entrevistas trouxe, em certos momentos, lembranças significativas acerca do trabalho penoso com a produção de tabaco.

A abordagem de análise das entrevistas foi qualitativa, a partir do que propõe González Rey (2002). Para o referido autor, a definição da pesquisa qualitativa “não é uma questão instrumental, nem tampouco uma questão definida pelo tipo de dados que devem ser incluídos, mas que se define essencialmente pelos processos implicados na construção do conhecimento, pela forma de se produzir o conhecimento.” (GONZÁLEZ REY, 2002, p.24). Trata-se, então, de uma epistemologia qualitativa como uma das maneiras de satisfazer as exigências inerentes ao estudo do que é subjetivo singular no sujeito, parte que o constitui, além de abarcar e abordar as diferentes formas em que a sociedade se constitui. (GONZÁLEZ REY, 2002).

A partir da transcrição e leitura de cada entrevista, foram construídos indicadores, conforme ensina de González Rey (2002, p.112), quando designa “indicador” como sendo “aqueles elementos que adquirem significação graças à interpretação do pesquisador, ou seja, sua significação não é acessível de forma direta à experiência, nem aparece em sistemas de correlação.” A partir da organização dos indicadores, foram elaboradas categorias de análise, que representam “uma construção em relação aos indicadores” e a facilitam:

[...] não é uma simples conceituação daqueles, nem se verifica neles, mas ‘dialoga’ com eles uma vez que constitui uma construção teórica que permitirá situá-los no espaço de sentido subjetivo de quem os expressa e que vai permanecer em contato com os mencionados indicadores ao longo do tempo. (GONZÁLEZ REY, 2002, p.121).

Por conseguinte, a elaboração das categorias é um dos momentos mais importantes da pesquisa, “[...] pois, se afirmamos que a pesquisa representa um processo de constante produção de pensamento, este não pode avançar sem os momentos de integração e generalização que representam categorias.” (GONZÁLEZ REY, 2002, p. 119). As categorias elaboradas são apresentadas e analisadas no Capítulo 4 – “Produção de tabaco, relações de trabalho e de gênero entre agricultores/as familiares de Orleans/SC, na seguinte ordem: apresentação dos/as participantes da pesquisa e caracterização das unidades familiares de produção; caracterização das atividades desenvolvidas nas unidades familiares - produções para a comercialização e para o consumo familiar; (re)organização do trabalho familiar na produção do tabaco - ciclos do processo produtivo e dependência tecnológica; homens e mulheres na produção de tabaco - revisitando argumentos que justificam a divisão sexual do trabalho e desigualdades de gênero; condições de trabalho e de saúde dos/as agricultores/as familiares - da penosidade laboral e de um ciclo que não conclui ao final de safra.

Com isso, pelos procedimentos metodológicos utilizados, buscou-se atingir os objetivos da pesquisa e orientar a construção da estrutura de elaboração dos capítulos do trabalho. Além da presente introdução, que tratou da apresentação e contextualização do tema, problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, justificativa e os procedimentos metodológicos, foram elaborados mais três capítulos. O capítulo 2 versa sobre o desenvolvimento rural, agricultura familiar e produção de tabaco, com o intuito de fundamentar o debate sobre relações de trabalho e de gênero. O capítulo 3 aborda o desenvolvimento rural, agricultura familiar e produção de tabaco em Orleans/SC. O capítulo 4 apresenta a análise das informações obtidas por meio das entrevistas, abordando a produção de tabaco, relações de trabalho e de gênero entre agricultores familiares de Orleans/SC, de acordo com as categorias analíticas já descritas.

## **2 DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO DE TABACO: FUNDAMENTOS PARA O DEBATE SOBRE RELAÇÕES DE TRABALHO E DE GÊNERO**

No presente capítulo, discorre-se sobre as principais categorias analíticas do estudo, no âmbito do desenvolvimento rural, da agricultura familiar e da produção de tabaco, fundamentais para o debate sobre relações de trabalho e de gênero.

### **2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR**

Tendo em vista que, segundo Ploeg (2008) os/as camponeses/as já são mais de um bilhão no mundo é de suma importância para o desenvolvimento socioeconômico, em âmbitos globais, regionais e localizais, apresentar alguns conceitos e algumas reflexões sobre o desenvolvimento rural e a agricultura familiar. Cabe salientar que diversos estudiosos buscam se aprofundar na temática do desenvolvimento rural, entre os quais se destacam Jan Douwe Van Der Ploeg (2008), Sergio Schneider (2010) e Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009b). Algumas de suas obras servirão como base para esse capítulo.

Primeiramente, é interessante pensarmos o conceito de campesinato e como este vem se desenvolvendo ao longo da história. Para tanto, Jan Douwe Van Der Ploeg, professor e pesquisador holandês, traz importantes reflexões em sua obra intitulada “Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização”, de 2008. No livro, Ploeg aborda a questão do campesinato e como este tem sido invadido pelo modelo de “empresário agrícola” que vem sendo imposto, modelo este com grau de mercantilização, administração empresarial da unidade agrícola, seguindo a lógica do mercado, centrado na procura e maximização dos lucros. Nesse novo cenário, por um lado, a empresa agrícola é completamente especializada e orientada para as atividades mais lucrativas, por meio de escolhas estratégicas; por outro lado, a visão de que quem não segue essa tendência é “atrasado”. (PLOEG, 2008).

A obra do professor Ploeg (2008) se baseia em três estudos de caso longitudinais, realizados no Peru, na Itália e na Holanda, que abrangem um

período de trinta anos de pesquisas a partir das quais apresenta argumentos originais sobre os processos de desenvolvimento agrários e rurais na Europa e na América Latina.

Para Ploeg (2008), a questão central não está em afirmar que o novo modelo é falso ou não, mas que ele tem se tornado verdadeiro. Os ditos “empresários agrícolas” acreditam que estão numa batalha, em que apenas as maiores e mais equipadas empresas sobreviverão. Durante o período de 1950 a 1990, a agricultura mundial foi dominada por grandes projetos de modernização, mesmo que em graus e resultados diferentes, contrastantes, conforme observa Ploeg (2008). Com isso, apesar da “modernização” estar teoricamente desacreditada, esse paradigma ainda persiste como modelo principal nas políticas fazendo com que se pense que o campesinato de fato desapareceu, principalmente nos locais onde o projeto de modernização tem sido bem-sucedido. Tais ocorrências, “segundo as visões “modernistas” e marxistas transformaram os camponeses em “empresários” ou em “proletários” respectivamente.” (PLOEG, 2008, p.34).

Resumidamente, a obra de Ploeg (2008) versa sobre o conceito e significado do campesinato, bem como sua relação com os mercados agrícolas e as indústrias agroalimentares na era da globalização. De maneira pormenorizada, as características fundamentais da condição camponesa, são:

(1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações. (PLOEG, 2008, p.40).

Ploeg (2008), em sua definição de campesinato supera as limitações das definições anteriores, permitindo (pelo menos na esfera conceitual) uma demarcação clara, entre a condição camponesa e as outras condições. O autor não nega a presença do campesinato no centro do atual sistema global (muito pelo contrário,

deixa claro que o campesinato está longe de desaparecer, tanto em países industrializados como nos países em desenvolvimento), permitindo uma análise da dinâmica do campesinato e dos processos de desenvolvimento rural e agrário. (PLOEG, 2008).

Por meio dos estudos de Ploeg (2008), verifica-se uma base importante para a discussão do campesinato e como este vem se desenvolvendo na era da globalização em vários países, que não pode ser negado ou relegado a condição de “atraso”. Nesse viés, é mister, também analisar o desenvolvimento rural no Brasil, para tanto evocamos dois estudos do professor Sergio Schneider.

Schneider (2010), em seu artigo intitulado “Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate”, faz uma reflexão sobre os temas do desenvolvimento rural brasileiro tendo como recorte temporal o período da década de 1990 até meados de 2010. Seu principal objetivo foi “descrever e caracterizar o contexto histórico em que o debate corrente sobre o desenvolvimento rural emergiu no Brasil, indicando-se alguns elementos das mudanças políticas, sociais e econômicas que estão na sua raiz.” (SCHNEIDER, 2010, p.511).

Para Schneider (2010), o desenvolvimento rural brasileiro foi durante muito tempo visto e associado ao conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais principalmente em regiões rurais desfavorecidas, que não tinham condições de agregar processos agrícolas mais modernos, por meio de substituições de fatores de produção atrasados. Isso ocorreu, no período denominado “revolução verde”, em que intervenções, geralmente compensatórias, eram vistas como a saída para os agricultores que não conseguiam obter tecnologias modernas e conseqüentemente não conseguiam sua integração a um conjunto econômico através da indústria, comércio e serviços. Dessa forma, as políticas de “desenvolvimento rural integrado” (PDRI) eram vistas como a saída para as regiões atrasadas, como por exemplo Amazônia e Nordeste (SCHNEIDER, 2010).

Segundo Schneider (2010), a agenda de ações do Estado e das agências de desenvolvimento criou uma forte identificação com desenvolvimento rural, o que acabou prejudicando o interesse de muitos estudiosos e pesquisadores por esse tema, que consideraram demasiadamente político e normativo. Dessa forma, os estudos acadêmicos sobre o rural brasileiro, deixaram de lado o desenvolvimento rural, que passou a ser associado com políticas intervencionistas estatais. Para o

autor, apenas a partir de 1990, ocorreu uma mudança de entendimento e no enfoque sobre o desenvolvimento rural, o que possibilitou a revitalização do tema, originando novas abordagens. (SCHNEIDER, 2010).

A partir então de 1990, as políticas públicas e as discussões teóricas sobre o desenvolvimento rural no Brasil surgiram novamente com bases diferentes de 1970. Isso ocorreu por meio dos enfoques analíticos de estudiosos/as e pelas transformações sociais, políticas e econômicas que ocorreram no âmbito do Estado, bem como através dos atores da sociedade civil. As mudanças gerais inspiraram as discussões específicas sobre o tema do desenvolvimento rural, desdobrando-se em políticas de governo orientadas para a reforma agrária, crédito para a agricultura familiar, ajuda aos territórios rurais, fomento a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros. (SCHNEIDER, 2010). Dividindo o artigo em quatro seções, Schneider (2010) trata do contexto da década de 1990, a emergência do debate sobre desenvolvimento rural no Brasil, situa o debate teórico sobre o desenvolvimento rural no Brasil e aponta algumas considerações finais.

Sobre o contexto da década de 1990, relata que, com a crise econômica dos anos oitenta, a estabilização da economia só aconteceria, de fato, no terceiro ano da década de 1990, o que possibilitou propostas relacionadas ao desenvolvimento rural. Além disso, a partir de 1993/1994, entraram em vigor mudanças estabelecidas pela constituição de 1988. Um segundo aspecto, que influenciou a discussão sobre o desenvolvimento rural na década de 1990, foi o retorno das organizações e movimentos sociais, reprimidos pela ditadura, na década de 1980. Tais movimentos deixaram de ser apenas reivindicativos e contestatórios para serem proativos e propositivos. O terceiro fator, apontado por Schneider (2010), diz respeito a incorporação da noção de sustentabilidade e meio ambiente.

Na segunda seção, o autor versa sobre a emergência do debate sobre desenvolvimento rural no Brasil, apontando quatro fatores principais para que ocorresse tal evolução nas discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo. Primeiro, a noção de agricultura familiar como uma categoria política, que ocorreu na primeira metade da década de 1990.

A “crescente influência e ação do Estado no meio rural, que se deu tanto através das políticas para a agricultura familiar como das ações relacionadas à

reforma agrária, segurança alimentar, entre outras.” (SCHNEIDER, 2010, p.516). O Estado passou a validar os pedidos dos movimentos sociais, houve uma aceleração da reforma agrária, criação da Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários, que viria a ser transformada no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1998, e a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996. O terceiro fator, refere-se a mudanças no âmbito político e ideológico (mudança forçada de posição quanto à reforma agrária por parte das elites agrárias e quanto a ideia de polarização entre a agricultura familiar e a forma de produção patronal-empresarial).

Por fim, o quarto fator diz respeito, de acordo com o autor, ao tema da sustentabilidade ambiental, com críticas cada vez mais severas ao modelo agrícola da “revolução verde”, com uma tentativa de internalização da questão ambiental a modelos técnico-produtivos denominados alternativos, ecológicos, orgânicos (agricultura alternativa). O interesse dos estudiosos e ativistas passa a ser o de transformar a noção de sustentabilidade em modelo de desenvolvimento. (SCHNEIDER, 2010).

Já, quando situa o debate teórico sobre o desenvolvimento rural no Brasil, Schneider (2010) questiona quem formula as políticas públicas para o meio rural e seu desenvolvimento. Apresenta duas hipóteses: de um lado, os agricultores, por meio de pedidos e pressões sociais; por outro, estudiosos, pesquisadores e acadêmicos ou organizações que elaboram projetos. Diante das duas hipóteses, assevera que a balança não está pendendo para demandantes diretos, os agricultores, mas sim para as aspirações de mediadores, formuladores de políticas (*police makers*). Daí vem a importância de conhecer alguns desses influenciadores do desenvolvimento rural brasileiro, entre eles, José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, Projeto Rurbano (criado pelo professor José Graziano da Silva em 1996), José de Souza Martins e Zander Navarro, Wilkinson (1999, 2000, 2003) e os autores das coletâneas organizadas por Lima e Wilkinson (2002) e Souza Filho e Batalha (2005).

O processo do novo rural (ou processo de rurbanização) brasileiro se completa, no final da década de 1980, quando “o rural deixa de ser ‘sinônimo de atraso’ e se desconecta da agricultura, que passa a ser apenas uma de suas atividades.” (SCHNEIDER, 2010, p. 521).

É interessante entender que os pesquisadores do Projeto Rurbano perceberam que, desde a década de 1980, no Brasil, ocorria uma queda constante da população economicamente ativa ocupada nas atividades agrícolas. Deste modo, à medida que o progresso tecnológico avançava na agricultura sob o capitalismo, era inútil esperar o aumento dos níveis de emprego e ocupação. Neste sentido, a solução possível para o problema agrário, historicamente remanescente, era dar oportunidades de trabalho e renda em atividades não agrícolas e, quando não fosse possível, tentar incorporar políticas sociais compensatórias, como a reforma agrária seletiva (a “reforminha”), ações de combate à fome e de segurança alimentar etc. (SCHNEIDER, 2010).

Os autores José de Souza Martins e Zander Navarro “ressaltam a necessidade da promoção de processos radicais de democratização, que pudessem libertar os indivíduos e grupos sociais da tutela e controle exercido pelas elites e pelos mediadores (Igreja, Estado, partidos políticos, movimentos sociais)”, para que assim formas de dominação e subordinação conservadoras não se mantivessem (SCHNEIDER, 2010, p. 523). Navarro também apontava que uma sociedade conservadora geraria dificuldades para os processos de transformação social, queria uma “emancipação social”, mas em seus últimos trabalhos demonstrou um desencanto por essa possibilidade, dizendo que os atores sociais rurais, seriam politicamente frágeis, e não estariam preparados e interessados em promover mudanças profundas. (SCHNEIDER, 2010).

Wilkinson (1999, 2000, 2003) e os autores das coletâneas organizadas por Lima e Wilkinson (2002) e Souza Filho e Batalha (2005) são autores de uma corrente que, analisam formas de integração de pequenos produtores rurais nas cadeias agroindustriais ou agroalimentares. Além disso, acreditam que,

[...] na fase atual do capitalismo, as possibilidades de sobrevivência e reprodução social dos agricultores familiares enquanto produtores de alimentos, fibras e matérias-primas depende, fundamentalmente, de sua capacidade de inserção em um ambiente em que sejam capazes de inovar (progresso técnico), adquirir um domínio relativo sobre os mercados e desenvolver formas de gestão e planejamento da propriedade. (SCHNEIDER, 2010, p. 521).

Como riscos/limites e obstáculos à inovação na agricultura familiar, o autor aponta o baixo grau de escolaridade dos agricultores, a restrita capacidade de

absorção dos mercados locais, altos preços para a entrada dos produtos dos pequenos agricultores em redes de supermercado e comércio atacadista e desconhecimento das formas contratuais de negociação. (SCHNEIDER, 2010).

Desta forma, após situar brevemente o desenvolvimento rural no Brasil, o autor faz algumas considerações finais importantes, resumindo todo o exposto e apontando o que julga necessário ainda ser feito/pesquisado/implementado (possibilidades e lacunas inexploradas), como por exemplo: os atores sociais definirem sua própria agenda temática de estudos sobre o desenvolvimento rural no Brasil, realizar uma análise mais profunda sobre o papel dos agricultores e demais atores do meio rural nos processos de mudança social, pesquisar como os agricultores e suas famílias reagem às mudanças tecnológicas e a uma maior interação com o mercado e os demais atores da sociedade, saber em que medida estas forças externas reconfiguram as relações intrafamiliares de poder, de trabalho e de gênero. Além disso, é central se compreender o ponto de vista dos agricultores e dos atores sociais no processo de mudança social, ou seja, ir além da análise e interpretação das transformações que ocorrem nas formas de produção, nas tecnologias, nas instituições e na crescente interação com os mercados, fazendo enfim, com que o desenvolvimento seja, efetivamente, um processo de mudança social (SCHNEIDER, 2010).

Maria de Nazareth Baudel Wanderley, no artigo - "*O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade*", datado de 2009, iniciou a discussão sobre a relação entre o meio rural e o urbano, evidenciando que não devem ser antagonistas, mas sim ter um viés de complementariedade e interdependência. Para a autora, o grande desafio é compreender os processos sociais pelos quais essas duas realidades se interligam. Desta forma, na elaboração do texto, a autora escolhe alguns aspectos para uma reflexão mais detalhada.

No Brasil, até as primeiras décadas do século XX, o conjunto campo-cidade é pensado de maneira ampla, como uma "civilização agrária". Temos uma base civilizatória de raízes rurais, onde a elite local exercia poder e detinha a concentração de terras, além da desqualificação com que eram tratados os não proprietários (ignorados como sujeitos de direito e não reconhecidos como trabalhadores). (WANDERLEY, 2009b).

No decorrer da primeira metade do século XX, esse quadro progressivamente se transforma. No Censo Populacional de 1970, a população urbana ultrapassou a rural, representando 44,08% da população do país. A partir daí, a questão que se coloca é como compreender os processos de reprodução do mundo rural, já inseridos numa sociedade urbano-industrial e não mais sob a égide da civilização agrária. Para tanto, três aspectos devem ser observados na realidade social. (WANDERLEY, 2009b).

[...] a urbanização brasileira gerou uma enorme gama de pequenos municípios pouco “urbanos”; os setores industriais e de serviços permanecem ainda fortemente concentrados nas grandes cidades, apesar do movimento significativo de interiorização; a propriedade da terra permanece altamente concentrada. (WANDERLEY, 2009b, p.63).

Ao longo do século XX, a urbanização transforma a sociedade brasileira. O conceito de urbano vai sendo construído; porém, o processo de urbanização não é uniforme, os municípios foram estimulados a aumentar artificialmente suas áreas urbanas (impostos municipais arrecadados nas áreas urbanas e os federais nas áreas rurais), o que vem gerando paradoxos, pois uma cidade não precisa comprovar sua capacidade para o exercício das funções urbanas. Em 2009, a legislação mantinha a distinção entre áreas urbanizadas e não urbanizadas, além de duas outras categorias espaciais: áreas urbanizadas isoladas e aglomerados rurais do tipo extensão urbana. O resultado foi a “extensão exagerada das zonas urbanas” e a desqualificação das áreas rurais, vistas apenas como “não-urbanas”. (WANDERLEY, 2009b).

Para a autora, é preciso refletir que a fundação de indústrias ou agroindústrias em áreas rurais engloba duas questões distintas, pois, assim como pode gerar empregos também pode poluir e descaracterizar o meio ambiente. A modernização da agricultura, a partir dos anos de 1960, produziu muitas formas de exclusão social, a primeira é a pobreza rural (muitos em situação de extrema pobreza<sup>4</sup>). A segunda forma de exclusão social é a mudança de residência dos trabalhadores assalariados, que antes moravam no campo e mesmo continuando a trabalhar em empresas agrícolas, passaram a residir nas periferias das cidades, formando a versão pobre,

---

<sup>4</sup> “As pessoas têm renda abaixo da linha da pobreza e vivem em domicílios que não possuem água canalizada em nenhum cômodo, nem banheiro ou sanitário e nem luz elétrica.” (WANDERLEY, 2009, p.70).

muitas vezes miserável das áreas de expansão urbana. Outro fator que cabe destacar é a dificuldade de consolidação de setores da agricultura, principalmente a agricultura familiar (devido problemas como a dimensão e qualidade das áreas disponíveis para esses agricultores, acesso ao crédito, formação profissional, informação, educação formal e saúde). (WANDERLEY, 2009b).

Segundo Wanderley (2009b), a modernização da agricultura no Brasil gerou principalmente sua subordinação à indústria, onde apenas os grandes proprietários se beneficiaram dos recursos públicos disponíveis ao setor, o que reforçou a concentração de terra ainda mais. Além disso, como visto antes, a modernização também provocou a expulsão de muitos trabalhadores não proprietários. Isso vem inviabilizando condições mínimas de reprodução de um campesinato estável. Lembrando que tais fatos ainda são elementos estruturantes do mundo rural e não podem ser ignorados ou desconsiderados. São relações de força muito assimétricas, reproduzidas e que anulam a capacidade transformadora do rural.

Cabe destacar ainda que o “rural” não se confunde com o “agrícola” e que os agricultores familiares são a parcela mais expressiva dos habitantes do campo, sendo a relação com a cidade uma estratégia de reprodução, conforme argumenta Wanderley.

A crise, quando existe, manifesta-se sob três formas: quando o momento da sucessão é retardado no tempo – mesmo aposentados, muitos pais só abandonam tardiamente a direção do estabelecimento – criando uma situação de instabilidade para os jovens sucessores em relação ao seu futuro; quando os não-sucessores não encontram as ocupações que procuram nos espaços mais próximos, sendo levados a migrar para grandes distâncias ou simplesmente assumir a condição de desempregado na família; ou, o que é mais grave, quando as condições das unidades de produção são tão precárias que, não havendo patrimônio a transmitir, todos os filhos são candidatos a empregos fora do sítio familiar. (WANDERLEY, 2009b, p.78).

O segundo aspecto com relação ao emprego, é a pluriatividade das famílias de agricultores, sendo uma estratégia de reprodução das unidades de produção familiares, tema que continua central nas pesquisas sobre o mundo rural, pois supõe a permanência da atividade agrícola. Em terceiro lugar parece a multiplicação de atividades não agrícolas no meio rural, sendo uma busca de uma polivalência com vistas a agregação de valor aos produtos agrícolas e uso da mão de obra familiar. O que se verifica é um processo de diversificação produtiva (WANDERLEY, 2009b). Concluindo, Wanderley (2009b, p.80) afirma que “integração à sociedade urbano-

industrial tem, igualmente, uma dimensão político-social no sentido do reconhecimento dos habitantes do campo, como sujeitos de direitos.”

Sobre o desenvolvimento rural, Maria José Carneiro (2008) versou sobre a “definição da ruralidade.” A autora cita que, no decorrer do século XX, a busca por uma essência do rural e do urbano envolveu muitos autores em um debate bem diverso, com diversas posições e argumentos. Nesse debate, a autora expõe que houve a associação, quase que consensual, entre rural e agrícola, já que a modernização foi a perspectiva sob a qual muitos pesquisadores se voltaram para analisar o rural. Outro tipo de abordagem comum sobre o rural, segundo Carneiro (2008, p.10-11), foi utilizar “a centralidade da agricultura na organização da vida social”, associado a isso outras características como a relação particular com a natureza e a baixa densidade demográfica.

Carneiro (2008) aponta que, geralmente, os autores identificam o rural com a produção agrícola e o urbano com o trabalho industrial, comercial e de serviços. Assim sendo, de acordo com a sociologia de tradição urbana industrial, o urbano é valorizado, visto como civilizado e moderno, enquanto o rural é atrasado e estático, precisando assim de desenvolvimento e modernização. (CARNEIRO, 2008, p.22-23). Importante destacar ainda que, para a autora:

Tal processo implica um movimento em duas direções, nas quais se identificam, de um lado, a reapropriação dos elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, de outro, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo, assim, uma situação que pode contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os laços com a localidade. Desse encontro podem surgir também expressões culturais singulares que representariam a síntese ou a combinação de universos culturais distintos, mas que sustentam noções de espaço e de tempo sociais diferentes um do outro. Nessa direção, situam-se as associações e grupos que reúnem pessoas de diferentes matizes sociais em torno de objetivos específicos que são, ao mesmo tempo, fim e meio de suporte de relações de trocas as mais variadas. Isso quer dizer que o objetivo e a motivação do grupo são, muitas vezes, tão importantes quanto a sociabilidade que ele promove. (CARNEIRO, 2008, p. 35).

Por fim, diante desse histórico de dualidade entre urbano e rural, e após intensas reflexões, Carneiro (2008, p.35) aponta que, a ruralidade é um “processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Assim sendo, podemos dizer que

o desenvolvimento rural, tanto no mundo como no Brasil, possui características próprias que advém do processo histórico, político e ideológico de cada região.

Diante de todo o exposto, fica claro que a temática do desenvolvimento rural é complexa, com inúmeros aspectos que ainda precisam ser debatidos e compreendidos, além de implementados. Conforme exposto, a definição de “desenvolvimento rural” varia ao longo do tempo, sendo influenciada por diversos fatores, com prioridades diferentes em cada época. O desenvolvimento rural se encontra profundamente ligado ao desenvolvimento socioeconômico, é parte dele, principalmente em nosso país, sendo um dos objetivos reduzir a desigualdade social e econômica, levando em conta a heterogeneidade (ritmos e necessidades) de cada região, bem como ampliar o bem-estar das populações rurais.

No que diz respeito à agricultura familiar, a estudiosa do tema, Wanderley (2009a), parte de algumas hipóteses importantes para o entendimento do assunto: incorporando uma diversidade de situações específicas e particulares, a agricultura familiar pode ser vista como um conceito genérico. Desta forma, o campesinato é uma dessas formas da agricultura familiar, que representa uma maneira própria de produzir e de viver em sociedade, constituindo-se como uma agricultura camponesa tradicional, que articula propriedade, trabalho e família. Para a autora, a agricultura familiar praticada nas sociedades modernas deve se adaptar ao contexto socioeconômico destas sociedades, o que faz com que a forma de produzir seja modificada, inclusive a vida social dos agricultores.

Outro ponto, que merece destaque para Wanderley (2009a), é que o chamado agricultor moderno não rompe de vez com as formas “anteriores”, mas antes disso, é um agricultor com tradição camponesa, o que lhe possibilita se adaptar as novas exigências da sociedade. Wanderley (2009a) menciona que, em relação ao conceito clássico de camponês, o campesinato brasileiro possui características peculiares, pois envolve situações próprias da história social do Brasil. Isso que hoje serve de base para o que vai chamar de “patrimônio sociocultural”, com o qual a agricultura familiar deve se adaptar, suprindo “exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna.” (WANDERLEY, 2009a, p. 156).

Ainda nessa temática, Carneiro (2008, p.10) versa sobre a “definição da ruralidade na atualidade.” A autora cita que, no decorrer do século XX, a busca da

essência do rural e do urbano envolveu muitos autores em um debate bem diverso, com diversas posições e argumentos. Nesse debate, a autora expõe que houve a associação, quase que consensual, entre rural e agrícola, já que a modernização foi a perspectiva sob a qual muitos pesquisadores se voltaram para analisar o rural. Outro tipo de abordagem comum sobre o rural, segundo Carneiro (2008, p.10-11), foi utilizar “a centralidade da agricultura na organização da vida social”, associado a isso outras características como a relação particular com a natureza e a baixa densidade demográfica.

Carneiro (2008) aponta que, geralmente, os autores identificam o rural com a produção agrícola e o urbano com o trabalho industrial, comercial e de serviços. Assim sendo, de acordo com a sociologia de tradição urbana industrial, o urbano é valorizado, visto como civilizado e moderno, enquanto o rural é atrasado e estático, precisando assim de desenvolvimento e modernização. (CARNEIRO, 2008, p.22-23). Importante destacar ainda que, para a autora:

Tal processo implica um movimento em duas direções, nas quais se identificam, de um lado, a reapropriação dos elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, de outro, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo, assim, uma situação que pode contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os laços com a localidade. Desse encontro podem surgir também expressões culturais singulares que representariam a síntese ou a combinação de universos culturais distintos, mas que sustentam noções de espaço e de tempo sociais diferentes um do outro. Nessa direção, situam-se as associações e grupos que reúnem pessoas de diferentes matizes sociais em torno de objetivos específicos que são, ao mesmo tempo, fim e meio de suporte de relações de trocas as mais variadas. Isso quer dizer que o objetivo e a motivação do grupo são, muitas vezes, tão importantes quanto a sociabilidade que ele promove. (CARNEIRO, 2008, p. 35).

Por fim, diante desse histórico de dualidade entre urbano e rural, e após intensas reflexões, Carneiro (2008, p.35) aponta que, a ruralidade é um “processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas.”

## 2.2 PRODUÇÃO DE TABACO NA AGRICULTURA FAMILIAR E RELAÇÕES DE TRABALHO

A produção de tabaco na agricultura familiar implica em diversas questões que serão observadas ao longo deste trabalho, dentre elas as condições de trabalho a que os/as produtores/as são submetidos e possíveis reflexos na saúde dessa população. Conforme dados apontados pela EPAGRI (2019), no mundo, a produção do tabaco atingiu cerca de 6.664 toneladas em 2016, sendo a China o maior produtor mundial. O Brasil até 2016 ocupava a segunda posição, em termos de produção do tabaco no mundo, mas foi ultrapassado pela Índia. Quanto à exportação de tabaco, o Brasil está em primeiro lugar desde 1993, com 19,5% do total mundial.

De acordo com dados Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), na safra 2018/2019, no Brasil, a região sul foi responsável pela maior parte da produção, sendo que os três estados, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, somaram uma participação de 96,8% na produção, restando a região nordeste com 3,1% e as outras com 0,1% de participação (ver anexo A)<sup>5</sup>. É importante observar que o mercado brasileiro de tabaco é dominado por multinacionais, sendo as quatro principais, Souza Cruz, Philip Morris Brasil, Universal Leaf Tabacos e Alliance One. (ROSA, 2020).

Quanto à evolução da fumicultura no sul do Brasil, a AFUBRA apontou que na safra de 2019 havia 149.060 famílias produtoras, com 297.310 hectares plantados e uma produção de 664.355 toneladas (ver anexo B)<sup>6</sup>. No que se refere ao perfil do/a fumicultor/a na região sul, a maior parte das famílias (53.423) possuem entre 1 e 10 hectares de terra, 37.451 famílias possuem de 11 a 20 hectares, num total de 146.430 famílias produtoras (AFUBRA, 2019). Além disso, mais de 35,5 mil famílias não possuem terra e trabalham em regime de parceria, sendo que o tamanho médio das propriedades era 13,7 hectares (ver anexo C)<sup>7</sup>.

Um diagnóstico socioeconômico das propriedades fumicultoras da região sul, referentes safra 2018/2019, revelou que 557 municípios produtores de fumo, 109.032 propriedades, 40.028 famílias que trabalhavam em parceria num total de

---

<sup>5</sup> AFUBRA. Disponível em: <https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>. Acesso em: 14 ago.2020

<sup>6</sup> AFUBRA. Disponível em: <https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>). Acesso em: 14 ago.2020

<sup>7</sup> AFUBRA. Disponível em: <https://afubra.com.br/perfil-fumicultor.html>. Acesso em: 14 ago.2020

149.060 famílias produtoras (ver anexo D)<sup>8</sup>. Lembrando que, no estado de Santa Catarina, o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) apontou 501.811 produtores (pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários) e 183.066 estabelecimentos agropecuários, sendo que o fumo (folha seca) representou no estado 23.423 estabelecimentos com produção de 165.608 toneladas.

Na produção do fumo, os/as agricultores/as familiares, inclusive os/as de Santa Catarina, trabalham em um sistema de produção chamado “integrado”, explicado por Hartwig (2016, p.73) como:

Produção de fumo em sistema integrado - A indústria fornece o necessário para a produção do fumo, desde a tecnologia para plantação, o financiamento da lavoura (insumos, estrutura e equipamentos necessários), além de assistência técnica. O agricultor desempenha o trabalho no desenvolvimento de todas as atividades necessárias ao plantio, procurando atingir as estimativas de quantidade e qualidade (conforme os insumos recebidos), sendo que, na entrega do fumo, este é pesado e avaliado. Depois de descontados os custos de produção, o produtor recebe a diferença.

Ou seja, como assinala Hartwig (2016), o sistema integrado de produção de fumo em folhas possui uma lógica baseada na previsibilidade e na segurança para o cumprimento dos contratos. O contrato, geralmente é levado pelo instrutor agrícola (funcionário da fumageira), com cláusulas já determinadas (contrato de adesão). Os instrutores são os responsáveis por todo o processo de trabalho realizado junto aos agricultores e agricultoras familiares integrados/as. Esses, além de fecharem o contrato, realizam visitas na propriedade, designam como as atividades da produção devem ser desenvolvidas, quais insumos e sementes devem ser utilizados, enfim, fiscalizam todo o processo de trabalho, sob pena de rescisão contratual.

Nos contratos de adesão firmados, a indústria fumageira se compromete a comprar a totalidade da produção de fumo (a safra), de acordo com a estimativa de produção realizada previamente e denominada no contrato, o que chamam de “garantia de mercado”. Desta forma, detendo todo o controle e fiscalização rigorosa, para satisfazer as exigências do mercado transnacional, a empresa garante a acumulação do capital. De forma ilimitada realiza a extração do valor que serve de valorização do capital, a partir da expropriação dos agricultores sob sua condição de vida e trabalho (HARTWIG, 2016).

---

<sup>8</sup> AFUBRA. Disponível em: <https://afubra.com.br/perfil-fumicultor.html>. Acesso em: 14 ago.2020.

O Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) é utilizado até hoje e, conforme descrito no site da Souza Cruz (2020), uma das principais empresas envolvidas no processo, tenta vender a ideia de benefícios ao agricultor, vejamos:

Criado pela Souza Cruz em 1918, o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) é uma parceria técnico-comercial que viabiliza e facilita o acesso do produtor rural às sementes e aos insumos necessários para o plantio. Além disso, a Companhia assegura a compra de toda a safra, independentemente do seu resultado, e oferece assistência técnica por meio de orientadores agrícolas altamente capacitados. (SOUZA CRUZ, 2020).

Em uma perspectiva histórica, foram identificados estudos realizados no extremo sul catarinense, nas décadas de 1980 e 1990, que contribuem para uma compreensão sobre a produção de fumo por agricultores/as familiares e mudanças que ocorreram na agricultura impulsionadas pela introdução do cultivo. As pesquisas desenvolvidas por Paulilo (1987) e Silva (1999) retrataram como ocorria a produção de fumo no contexto da agricultura familiar.

Em sua dissertação, Silva (1999) estudou o trabalho, saúde e risco na fumicultura, realizando um estudo no município de Içara/SC. A autora descreveu como se dava o trabalho na fumicultura até 1999, data de finalização de sua pesquisa, ocasião em que ainda não se tinha condições de trabalho diferenciadas. Na descrição realizada, o/a fumicultor/a não escolhia o tipo de fumo que plantava, mas sim a indústria fumageira, de acordo com as demandas do mercado (SILVA, 1999). Sobre o assunto, Paulilo (1987, p.67) já descrevia que, no sul de Santa Catarina, eram plantados dois tipos de fumo, o virgínia (voltado principalmente para a exportação) e o amarelinho (para consumo interno).

A respeito do início da produção de fumo, Paulilo (1987, p.68) relatou:

Antes de plantar, é preciso preparar os canteiros para a semeadura. Para cada estufa são necessários quatro canteiros que comportam 7 mil mudas cada um. Esse preparativo – que dura cerca de 3 semanas – e geralmente ocupa duas pessoas – exige revolvimento da terra com trator ou animais, trabalho com enxada, adubagem e aplicação de brometo de metila para evitar ervas daninhas e pragas.

Silva (1999) reforça a descrição Paulilo esclarecendo que, de acordo com o modo de produção, os canteiros com as mudas de fumo eram organizados no mês de abril, juntamente com a esterilização da terra, por meio do gás brometo de metila,

utilizado para evitar os ataques de pragas e doenças, porém com grande perigo de intoxicação do agricultor.

Na etapa de preparo das mudas, Paulilo (1987) descreveu que, quando o fumo era semeado no canteiro, a germinação se dava em torno de 12 a 15 dias, período em que se regava os canteiros diariamente. A aplicação de agrotóxico (veneno) ocorria de dois em dois dias e, assim que alcançassem 20 centímetros, as mudas eram transplantadas para outro terreno, já preparado. O replantio durava cerca de 20 dias, após o período, era necessário revirar a terra entre as carreiras de fumo, capinar e adubar novamente.

Além disso, as mudas eram transplantadas para os canteiros definitivos (a roça de fumo propriamente dita), uma a uma, preferencialmente em dias chuvosos e de forma ininterrupta. Posteriormente, eram realizadas as limpezas dos canteiros, com a capina, além da aplicação de agrotóxicos no decorrer da evolução da lavoura, o que podia chegar a mais de 13 (treze) aplicações de agrotóxicos (SILVA, 1999).

Após 70/80 dias do replantio, no caso do fumo virgínia, e 120 dias no caso do amarelinho, iniciava-se a colheita (PAULILO, 1987). Na primeira etapa, eram colhidas as folhas rentes ao chão, permanecendo o agricultor o tempo todo abaixado. A autora relatou que essa etapa onde se demandava mais mão de obra (de quatro a seis pessoas), em tempo integral, para colher cerca de 25 mil pés de fumo, quantidade suficiente para encher uma estufa. Cada pé de fumo era repassado cerca de 8 a 12 vezes para ser todo colhido. Caso houvesse falta de mão de obra para a colheita, idosos, e crianças pequenas participavam. Caso contrário, não participavam, pois para os mais velhos a posição abaixada era dolorosa e as crianças não tinham conhecimento para saber qual folha deveriam colher. Lembrando que o fumo colhido verde, perde qualidade.

Era comum, no período da colheita, os agricultores contratarem mão-de-obra extra, além da troca de serviço entre parentes e vizinhos. Nesse ponto, “a troca de dias de trabalho é um elemento chave para a realização dos trabalhos agrícolas nas propriedades familiares.” (SILVA, 1999. p. 77). Na região estudada por Silva (1999), a colheita iniciava no mês de dezembro, quando começavam amarelar as folhas da planta, trabalho que mais demandava mão-de-obra contratada, além do trabalho familiar, é claro. As folhas colhidas eram colocadas na zorra, que quando cheia era transportada para o galpão (para ser descarregada). No galpão, o fumo era recebido

por mulheres, em sua maioria, que formavam montes de folhas e agrupavam na tecedeira para serem costurados com barbantes em varas, e depois eram penduradas em um estaleiro até serem carregadas na estufa (SILVA, 1999).

A colheita era tida como um dos momentos mais “trabalhosos” da produção de fumo, pois além de não poder ser adiada, as folhas do fumo liberam uma resina (chamada de melaço) que acumula nas mãos dos agricultores liberando um cheiro forte de agrotóxico, provocando em muitos desmaios e vômitos (SILVA, 1999). Também, “as folhas soltam um líquido escuro, pegajoso, que gruda nas mãos e na roupa. O cheiro da planta e dos venenos [...] provocam náuseas e desmaios frequentes.” (PAULILO, 1987, p. 68).

Na sequência, depois de colhido, o fumo era levado para uma espécie de prédio onde ficava a estufa, paiol e varanda coberta. Em uma vara de madeira de cerca de 1,30 metros, os molhos de fumo eram tecidos (manualmente ou com uma máquina tecedeira), depois disso as varas prontas iam para um estaleiro para secar, e assim que todo o fumo estivesse colhido e organizado em varas, se enchia a estufa (PAULILO, 1987).

De acordo com os registros de Silva (1999), quando a colheita era findada, a estufa era carregada com as varas de fumo, já amarradas na tecedeira e preenchida, iniciando sempre pela parte mais alta, com as varas sendo colocadas lado a lado, passando sempre ao andar de baixo (os andares da estufa eram feitos com troncos de eucalipto encaixados na parede da estufa). Cada estufa comportava cerca de 03 (três) toneladas de fumo verde o que gerava em média 500 (quinhentos) quilos de fumo seco, mas estufadas variavam de acordo com a quantidade de fumo plantada pelo agricultor. (SILVA, 1999).

Quando à estufa estava totalmente carregada, iniciava-se o fogo, que ia aumentando gradualmente (esse processo de secagem durava cerca de 04 (quatro) dias), onde alguns utilizavam o psicrômetro para medir a temperatura e a umidade dentro da estufa (SILVA, 1999). Essa parte do trabalho necessitava sempre de uma pessoa para cuidar da temperatura, inclusive a noite, pois o processo de secagem possibilitava um fumo mais uniforme e de melhor qualidade e, conseqüentemente, um preço melhor (SILVA, 1999). Em seu estudo, Paulilo (1987) relatou cada safra exigia cerca de dez “estufadas” de fumo, sendo que estufa produzia de quatro a cinco mil quilos de fumo seco.

Nesta lógica, quando a cura/secagem estava concluída, ainda se deixava o fumo dentro da estufa para esfriar lentamente, depois era retirado e guardado no galpão da propriedade para ser classificado pelo agricultor, conforme o tipo, partes da planta, cor das folhas e possíveis anormalidades etc. (SILVA, 1999). Essa classificação feita pelo agricultor era mais “grosseira”, em que eram feitas manocas, ou seja, as folhas eram atadas umas às outras formando maços iguais, que eram prensadas em fardos com cerca de 50 quilos cada, identificados por uma etiqueta com o nome do agricultor e o tipo de fumo, além do peso e da classificação sugerida (SILVA, 1999).

Na etapa da classificação, Paulilo (1987, p.69) observou:

A etapa final é a classificação das folhas em quatro tipos – baixas, semibaixas, meias e pontas -, a feitura de pequenos molhos, seu empacotamento e etiquetagem em fardos. O fumo é classificado a olho nu, pela cor e tamanho das folhas. Os fardos são levados para as indústrias pelos “puxadores”, que são os donos de caminhões que fazem o serviço de frete. Recebido o fumo, porém, a empresa reclassifica-o, usando para isso luzes especiais. Nem sempre os dois processos de triagem – o do produtor e o da empresa – coincidem, o que gera grande descontentamento.

Nem sempre a classificação feita pelo agricultor era confirmada pela empresa. O agricultor praticamente não tinha saída, pois, se não concordasse, teria que pagar o frete para trazer o fumo de volta e não teria para quem vender posteriormente. Além disso, para negociar uma melhor classificação, o agricultor teria que estar presente na hora da reclassificação, o que para muitos era difícil, devido ao deslocamento e afastamento da propriedade. (SILVA, 1999).

Devido a esses problemas, muitos agricultores acabam vendendo parte da produção para atravessadores, o que aumenta, muitas vezes, o endividamento com a indústria, devido aos juros (RIQUINHO; HENNINTON, 2016). Riquinho e Henninton (2016) apontam que quase sempre a expectativa dos agricultores era frustrada e termina com estes se sentindo prejudicados, quando o assunto é a classificação do fumo por parte das empresas. Porém, restou evidente, que o desejo e a necessidade de cultivar algo com retorno financeiro se sobrepõe a frustração gerada.

Após a confecção dos fardos, os agricultores/as comunicavam a empresa fumageira, que enviava um caminhão, com motorista chamado de “puxador”, para transportar o fumo até a unidade de beneficiamento, onde era feita a reclassificação

do fumo, de acordo com as 48 classes que havia, ou seja, a última fase estava sendo realizada, a comercialização. (SILVA, 1999).

Estudos mais recentes indicam que algumas práticas permanecem iguais na produção do fumo, como no caso da colheita. Riquinho e Henninton (2016) expressam que é durante a colheita (principalmente no período de dezembro a março) que o agricultor perde sua “liberdade”, não tendo mais possibilidade de participar de reuniões sociais com o tempo diminuído pelo trabalho, o que, segundo o estudo realizado, pode gerar conformismo e resignação, por parte dos agricultores, além de inviabilizar a organização dos trabalhadores rurais para a defesa de seus direitos.

Acerca do período da colheita, a pesquisa de Riquinho e Henninton (2016, p. 07) vem ao encontro da realizada por Silva (1999):

A maioria dos agricultores contrata trabalhadores temporários para auxiliar a família nas diferentes etapas do cultivo. A colheita é o período de maior contratação pelo risco em perder a qualidade das folhas ao ficarem mais tempo que o necessário na lavoura. O labutar no fumo demanda tempo e esforço intensivo do conjunto dos membros da família, diminuindo as chances de empreenderem outras atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural. Cerca de 90% do total de trabalhadores envolvidos nas atividades de cultivo provêm da própria família, e os 10% restantes são formados por trabalhadores temporários. (RIQUINHO; HENNINTON, 2016, p. 07).

Outros estudos indicam algumas mudanças na produção do fumo, como por exemplo, no canteiro de mudas, por meio do sistema *float*, descrito por Hartwig (2016, p.74): “O sistema *float* serve para a criação de mudas de fumo. São piscinas de água nivelada, para que as bandejas de isopor com sementes flutuem na água. Os nutrientes são colocados na água, evitando a contaminação do solo e melhorando o desenvolvimento da semente.”

No canteiro com sistema *float* (do verbo em inglês flutuar), de acordo com Hartwig (2016), é preciso preparar as piscinas e quando estas estão prontas uma pessoa desinfeta as bandejas (de isopor), que, posteriormente, são preenchidas com substrato e colocadas as sementes. De um dos lados das bandejas são semeadas duas mudas e, do outro, apenas uma, pois, findada a germinação, é preciso arrancar mudas de um lado da bandeja para replantar no outro, retirando assim as mudas que não se desenvolveram. A repicagem (replântio nas bandejas) é

feita, quando as mudas estão com quatro folhas, pois a quantidade que cabe em cada bandeja é 200 mudas. O processo dura cerca de uma semana.

Wartwig (2016, p. 76) lembra que “após o replantio de bandeja, é necessário fazer de três a quatro podas (corte nas folhas ainda na bandeja) nas mudas, para que fiquem parelhas e fortes, na mesma medida para o replantio.” A autora observa que, no período em que as mudas ainda estão na bandeja e podadas, a cada dez dias são administrados herbicidas/inseticidas, em um total de seis aplicações, até as mudas serem plantadas na lavoura.

Outra etapa que sofreu mudanças no processo de produção foi a cura do tabaco, por meio da estufa de secagem, que passou a ser elétrica, conforme cita Hartwig (2016, p.81):

No processo de secagem a estufa elétrica consome menos lenha, pois possui ventiladores que distribuem as ondas de calor proporcionalmente para a secagem das folhas. O fogo precisa ser reparado de três em três horas, noite e dia. Se faltar energia elétrica, corre-se o risco de perder o fumo da estufa, pois, com a falta de ventilação, as folhas não secam e perdem a qualidade. Cada produtor deve ter um gerador de energia, pois, nesse sistema, o calor só se distribui a partir da ventilação. O processo de secagem dura em torno de cinco dias, dependendo da temperatura ambiente. Se as temperaturas estiverem baixas durante a noite, o processo pode levar mais tempo. Após a secagem, ocorre o processo de retirada da estufa para conseqüente armazenamento do fumo no galpão. Antes da retirada do fumo, é necessário umedecer as folhas a partir de uma mangueira de água e ventilação para fazer uma neblina (isso leva em torno de duas horas), pois, se não forem umedecidas, as folhas quebram e serão desclassificadas.

O processo de produção do fumo, após as folhas serem guardadas e empilhadas no galpão, segue igual o já descrito em parágrafos anteriores, sem alterações. Conforme exposto no site da Souza Cruz (2020)<sup>9</sup>, indústria fumageira, as fases atuais da produção de tabaco podem ser entendidas da seguinte maneira: contrato, canteiro, manejo de solo, plantio, desenvolvimento da lavoura, capação, colheita, cura, classificação e separação, comercialização.

Por fim, cabe ressaltar que, de acordo com o que constatou Hartwig (2016) em seu estudo, aquilo que caracteriza fortemente a produção integrada de fumo é um trabalho controlado, organizado e precarizado, com extensas jornadas de trabalho, onde os agricultores trabalham “de segunda a segunda de sol a sol”. Tudo

---

<sup>9</sup> Fases da produção de tabaco. Disponível em: <https://www.produtorsouzacruz.com.br/sistema-integrado/fases-da-producao> Acesso em: 19 ago. 2020.

isso para garantir um índice elevado de qualidade da mercadoria (tabaco), que serve ao capital, sua valorização. Problematizar as condições de saúde de trabalhadores/as é fundamental do processo produtivo em questão, como demonstram estudos já realizados.

Na pesquisa realizada por Riquinho e Henninton (2016) no sul do Brasil, os agricultores entrevistados expressaram que preferiam trabalhar em cultivos que não necessitassem de tanto agrotóxico, mas outras atividades não possuem o mesmo valor comercial do fumo e muitos não vislumbram outra saída ou melhor alternativa. Além disso, são necessários políticas e programas de governo para melhorar o acesso e o conhecimento de produções alternativas (RIQUINHO; HENNINTON, 2016).

Em outro artigo, publicado por Riquinho e Henninton em (2014), foi destacado que a produção de fumo se concentrava, geralmente, em pequenas propriedades rurais, sendo o trabalho desenvolvido em regime de agricultura familiar. Desta forma, o estudo de Riquinho e Henninton (2014) nos dão subsídios para pensar essa realidade, identificar a presença de doenças e outros agravos no cultivo do fumo no sul do país, ainda os significados dos agricultores/as sobre o adoecimento, buscando apontar estratégias de enfrentamento, levando-se em conta também que, “uma característica que todos concordam em relação ao trabalho no fumo é a exaustão que ele provoca.” (RIQUINHO; HENNINTON, 2014, p. 07).

As autoras observaram ainda que as doenças mais prevalentes entre os/as agricultores/as produtores/as do tabaco eram: doença da folha verde do tabaco (DFVT), doenças respiratórias, acidentes e intoxicações por agrotóxicos. No estudo que realizaram em localidade rural do RS, observaram que formas de enfrentamento são frágeis, como por exemplo, a busca por atendimento no pronto socorro ou fichas para consultas no pronto atendimento municipal. (RIQUINHO; HENNINTON, 2014).

Quanto aos agrotóxicos, na ocasião do estudo realizado por Silva (1999, p.11), “[...] para os fumicultores os riscos são “abstratos” e não são totalmente conhecidos. Ele pode usar por muitos anos determinados agrotóxicos e aparentemente nenhum sintoma de intoxicação aparecer.”

Outro ponto importante que cabe destacar é o despreparo dos profissionais da saúde para atendimento dessa clientela, bem como a dificuldade para diagnosticar a DFVT. Foi revelado no estudo que não existem notificações por parte

dos profissionais que atendem os agricultores/as, até pela falta de exames que comprovem de fato a doença ou a intoxicação, ou seja, alguns médicos até atestam para afastamento, mas não como acidente de trabalho. (RIQUINHO; HENNINTON, 2014). Percebe-se a partir daí que:

[...] os trabalhadores rurais do município pesquisado são desassistidos nas questões referentes à sua saúde. Não foram conhecidas ou referidas ações de vigilância em saúde no contexto produtivo do tabaco, uma das principais atividades geradoras de renda no município. Há um vazio nas ações de promoção, vigilância e assistência à saúde do trabalhador rural. A atenção primária nas localidades rurais centra seus atendimentos ocasionais à consulta médica individual, de acordo com a demanda espontânea. A Estratégia da Saúde da Família é presente na periferia urbana do município, com três unidades atendendo cerca de quatro mil pessoas. Tal estratégia ainda não atende a população rural. (RIQUINHO; HENNINTON, 2014, p. 4805).

Como já mencionado, a ausência de preparo dos profissionais da saúde para atendimento dos/das agricultores/as produtores/as de tabaco ocorre em decorrência da lacuna da temática nos cursos de graduação e na educação permanente em saúde. Outro entrave para a atenção integral ao trabalhador são as ações intersetoriais quanto à fiscalização dos ambientes e das condições de trabalho, que não existem, assim como novas alternativas que rompam essas atividades tão adoecedoras (RIQUINHO; HENNINTON, 2014).

No estudo de Meucci et al. (2014), realizado no município de São Lourenço do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, foram apontadas questões importantes para serem observadas e pensadas sobre as condições de trabalho de fumicultores e suas consequências para a saúde física e mental, como problemas ergonômicos, dor lombar - dor lombar crônica (DLC), dor lombar no último mês (DLM) e dor lombar aguda (DLAguda) e limitação no trabalho, por exemplo. De maneira geral, as tarefas que os fumicultores mais deixaram de fazer, no caso de todos os tipos de dor lombar, foram as ligadas à colheita e cura das folhas de fumo, com destaque para carregar as folhas, empilhar lenha e colher o baixeiro (MEUCCI et al., 2014).

Nesse sentido, os pesquisadores apontaram que atividades como transportar folhas, transplantar mudas, empilhar lenha e colher baixeiro, geralmente, são abandonadas pelos portadores de DLC (dor lombar crônica), pois como são atividades que precisam de determinado tempo em postura forçada, podem piorar a dor e o desconforto (MEUCCI et al., 2014). Outra hipótese do estudo está ligada ao

fato de maior risco de limitação no trabalho para as famílias fumicultoras com menor mecanização da propriedade e menores condições econômicas, pois pessoas com menor renda e maior endividamento estariam mais suscetíveis a tarefas e posturas forçadas, fato que favorece o surgimento da limitação (MEUCCI et al., 2014).

Outro fator de risco exposto no estudo é a absorção transdérmica de nicotina, que pode ter efeitos sistêmicos intra-articulares parecidos com os do tabagismo, pois segundo aponta a literatura, o tabagismo é fator de risco para incapacidade por dor lombar em decorrência de aterosclerose e de alterações na nutrição dos discos intervertebrais. (MEUCCI et al., 2014, p.14).

Por fim, os autores apontam que as descobertas deste estudo podem ser válidas também para outras culturas, além do fumo, especialmente aquelas que abarcam trabalho familiar em lavouras temporárias, com plantas baixas e produção pouco mecanizada (MEUCCI et al., 2014). Além disso, os resultados do estudo indicam a necessidade, bem como a importância de os profissionais de saúde conhecerem que a dor lombar gera uma alta prevalência de limitação no trabalho dos agricultores. O que torna imprescindível capacitar estes profissionais para que possam orientar os trabalhadores sobre modos de prevenção da dor lombar, além do correto manejo da dor aguda, com o fito de evitar uma dor crônica (MEUCCI et al., 2014).

Diante de tantos malefícios elencados em pesquisas, Riquinho e Henninton (2016, p. 08) chamam a atenção para:

[...] a necessidade de se propor políticas públicas de controle ao tabaco que deem o devido destaque à saúde dos trabalhadores rurais e à adoção de estratégias para o desenvolvimento de culturas alternativas economicamente viáveis, considerando a realidade local, a vivência e experiência dos protagonistas do trabalho, tornando-os participantes ativos do processo. (RIQUINHO; HENNINTON, 2016, p. 08).

Apesar do grande esforço e dos riscos que o tabaco demanda, Paulilo (1987) já apontava alguns motivos para a continuidade da produção familiar do tabaco por agricultores/as, sendo eles: rendimento (comparado a outras culturas), venda certa (empresas fumageiras se comprometem a comprar toda a produção), ocupação da terra apenas metade do ano, produção possível em pequenos terrenos e, finalmente pelo fato de ser visto como “o trabalho que exige não é ‘pesado’”, é possível utilizar

intensivamente a mão de obra feminina e infantil disponível nos grupos domésticos.”. (PAULILO, 1987, p.69).

Por isso, é importante identificar motivos que atualmente são apontadas pelos/as produtores/as de fumo para a permanência na atividade, como estes veem, organizam e dividem o trabalho.

### 2.3 GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DE TABACO

No que se refere à divisão sexual do trabalho na produção de tabaco, cabe, primeiramente, discutir sobre o conceito de gênero, levando em conta que, o conceito como se conhece atualmente foi construído historicamente e problematizado por estudiosas/os. Louro (2003) sabiamente pontua que, “as palavras podem significar muitas coisas. Na verdade, elas são fugidias, instáveis, têm múltiplos apelos [...]”. (LOURO, 2003, p. 14). Para a autora, “o conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política.” (LOURO, 2003, p.21). O conceito de gênero, conforme Louro (2003), está relacionado ao movimento feminista contemporâneo, lembrando que se deve levar em conta que as palavras têm história, ou melhor, que elas fazem história.

É importante esclarecer que a problematização e teorização do conceito de gênero inicia na chamada “segunda onda” do movimento feminista, no final da década de 1960, em que o feminismo além de abordar questões sociais e políticas também volta seu olhar para construções teóricas (LOURO, 2003). Simone de Beauvoir, por exemplo, trouxe em sua obra “O segundo sexo” conhecimentos que serviram de base para a construção e discussão do conceito de gênero. Beauvoir publicou “O segundo sexo” em 1949, na França, e torna-se uma referência clássica nos estudos sobre a mulher (e gênero).

Como uma intelectual existencialista, Beauvoir problematizou a “questão da mulher” a partir de uma perspectiva, em que não existe um destino pré-determinado, traçado. Somos sujeitos da nossa própria existência/história. Somos sujeitos livres para fazer nossas escolhas em determinados contextos sociais. A autora questiona o “destino” da mulher por meio da biologia. Que fêmea é essa que se transforma em uma mulher? E diz que para se transformar é preciso da relação, da sociedade, da cultura...

Em torno dessas questões, Saffioti (2000, p.23) sintetiza um pouco sobre Beauvoir: “Beauvoir não dispunha do termo gênero, mas ela conceituou gênero, ela mostrou que ninguém nasce mulher, mas se torna mulher e, por conseguinte, ninguém nasce homem, mas se torna homem, ou seja: ela mostrou que ser homem ou ser mulher consiste numa aprendizagem.”

Deve-se pensar em que momento a diferença saiu do corpo e se constitui como desigualdade. Para tentar responder a questão, faz-se referência ao debate produzido por Louro (2003, p.21), quando discorre que na verdade não são necessariamente as características sexuais que geram as desigualdades, mas a maneira “como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade [...]”. De acordo com a autora, é importante observar não o sexo dos indivíduos, mas o que se construiu socialmente sobre os sexos, para que se entenda com mais clareza o lugar e as relações de mulheres e homens.

As desigualdades são aprendidas no cotidiano. Deve-se estranhar a naturalização daquilo que foi aprendido, pois a natureza também é uma construção humana. Beauvoir critica esse determinismo biológico que é apresentado, naturalizado. Nesse sentido, Louro (2003, p.21) ressalta muito bem que, “seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender — e justificar — a desigualdade social”.

O termo “fêmea”, por exemplo, confina a mulher em seu sexo, assim sendo, se utiliza a biologia para justificar a desigualdade. Por isso, de acordo com Louro (2003), deve-se olhar para o conceito “gênero” afirmando seu caráter social e levando em consideração as distintas sociedades e momentos históricos. Com isso, busca-se afastar concepções essencialistas sobre gênero, observando que existe um processo, uma construção e não algo que existe a priori.

A autora observa que o conceito de gênero:

[...] passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. (LOURO, 2003, p.23).

Joan Scott, historiadora norte-americana, está entre as estudiosas mais conhecidas no campo dos estudos de gênero. Sua definição de gênero tem duas partes:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional. (SCOTT, 1995, p.86).

Para Scott (1995), o gênero implica quatro elementos inter-relacionados, aspectos das relações de gênero: (1º) símbolos culturais, que evocam representações simbólicas, com frequência contraditórias; (2º) conceitos normativos, que dizem das interpretações dos símbolos, expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas; (3º) organizações e instituições sociais, deve-se incluir na discussão o mercado de trabalho, as instituições de educação, o sistema político - o gênero é construído na economia e na organização política também; (4º) identidade subjetiva, construídas por processos de aprendizagem.

Scott (1995) ressalta que a primeira parte de sua definição de gênero é composta por quatro elementos e que nenhum deles pode agir sem os outros, porém eles não atuam concomitantemente. Então, para a pesquisa histórica, isso se torna uma questão, saber quais as relações entre esses quatro aspectos. Na segunda parte do conceito, a teorização do gênero é desenvolvida, considerando que “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.” (SCOTT, 1995, p.88).

Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuição de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder. (SCOTT, 1995, p.88).

Nessa perspectiva, Scott (1995) expõe ainda que as várias formas de interação humana buscam também no gênero uma forma para melhor se

compreender. Para ela, a política constrói o gênero e o gênero constrói a política, pois o conceito de gênero está na construção e na legitimação das relações sociais.

Linda Nicholson (2000), em seu texto “Interpretando o gênero”, apresenta dois significados diferentes para o termo. No Primeiro, o “gênero desenvolvido e utilizado em oposição a sexo, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado.” (NICHOLSON, 2000, p.09). Nesse primeiro significado, gênero e sexo são diferentes, gênero faz referência à personalidade, ao comportamento e não ao corpo, ao sexo.

No segundo significado, Nicholson (2000) apresenta o gênero como referência à construção social, que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos “femininos” de corpos “masculinos”. Segundo a autora, a sociedade não forma só a personalidade e o comportamento, mas também as formas em que o corpo aparece. “Sexo” e “gênero” não são independentes, sexo passa a ser subsumido pelo gênero (NICHOLSON 2000, p. 9-10).

Nicholson (2000) assinala que, no discurso feminista, apesar do segundo sentido ter predominado resquícios do primeiro significado sempre aparecem, pois, o “sexo” na teoria feminista é algo que serve para determinar a diferença masculino/feminino, ficando de fora da cultura e da história. E é preciso então remontar as origens do termo “gênero” para entendermos como isso acontece.

O termo “gênero” se constitui a partir da união de duas ideias: a da base material da identidade e a da construção social do caráter humano. No final dos anos de 1960, quando surgiu a segunda fase do feminismo, a noção dominante na maioria das sociedades industrializadas, foi da primeira ideia, onde os fatores biológicos eram o que distinguiam masculino/feminino. Porém, a noção da constituição social do caráter humano, fez com que as feministas do final dos anos 1960, pudessem retirar o poder desse conceito. E com a ampliação do significado do termo “gênero”, nos países de língua inglesa, esse poder foi esvaziado. (NICHOLSON 2000).

No final dos anos 60 e início dos anos 70, grande parte das feministas concordaram com a premissa de que existem fenômenos biológicos reais que diferenciam homens e mulheres, que geram essa distinção. A novidade foi que,

muitas das diferenças associadas a mulheres e homens não eram desse tipo (biológicas) e nem efeitos dessa premissa. (NICHOLSON 2000).

Assim, o conceito de “gênero” foi introduzido para complementar o de “sexo”, não para substituí-lo. Mais do que isso, não só o “gênero” não era visto com substituto de “sexo” como também “sexo” parecia essencial à elaboração do próprio conceito de “gênero”. (NICHOLSON 2000, p. 11).

Corroborando com essa ideia, Louro (2003) enfatiza que não se busca negar que o gênero se funda sobre corpos sexuais, ou seja, a biologia não é negada, mas se busca destacar a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas, assim sendo o foco vai para o caráter "fundamentalmente social" do conceito.

A característica fundamentalmente social e relacional do conceito não deve, no entanto, levar a pensá-lo como se referindo à construção de *papéis* masculinos e femininos. [...] A pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da *identidade* dos sujeitos. (LOURO, 2003, p. 23-24).

Louro (2003, p.34-35) aponta como sendo essencial a desconstrução da oposição binária, que se deve compreender e incluir as diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constroem socialmente. A lógica dicotômica ignora e nega os sujeitos sociais que não se “encaixam” em uma dessas formas. Concluindo, a autora diz que para abalar o enraizado caráter heterossexual devemos romper com a dicotomia, romper essa visão binária (estrita e estreita), que para muitos está presente no conceito de gênero. Somente enquanto incorporar esses questionamentos, o conceito poderá sustentar sua utilidade teórica. Também é preciso desconstruir a polarização dos gêneros e problematizar a identidade que está no interior de cada pólo.

Portanto, a construção do gênero é histórica e se faz incessantemente, está em constante processo de modificação para homens e mulheres, afetando suas relações, discursos e representações. É indispensável entender que as práticas feministas, sejam elas críticas ou desconstruções, estão construindo gênero, pois as identidades de gênero estão em contínuo processo de transformação. (LOURO, 2003).

A partir da compreensão do gênero como historicamente construído é possível estabelecer uma articulação com o conceito de divisão sexual do trabalho. O conceito de divisão sexual do trabalho, temática tão complexa, faz-se referência ao estudo de Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007). As autoras descrevem as bases teóricas do conceito surgiram no início dos anos setenta, com o impulso do movimento feminista, na França. Nesse contexto, muitas se deram conta da “opressão” e da quantidade de trabalho realizado de forma gratuita pelas mulheres. Esse trabalho que as autoras chamam de “invisível” e não executado pelas mulheres para elas mesmas, mas sempre para outros, em nome da natureza, do amor e do dever materno.

Inicialmente, a divisão sexual do trabalho tinha como função articular duas esferas: doméstica e profissional. Mais tarde, com o avanço dos estudos, essa divisão se tornou insuficiente, levando a um segundo nível de análise: “a conceitualização dessa relação social recorrente entre o grupo dos homens e o das mulheres. Essa foi a origem do que nós, francesas, chamamos de “relações sociais de sexo.” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 598).

Mas, mesmo assim, com algumas mudanças conquistadas, a força subversiva do conceito entrou em declínio, remetendo apenas a descrição de fatos, verificando desigualdades, mas não organizando esses dados, com a coerência necessária. Ou seja, o conceito passou a refletir apenas termos como “dupla jornada”, “acúmulo” ou “conciliação de tarefas”, como se fosse apenas um apêndice do trabalho assalariado, não conseguindo chegar no que realmente importava, a sociedade salarial (HIRATA; KERGOAT, 2007).

As autoras situam seu referencial teórico e conceituam a divisão sexual do trabalho da seguinte forma:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) [...] Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia

naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

As autoras deixam claro que a divisão sexual do trabalho não é algo imutável, pelo contrário, tem uma grande plasticidade. O que são estáveis não são as situações, mas sim a distância entre os grupos de sexo. Sobre as novas configurações da divisão sexual do trabalho, discutem ainda alguns conceitos como, “modelo de conciliação”, (onde cabe as mulheres conciliar vida familiar e profissional), o que na percepção de alguns autores deveria ser nomeado como “conflito”, “tensão”, “contradição” e “modelo de delegação”, que seria, mulheres delegando a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Diante do exposto, as autoras acrescentam os principais obstáculos às mulheres:

Entre os principais obstáculos estão a falta de equipamentos coletivos, a falta de políticas públicas que estimulem o trabalho das mulheres em tempo integral, a existência, ao contrário, de políticas que estimulam a inatividade das esposas e sua volta ao trabalho em tempo parcial; e, talvez mais importante ainda, as relações sociais (na família, no casal, na sociedade) e as normas sociais que continuam a negar qualquer legitimidade ao estatuto de trabalhadoras em tempo integral e a possibilidade de carreira às mulheres que têm o estatuto de mães. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 607 *apud* Hirata, 1996).

As autoras assinalam que há uma servidão doméstica, que precisa de reflexão e pensamento crítico, sendo que um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/gênero ainda é desvendar as razões dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo, saber porque mesmo conscientes da opressão, da desigualdade continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas etc. (HIRATA; KERGOAT, 2007)

Mesmo que as atividades sejam delegadas, a gestão é sempre da competência daquelas que delegam, ou seja, as mulheres, o que torna imprescindível “refletir não apenas sobre o porquê dessa permanência, mas, principalmente, sobre como mudar essa situação. A nosso ver, é preciso questionar,

sobretudo, os âmbitos psicológicos da dominação e a dimensão da afetividade.” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 607-608).

O estudo de Sousa e Guedes (2016) destaca que a divisão sexual do trabalho é proveniente das “relações sociais de sexo”, como já apresentado por Hirata e Kergoat (2007), destinando as esferas reprodutiva e produtiva, respectivamente, a mulheres e homens, o que tem gerado exploração e opressão de um dos sexos, o feminino, em contraponto à superioridade do outro, tornando as relações desiguais e hierarquizadas. Desta forma, a divisão do trabalho que se instituiu entre os sexos conferiu o cuidado do lar para as mulheres, função de pouco valor social, quando não invisível, e ao homem a produção material, função com importância e que confere poder dentro da sociedade (SOUSA; GUEDES, 2016).

Para os autores, especialmente dentro da sociedade capitalista, histórica e culturalmente, sempre competiu à mulher a atribuição pelos cuidados com a casa e com a família, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda. Assim, como é até hoje, o trabalho doméstico recai sobre as mulheres com base no discurso da naturalidade feminina para o cuidado. (SOUSA; GUEDES, 2016). As mulheres tiveram sua vida limitada, em diversos aspectos, conforme apontam:

Essa atribuição social do cuidado ao feminino, primeiramente, limitou a vida das mulheres ao espaço privado, e posteriormente, com as transformações socioeconômicas e a busca de independência feminina, marcou desvantagens em relação aos homens na atuação econômica e social. (SOUSA; GUEDES, 2016, p.125).

Nesse sentido, na tentativa de articular conceitualmente e problematizar a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, especificamente, na produção do tabaco, retoma-se o artigo já citado de Maria Ignez Paulilo (1987), intitulado o “O peso do trabalho leve”.

Sul de Santa Catarina, 1981, municípios de Içara, Orleans, Nova Veneza e Criciúma. Área de cultura de fumo, muito exigente em termos de mão de obra. Além de semear, regar, cultivar, capinar e colher, deve-se tecer o fumo nas varas, carregar a estufa, vigiá-la a noite, descarrega-la, desamarrar as folhas das varas, classificá-las, amarrar pequenos molhos enfiá-los e etiqueta-los. E mais: lavar todo o paiol antes de enchê-lo, para evitar que restos de grãos atraiam ratos; tornar a lavá-lo depois de entregar o fumo, para que os venenos que impregnaram as folhas não contaminem os alimentos que lá serão guardados. Finalmente, é preciso começar a derrubar a lenha para a próxima safra. Mulheres e crianças participam de todas as fases, e, mais uma vez, é a ideia do trabalho que ajuda a explicar o baixo preço pago pelas agroindústrias ao plantador. Vigora ali na verdade,

uma distinção entre trabalho “cansativo” e “pesado”. A lavoura se enquadra na primeira categoria, mas não na segunda: exige muito trabalho, mas todo ele “leve”. Para o fumicultor, “pesado” é o trabalho que exige força física e é sempre feito por homens. (PAULILO, 1987, s/n).

Corroborando com tais afirmações, o estudo de (BORSTMANN; PEREZ, s/d) evidenciou que, no contexto da safra de fumo, as relações de gênero, muitas vezes colocam as mulheres em uma posição de inferioridade em relação ao homem. Os trabalhos que exigem uma força maior são destinados aos homens enquanto os trabalhos que exigem um maior cuidado e paciência ficam a cargo das mulheres e tudo isso é instaurado de acordo com a cultura vigente. Além disso, verificaram no discurso das trabalhadoras o pensamento de que são os homens que devem estar em posições de liderança nos processos de trabalho. Apesar disso, mesmo que de maneira lenta a modificação vem acontecendo, seja por meio de reflexões ou das problematizações dos discursos e das práticas sexistas.

Nobre (1998, p.01) já apontava que “a naturalização da divisão sexual do trabalho impede que se torne um problema a ser enfrentado pela sociedade.” Destacam a figura central do “pai” que decide a vida de todos dentro da agricultura familiar e que apesar de parecer algo do passado, ainda, propicia a divisão do trabalho que se naturalizou pelo sexo e pela idade das pessoas. Essa divisão sexual do trabalho diferencia homens e mulheres, os primeiros responsáveis pelo trabalho dito “produtivo” (agricultura, pecuária, enfim tudo que se associa ao mercado), enquanto as mulheres são incumbidas do trabalho “reprodutivo” (trabalho doméstico, cuidados com a horta, pequenos animais, enfim tudo que se destina ao consumo próprio, além da reprodução da própria família), ou seja, nos estudos realizados no Brasil, essa divisão se expressou na oposição entre “casa” e “roçado” (NOBRE, 1998).

Schwendler (2020) observou que, a divisão sexual do trabalho e a naturalização/invisibilidade do trabalho das mulheres, ainda, são muito marcantes e possuem efeitos expressivos nas novas gerações. Na pesquisa que realizou com jovens do campo, a partir de oficinas, revelou a naturalização/invisibilidade, apesar de existirem níveis significativos de cooperação no espaço familiar camponês. Nesse sentido, pode-se observar que a divisão sexual do trabalho opera em contextos de trabalho urbanos e rurais, de formas diferentes é claro, mas sempre destinando a mulher a uma condição mais difícil, complexa e desvalorizada, com seu trabalho e

tempo valendo menos.



os municípios de Orleans, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa, parte de Armazém, Braço do Norte, São Ludgero e Lauro Muller. (DALL'ALBA, 1986).

Seguindo na perspectiva histórica de Dall'Alba (1986), ressalta-se que, nos primórdios, o atual município de Orleans era território de povos indígenas e foi anexado à Espanha, pelo Tratado de Tordesilhas. Orleans também pertenceu ao município de Laguna e depois de Tubarão. Em determinado período histórico, esteve subordinado à legislação especial de Colônias, na sequência foi constituído como distrito e alcançou o status de município em 1913, com um amplo território. (DALL'ALBA, 1986).

Além disso, a descoberta do carvão mineral por serranos/tropeiros foi motivo de grande interesse pela região. Em 1839, por solicitação do governo imperial, esteve na região um geólogo chamado Parigot para avaliar a veracidade das informações sobre o carvão e concluiu se tratar de reservas de grande potencial. (LOTTIN, 1998). Em 1840, o anseio era implantar as primeiras minas de carvão mineral, mas, somente 23 anos depois, o Visconde de Barbacena conseguiu seu objetivo, enviando ao Porto de Imbituba o primeiro carvão, transportado pela estrada de ferro que ele mesmo idealizou com capitais ingleses. Contudo, a realidade não correspondeu ao sonho e o Visconde vendeu as duas léguas de terras adquiridas para os Lage, em 1886 (DALL'ALBA, 1986).

Apesar disso, a princesa Isabel escolheu suas terras onde hoje se localiza Orleans, tendo em vista o potencial que o carvão representava na região e a iminência da construção da estrada de ferro. Desta forma, os engenheiros encarregados de determinar a área de terras em Santa Catarina, de maneira estratégica, optaram por “uma gleba de terras de 12 léguas ao norte da área de exploração do carvão, entre os rios Tubarão e Braço do Norte. Ali foi criada, em 1882, a Colônia Grão Pará para promover a ocupação das terras com imigrantes e nacionais [...]” (LOTTIN, 1998, p. 14).

Outro fator que se tornou importante, desde a fundação de Orleans, foi a Empresa de Terras e Colonização, que surgiu da vontade de personalidades de importância nacional (o Conde d'Eu - Luiz Felipe Maria Fernando Gaston d'Orleans, [a princesa imperial] Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Rafaela Gabriela Gonzaga de Bragança e o Comendador Caetano Pinto Junior). (DALL'ALBA, 1986).

Essas propriedades foram colonizadas por imigrantes provenientes da Europa (alemães, italianos, franceses, poloneses, holandeses e letos). A sede da colônia ficou localizada na parte central do patrimônio e foi chamada de “Colônia Grão Pará”, inaugurada em 2 de dezembro de 1882, dia do aniversário do Imperador. Os financiamentos da colônia vieram de um banco francês e os ingleses construíram a estrada de ferro. Os lotes mediam cerca de 15 hectares de terra. (DALL’ALBA, 1986).

Vale destacar que a Colônia Grão Pará e a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina foram os dois grandes fatores do progresso inicial, que teve um “diretor, como única autoridade do grande território, até 2 de outubro de 1888 (DALL’ALBA, 1986). Com a criação do município, em 1913, pela Lei Estadual nº 981 de 30 de agosto, a instalação ocorreu em 20 de outubro do mesmo ano e, na ocasião, era composto dos distritos da Sede, Lauro Muller, Grão Pará e Palmeiras (LOTTIN, 1998).

Mediante o exposto na breve nota histórica, percebe-se que o nome do município foi uma homenagem ao Conde D’Eu - Luiz Felipe Maria Fernando Gaston d’Orleans-, apesar da herdeira ser a princesa Isabel. Quem planejou e organizou a colonização das terras também foram homens, como por exemplo, o comendador Caetano Pinto Júnior, citado na obra de Dall’Alba (1986, p.17), como “o maior introdutor de imigrantes no Brasil”, o diretor da Colônia Grão Pará o norte americano Charles Mitchel Leslie, o engenheiro agrimensor Carlos Othon Schlapall e Berling entre outros.

Fica evidente que apenas os homens aparecem na história da organização e da colonização das terras. A história é contada por homens sobre homens e instiga retomar um questionamento feito por Joan Scott (1995, p.93): “Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, ainda que saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana?”

### 3.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

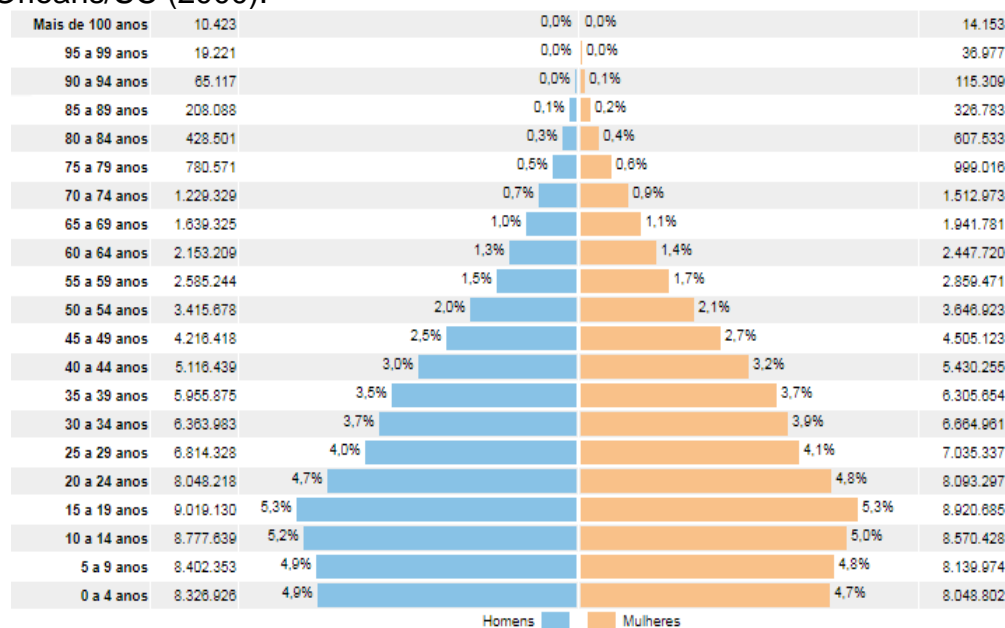
Em uma perspectiva mais recente acerca de aspectos socioeconômicas do município, algumas questões merecem destaque, tais como população total (urbana

e rural) e densidade demográfica, faixa etária, educação, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, saúde, trabalho e rendimento, entre outros.

Sobre a ocupação populacional de Orleans, o último Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) registrou um total de 21.393 pessoas, com densidade demográfica de 38,98 hab./km. Do total, 16.084 pessoas (cerca de 75,18%) foram consideradas população urbana e 5.309 pessoas (cerca de 24,81%) a população rural. A população rural era formada por 2.754 homens e 2.555 mulheres. Levando-se em consideração esses aspectos, cabe observar que o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), em seus resultados definitivos, apresentou dados relevantes para pensarmos o município de Orleans, como será discutido no próximo tópico sobre desenvolvimento rural e agricultura familiar.

Os gráficos abaixo trazem informações sobre a distribuição da população por sexo e grupos de idade em Orleans, de acordo com os Censos Demográficos de 2000 e de 2010.

Gráfico 1 – Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade - Orleans/SC (2000).

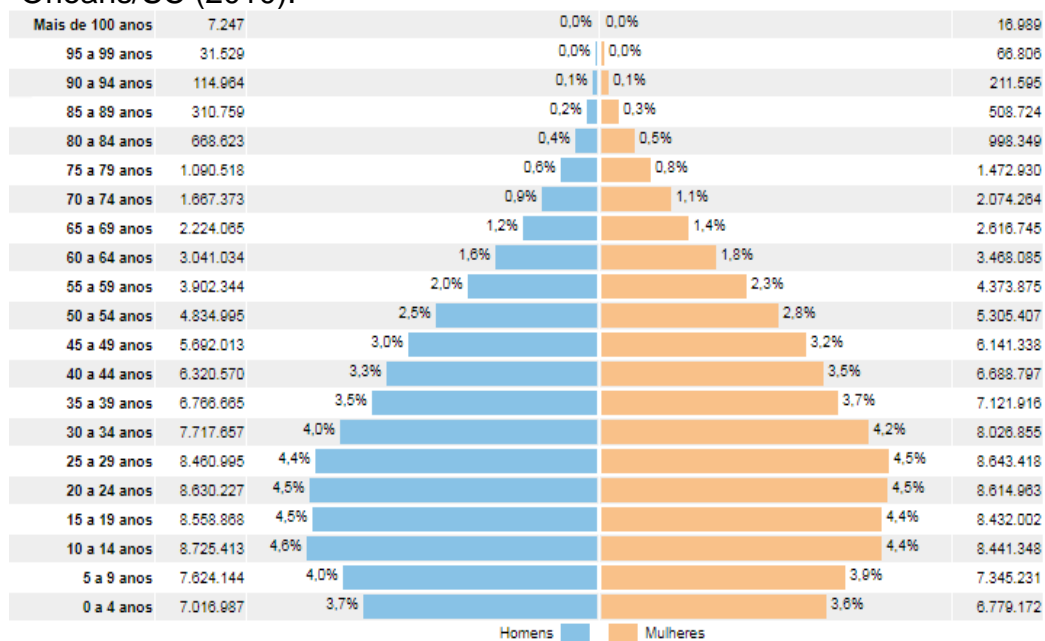


Fonte: Censo Demográfico (2000)<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Disponível em:

[https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm\\_piramide.php?ano=2000&codigo=421170&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc&wmaxbarra=180](https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?ano=2000&codigo=421170&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc&wmaxbarra=180) Acesso em: 03 jun.2021.

Gráfico 2 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade -Orleans/SC (2010).



Fonte: Censo (2010)<sup>12</sup>.

Pelos dados apresentados, percebe-se que a base da pirâmide, que representa a população mais jovem do município, evidencia uma tendência ao declínio (redução das taxas de natalidade e fecundidade). O corpo da pirâmide vem alargando, revelando um aumento gradual da expectativa de vida e envelhecimento populacional.

Quanto ao quesito “Educação”, os dados do IBGE (2010), apontam que o município de Orleans apresentava uma taxa de escolarização de 06 a 14 anos de idade de 98,1%. Uma taxa consideravelmente alta, deixando o município na posição 170º de 295º no estado de SC e na posição 1.909º de 5.570º no país. Comparando o município de Orleans com os de municípios de Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso, Urussanga, que integram a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), no mesmo ano, percebe-se que todos possuem uma boa taxa de escolarização.

<sup>12</sup> Disponível em:

[https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm\\_piramide.php?codigo=421170&corhomem=3d4590&cormulher=9cddf](https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=421170&corhomem=3d4590&cormulher=9cddf) Acesso em: 03 jun.2021.

Tabela 1 -Taxa de escolarização de 6 a 14 anos - municípios da AMREC (2010).

<b>Municípios da AMREC</b>	<b>Taxa de escolarização de 6 a 14 anos em 2010</b>
Balneário Rincão	*Município criado após o Censo de 2010.
Cocal do Sul	98,8%
Criciúma	98,5%
Forquilha	98,3%
Içara	96,4%
Lauro Muller	98,7%
Morro da Fumaça	98,1%
Nova Veneza	99,4%
<b>Orleans</b>	<b>98,1%</b>
Siderópolis	99,4%
Treviso	99,8%
Urussanga	97,6%

Fonte: IBGE (2010).

Pelos percentuais apresentados, Orleans seguia a média da taxa de escolarização (de 6 a 14 anos) dos demais municípios da AMREC e, na ocasião, abaixo dos municípios de Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Lauro Muller, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>13</sup>, nos anos iniciais e finais do ensino fundamental da Rede Pública de Ensino, referente ao ano de 2017, a tabela abaixo apresenta o desempenho do município de Orleans e dos demais municípios da AMREC.

<sup>13</sup> O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Tabela 2 – Notas do IDEB - Anos iniciais e finais do ensino fundamental (Rede Pública) - Municípios da AMREC (2017).

<b>Municípios da AMREC</b>	<b>Nota do IDEB - Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública)</b>	<b>Nota do IDEB - Anos finais do ensino fundamental (Rede Pública)</b>
Balneário Rincão	5,4	4,9
Cocal do Sul	6,6	5,5
Criciúma	6,2	4,7
Forquilha	6,8	4,5
Içara	6,4	5,2
Lauro Muller	6,1	4,6
Morro da Fumaça	6,4	5,0
Nova Veneza	6,7	4,8
<b>Orleans</b>	<b>6,2</b>	<b>5,1</b>
Siderópolis	5,4	4,2
Treviso	6,4	4,7
Urussanga	6,6	4,6

Fonte: IBGE (2017).

Orleans obteve a nota de 6,2 nos anos iniciais e 5,1 nos anos finais do ensino fundamental. Levando-se em conta o que apresenta o Ministério da Educação, o IDEB apresenta um índice que varia de 0 a 10 e permite traçar metas de qualidade educacional para os sistemas, além de ser um importante índice para a política pública ser conduzida, avaliando a qualidade da educação.

Como meta para o ano de 2011, no IDEB, foi estabelecido como meta alcançar a média 6 – valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos (Ministério da Educação). Portanto, o município de Orleans, em 2017, no que diz respeito aos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública, superou a meta estabelecida para 2022, obtendo a nota 6,2, assim como outros 11 municípios (dentre os 12) da AMREC, que também alcançaram a média naquele ano.

Em relação aos anos finais do ensino fundamental da rede pública, a nota de Orleans foi de 5,1. Apesar de estar abaixo da meta esperada para o ano de 2022 (6), foi a segunda melhor nota dentre os municípios da AMREC naquele ano, ficando abaixo apenas do município de Cocal do Sul, que obteve nota 5,5.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 2010, a tabela abaixo apresenta informações sobre o município de Orleans e demais municípios da AMREC.

Tabela 3 - IDHM dos municípios da AMREC (2010).

<b>Municípios da AMREC</b>	<b>IDHM (2010)</b>
Balneário Rincão	- *Município criado após o Censo de 2010.
Cocal do Sul	0,780
Criciúma	0,788
Forquilha	0,753
Içara	0,741
Lauro Muller	0,735
Morro da Fumaça	0,738
Nova Veneza	0,768
<b>Orleans</b>	<b>0,755</b>
Siderópolis	0,774
Treviso	0,774
Urussanga	0,772

Fonte: IBGE (2010).

No Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 2010, Orleans obteve 0,755, ficando em sexto lugar dentre os municípios da AMREC. Quanto ao IDHM, é importante ressaltar que Orleans apresentou uma melhora ao longo dos anos de 1991-2010, conforme se observar na tabela abaixo.

Tabela 4 - IDHM do município de Orleans (1991-2010).

<b>Ano</b>	<b>IDHM</b>
1991	0,508
2000	0,639
2010	0,755

Fonte: IBGE (1991-2010).

A tabela que segue apresenta o número de estabelecimentos de saúde, no ano de 2009, do município de Orleans e demais municípios da AMREC.

Tabela 5- Estabelecimentos de Saúde SUS nos municípios da AMREC (2009).

<b>Municípios da AMREC</b>	<b>Estabelecimentos de saúde – SUS - 2009</b>
Balneário Rincão	- *Município criado após o Censo de 2010.
Cocal do Sul	11
Criciúma	85
Forquilha	17
Içara	40
Lauro Muller	12
Morro da Fumaça	15
Nova Veneza	06
<b>Orleans</b>	<b>26</b>
Siderópolis	06
Treviso	02
Urussanga	15

Fonte: IBGE (2009).

Quanto aos estabelecimentos de saúde no âmbito do SUS, no ano de 2009, Orleans, em relação aos demais municípios da AMREC, encontrava-se em terceiro lugar, com um total de 26 estabelecimentos, ficando abaixo de Criciúma (com 85) e Içara (com 40). A diferença pode ser justificada em virtude de que as populações dos municípios de Criciúma e de Içara, conforme dados do Censo Populacional de 2010, eram maiores, respectivamente, 192.308 e 58.833. O número de estabelecimentos de saúde pode ser relacionado ao aumento da expectativa de vida e redução das taxas de mortalidade das populações, demonstrando a implementação de políticas públicas de saúde.

No quesito “economia”, a tabela abaixo apresenta dados do PIB (Produto Interno Bruto) per capita, em 2018, do município de Orleans e demais municípios da AMREC.

Tabela 6 - PIB per capita (2018) dos municípios da AMREC (2018).

<b>Municípios da AMREC</b>	<b>PIB per capita (2018)</b>
Balneário Rincão	17.926,93
Cocal do Sul	39.615,60
Criciúma	36.073,31
Forquilha	32.261,34
Içara	42.042,20
Lauro Muller	24.646,56
Morro da Fumaça	36.437,43
Nova Veneza	48.411,29
<b>Orleans</b>	<b>39.817,94</b>
Siderópolis	33.528,51
Treviso	52.568,42
Urussanga	39.438,25

Fonte: IBGE (2018).

Destaca-se que em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) per capita, em 2018, Orleans alcançou R\$39,817,94 e ocupou o quinto lugar entre os 12 municípios da AMREC. Fazendo uma comparação com outros municípios do estado de SC, em 2018, Orleans ficou na posição 73º de 295º e na 728º de 5.570º no país.

Outro fator importante de apresentação se refere ao “trabalho e rendimento” em 2018 (IBGE, 2018), com o salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,3 salários-mínimos. Lembrando que, no ano de 2018, o salário-mínimo era de R\$ 954,00 reais. Quando comparado o município de Orleans aos municípios que integram a AMREC, no quesito salário médio mensal em 2018, a tabela abaixo traz a seguinte posição:

Tabela 7 - Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2018) – Municípios da AMREC.

<b>Municípios da AMREC</b>	<b>Salário médio mensal em 2018</b>
Balneário Rincão	2,0
Cocal do Sul	2.7
Criciúma	2.6
Forquilha	2.3
Içara	2.6
Lauro Muller	2.6
Morro da Fumaça	2.4
Nova Veneza	2.2
<b>Orleans</b>	<b>2.3</b>
Siderópolis	2.3
Treviso	3.5
Urussanga	2.6

Fonte: IBGE (2018).

Conforme descrito, em 2018, o salário médio mensal do município de Orleans estava entre os cinco mais baixos. Na comparação com os outros municípios do estado de Santa Catarina, ocupava a posição 88º de 295º e, com municípios do país todo, a posição 1.019º de 5.570º. Na série histórica (2007-2018), do salário médio mensal de Orleans apresenta as seguintes médias:

Tabela 8 - Salário médio mensal em Orleans/SC (2007-2018)

<b>Ano</b>	<b>Salário médio mensal em Orleans/SC</b>
2007	2.6
2008	2.3
2009	2.2
2010	2.2
2011	2.5
2012	2.3
2013	2.4
2014	2.4
2015	2.5
2016	2.5

2017	2.4
2018	2.3

Fonte: IBGE (2007-2018).

Pelas informações da tabela, observa-se uma melhor média no ano de 2007, quando atingiu a marca de 2.6 (salário médio mensal), após manteve índices mais baixos.

No quesito pessoal ocupado<sup>14</sup>, em 2018, Orleans contava com um total 8.227 pessoas e, em relação à população total, o valor percentual era de 36.1% (IBGE, 2018). No mesmo ano, Orleans ocupava a posição 56º de 295º no estado de Santa Catarina e, no país, a posição 243º em relação a 5.570º. (IBGE, 2018).

No ano de 2010, considerando o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 (meio) salário-mínimo por pessoa, Orleans apresentava 24.3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 216º de 295º dentre municípios do estado de SC e na posição 5345º de 5570º em relação ao Brasil (IBGE, 2010). Ou seja, quase ¼ da população do município recebia até meio salário-mínimo, que representava uma parcela significativa da população vivendo com cerca de R\$ 255 reais, pois o salário-mínimo vigente, no ano de 2010, era de R\$510,00.

A tabela abaixo apresenta o número de empregos formais por grandes setores, no ano de 2019, em Orleans.

Tabela 9 – Número de empregos formais por grandes setores (2019).

IBGE Gr Setor	Masculino	Feminino	Total
Indústria	1896	1067	2963
Construção Civil	1203	60	1263
Comércio	797	726	1523
Serviços	1226	1355	2581
Agropecuária	77	21	98

<sup>14</sup> Uma pessoa é dita ocupada na metodologia usada pelo IBGE quando exerce atividade profissional (formal ou informal, remunerada ou não) durante pelo menos 1 hora completa na semana de referência da pesquisa. Ou seja, são aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). Obs.: Essa atividade não precisa ser remunerada em dinheiro e não precisa consistir de 40 horas semanais de trabalho. Apenas uma hora de atividade profissional na semana, por exemplo, faria o entrevistado ser considerado ocupado. (IBGE, 2010).

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,-3,128,129&ind=4728>  
Acesso em: 23 jun. 2021.

Total	5199	3229	8428
-------	------	------	------

Fonte: RAIS (BRASIL, 2019).

Os números demonstram que do total de 8.428 (5.199 do sexo masculino e 3.229 do sexo feminino) trabalhadores/as, parte significativa estava ocupada no setor da indústria, seguido do setor de serviços, comércio, construção civil e agropecuária. As trabalhadoras estavam em maior número no setor de serviços e, em menor número, nos setores da construção civil e da agropecuária.

Mediante o exposto ao longo do tópico, buscou-se apresentar alguns dados socioeconômicos relevantes para o contextualizar o município de realização da pesquisa. Na sequência, são apresentadas informações sobre o desenvolvimento rural e a agricultura familiar do município.

### 3.3 DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Breves notas sobre o processo histórico de produção agrícola em Orleans remetem ao período em que o município ainda era colônia modelo, quando os técnicos contratados pela Empresa Colonizadora, engenheiros e agrimensores dividiram a área em lotes (os lotes eram de 484.000 metros quadrados ou 48,4 hectares, com as seguintes medidas: 220 metros de frente por 2.200 metros de fundo), já vislumbrando algum progresso e desenvolvimento da região. (LOTTIN, 1998).

Os editais, distribuídos por toda a Europa, informavam que as culturas adequadas ao clima e ao solo seriam feijão, trigo, arroz, milho, mandioca e batata. Desde os primeiros momentos, foi a empresa colonizadora a responsável pela distribuição de sementes, mudas frutíferas e por tornar viável a criação de vacas, cavalos, porcos, galinhas e de bois para o trabalho e corte. A orientação e fiscalização para os colonos era intensa e contínua (LOTTIN, 1998).

Conforme descreveu Souza (2013), em 1882, os então proprietários do território onde hoje se situa Orleans, Conde D'Eu e Princesa Isabel, iniciaram a organização de seu amplo território, com o intento de transformar o dote em dinheiro. Contrataram pessoas para organizar a colônia, medir as terras, dividir em lotes e promover as vendas, principalmente para europeus vindos da Itália,

Alemanha, Polônia, Letônia etc. Para dar início a “organização da propriedade, davam carência e apoio com sementes, utensílios e ferramentas para preparar a terra para o plantio [...]” (SOUZA, 2013, p.137).

Orleans teve seu desenvolvimento pensado a partir da agricultura, conforme mencionou Souza (2013), sobre o processo de colonização que iniciou a partir de 1885 e as pessoas que chegavam vislumbravam, como meio de vida, praticar uma agricultura de subsistência com base na pequena propriedade. Não se pensava, na época, a possibilidade de uma economia agrícola que pudesse ser comercial, em grande escala e que pudesse ser vendida.

Então, inicialmente, a produção era para o consumo próprio, pois restava pouco para ser comercializado, as pequenas sobras eram vendidas nos pequenos comércios estabelecidos, conhecidos por “armazéns” de secos e molhados. Aliada à escassez veio a dificuldade para realizar os pagamentos das terras, o que fez com que muitos migrassem para centros maiores que Orleans, como por exemplo, o Oeste do Paraná (SOUZA, 2013).

Já, por volta de 1956, a convite da Companhia Souza Cruz, um instrutor veio de Botuverá para visitar toda a região de Orleans captando interessados no cultivo do fumo de estufa, ofertando incentivos para que se tornassem integrados. Nos anos de 1960, ocorreram então visitas às propriedades rurais, com o intuito de angariar interessados em produzir o tabaco. Nos anos de 1970, produtores ingressaram na cultura do tabaco, com a expectativa de melhorar o padrão de vida. Os anos de 1980 foram considerados como o grande momento econômico do tabaco em Orleans, quando se chegou a ter duas mil e quinhentas estufas produzindo (SOUZA, 2013). A produção do tabaco foi fundamental para alavancar o comércio local e, conseqüentemente, os investimentos em prédios modernos o que possibilitou um acúmulo de capital para se iniciar a industrialização do município (SOUZA, 2013).

Da mesma forma, Lottin (1998) apontou que o processo de plantio e secagem de folhas foi amplamente difundido no município de Orleans pela Companhia Souza Cruz, tendo em 1998 um número de mil e setecentas estufas produzindo, colocando o município entre os primeiros produtores do sul catarinense. Nos relatos de Lottin (1998), observa-se que, até meados de 1998, as mesmas culturas implantadas pela colônia aos imigrantes continuavam sendo desenvolvidas, como milho, feijão,

mandioca e cana de açúcar, sendo que a produção de tabaco ainda representava o maior volume de renda dos agricultores.

Segundo Lottin (1998, p.189), o tabaco foi uma das culturas “que mais beneficiou à comunidade agrícola em nosso município”, pois ele permitia a ocupação de todos os membros da família em um cultivo, além de trazer a garantia de preço e pagamento dentro de um prazo determinado, o que não acontecia com outras culturas. Sob o mesmo ponto de vista, Souza (2013, p.82) referiu que, no município, a “[...] base de desenvolvimento econômico foi constituída com a cultura do fumo e para muitos foi uma conquista.”

Como analisado no capítulo anterior, apesar do tabaco se constituir como um trabalho penoso que gera inúmeros danos a saúde dos/as trabalhadores/as e consumidores de cigarros, de acordo com a literatura apresentada, foi considerado uma das possibilidades de reprodução de unidades de familiares e sugere problematizar sua representatividade no município em dados mais recentes. Porém, antes de trazer o cultivo para o foco, faz-se necessário explorar dados mais recentes apresentados pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2017), em seus resultados definitivos, sobre o município e que contribuem para reflexões sobre o desenvolvimento rural e a agricultura familiar local.

Como descrito no tópico anterior, no ano de 2010, o município de Orleans possuía uma população de 21.393 habitantes, sendo a população urbana 16.084 pessoas (cerca de 75,18%) e a população rural 5.309 pessoas (cerca de 24,81%), destes 2.754 homens e 2.555 mulheres. (IBGE, 2010).

O município possuía 1.260 estabelecimentos agropecuários<sup>15</sup>, destes quanto ao “pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários”<sup>16</sup>, com laço de

---

<sup>15</sup> “É toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção), seja para subsistência (sustento do produtor ou de sua família)”. (IBGE, 2017, p.14).

<sup>16</sup> “No Censo Agropecuário 2017, foram considerados os seguintes critérios adotados no registro de dados sobre pessoal ocupado: **Laços de parentesco com o produtor** – cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo ou de sexo diferente, filho(a) do produtor e do cônjuge, filho(a) somente do produtor, filho(a) somente do cônjuge, genro ou nora, pai, mãe, padrasto, madrastra, sogro(a), neto(a), bisneto(a), irmão ou irmã, avô(ó), outros parentes (tio(a), sobrinho(a), primo(a), cunhado(a), ou menor sob guarda ou tutela), e enteado(a) do produtor. Foram considerados, também, neste contexto, os agregados que, apesar de não terem laços de parentesco com o núcleo familiar, são considerados por seus membros como integrantes da família. **Pessoas que trabalharam no estabelecimento** – todas aquelas que, no período de referência, trabalharam em atividades agropecuárias ou em

parentesco com o produtor temos, 1.695 pessoas do sexo masculino e 1.083 pessoas do sexo feminino. Sem laço de parentesco com o produtor, eram 167 pessoas permanentes e 234 pessoas temporárias. Quanto ao “sexo do produtor” 1.164 estabelecimentos designados como “masculinos”, 91 como “femininos” e cinco com a classificação “não se aplica” (IBGE, 2017).

A tabela abaixo apresenta o número de estabelecimentos relacionado à classe de idade do produtor.

Tabela 10 - Classe de idade do produtor (2017).

<b>Classe de idade do produtor</b>	<b>Estabelecimentos</b>
Menor que 25 anos	08
De 25 a menos de 35 anos	92
De 35 a menos de 45 anos	182
De 45 a menos de 55 anos	361
De 55 a menos de 65 anos	348
De 65 a menos de 75 anos	204
De 75 anos e mais	60
Não se aplica	05

Fonte: IBGE (2017).

Os dados dispõem que em um maior número de estabelecimentos (361), as idades dos produtores estavam entre 45 e menos de 55 anos, seguido por 348 estabelecimentos com idades de 55 a menos de 65 anos.

Quanto à escolaridade do produtor relacionada ao número de estabelecimentos agropecuários, tem-se o seguinte panorama:

Tabela 11 – Escolaridade do produtor em relação ao número de estabelecimentos (2017).

<b>Escolaridade do produtor</b>	<b>Números de estabelecimentos</b>
Nunca frequentou a escola	15
Classe de alfabetização	14
Alfabetização de jovens e adultos (AJA)	02
<b>Antigo primário (elementar)</b>	<b>753</b>
<b>Antigo ginásial (médio 1º ciclo)</b>	<b>122</b>

atividades não agropecuárias de apoio às atividades agropecuárias, como motorista de caminhão, cozinheiro, mecânico, marceneiro, contador e outros. Não foram consideradas como pessoas que trabalharam no estabelecimento aquelas que, mesmo tendo laços de parentesco com o produtor ou com os trabalhadores do estabelecimento, não executaram nenhuma tarefa para o estabelecimento, no período de referência. Igualmente não foram considerados como tal, os trabalhadores domésticos da residência do produtor que trabalharam exclusivamente em tarefas domésticas (cuidar da casa, limpar, lavar, passar, cozinhar, cuidar das crianças), bem como os residentes na área do estabelecimento que não participaram de nenhuma atividade para o estabelecimento no período de referência.” (IBGE, 2017, p.26).

Regular do ensino fundamental ou 1º grau	95
EJA – Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	04
Antigo científico, clássico etc. Médio 2º ciclo.	02
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	17
EJA – Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	02
Superior - graduação	62
Mestrado ou doutorado	01
Não se aplica	05

Fonte: IBGE (2017).

Em vista dos dados apresentados, ressalta-se a necessidade do aumento da escolaridade dos produtores, bem como a ampliação da oferta de uma educação de qualidade. Argumenta-se sobre a relação entre o aumento da escolaridade e da renda na base do desenvolvimento socioeconômico.

Outra questão relevante que de ser analisada diz respeito à lavoura permanente e o “número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais”, em um total de 81 hectares, destacam-se: banana (12 estabelecimentos), goiaba (dois estabelecimentos), laranja (oito estabelecimentos), maracujá (um estabelecimento), palmito (quatro estabelecimentos), pitaiá (três estabelecimentos), tangerina/bergamota/mexericá (um estabelecimento), uva (um estabelecimento), vinho ou suco (dois estabelecimentos). (IBGE, 2017).

A lavoura temporária, pelo “número de estabelecimentos agropecuários” produtivos, está assim representada: abacaxi (um estabelecimento), abóbora, moranga, jerimum (sete estabelecimentos), amendoim (seis estabelecimentos), arroz (três estabelecimentos), batata inglesa (um estabelecimento), cana-de-açúcar (106 estabelecimentos), cana-de-açúcar forrageira (54 estabelecimentos), cebola (três estabelecimentos), feijão cor (24 estabelecimentos), feijão preto (67 estabelecimentos), mandioca (aipim, macaxeira) (89 estabelecimentos), melancia (um estabelecimento), milho grão (398 estabelecimentos), milho forrageiro (418 estabelecimentos), vassoura (dois estabelecimentos). As lavouras temporárias correspondem a 3.350 hectares, sendo a área para cultivo de flores ainda incipiente, totalizando apenas nove hectares (IBGE, 2017).

A pecuária de Orleans, por estabelecimentos, apresentava as seguintes produções: bovinos (947 estabelecimentos), bubalinos (quatro estabelecimentos),

caprinos (nove estabelecimentos), codornas (sete estabelecimentos), equinos (34 estabelecimentos) galináceos (galinhas, galos, frangas, frangos e pintos) (372 estabelecimentos), ovinos (14 estabelecimentos), patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões (12 estabelecimentos), perus (cinco estabelecimentos), suínos (236 estabelecimentos).

Quanto ao cultivo de tabaco, conforme já demonstrado, conforme o Censo de 2017 (IBGE, 2017), o município de Orleans produziu cerca de 3.827 toneladas do produto/tabaco, distribuídas em um total de 378 estabelecimentos agropecuários (de um total de 1.260 estabelecimentos agropecuários), o que corresponde a cerca de 30% dos estabelecimentos e próximo a 30% da população rural. A área colhida de fumo foi de 1.512 hectares e o valor da produção foi de 32.565,303 (x1000) R\$. (IBGE, 2017).

Diante dos dados apresentados, percebe-se que passados 107 anos da criação de Orleans, a agricultura continua sendo significativa para o desenvolvimento rural do município e a produção de tabaco representativa em muitos estabelecimentos agropecuários, apesar dos problemas já apresentados e discutidos. É importante considerar que a mudança de cenário requer a construção de alternativas à produção de tabaco, as quais contribuam para diversificar atividades agropecuárias em contextos rurais e da agricultura familiar. Argumenta-se que o desenvolvimento rural e da agricultura familiar, em âmbitos regional e local, com foco na diversificação produtiva, requerem políticas públicas que possam fomentar condições dignas para a reprodução de modos de vida e de trabalho.

Para concluir o capítulo sobre o desenvolvimento rural e agricultura familiar no município de Orleans, é importante retomar concepções importantes que orientam o trabalho, em consonância com o que foi tratado no capítulo anterior. No Brasil, conforme assinala Wanderley (2009b), as relações campo-cidade eram entendidas e pensadas em um contexto mais amplo, percebidas em seu conjunto, como uma “civilização agrária”, até as primeiras décadas do século XX.

Porém, ao longo da primeira metade do século XX, esse cenário se transformou e a população rural, antes era superior à urbana, diminuiu. A partir daí, então, o objetivo era “compreender os processos de reprodução do mundo rural não mais sob a égide da civilização agrária, mas inserido em uma sociedade urbano-industrial.” (WANDERLEY, 2009b, p. 63).

Mattei (2014) explica que a agricultura familiar no Brasil foi por muito tempo nomeada de “agricultura de subsistência” e fez parte da rotina das atividades produtivas do país, desde o início do processo de ocupação do território. No entanto, este tipo de agricultura não recebeu praticamente nenhum apoio governamental para se desenvolver satisfatoriamente, ao longo de todo o período imperial bem como nos períodos seguintes. (MATTEI, 2014).

Nas décadas de 1960 e 1970, durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural não incluíram a agricultura familiar, deixando-a a margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, principalmente, em relação ao “crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção.” (MATTEI, 2014, p.71).

Até o início da década de 1990, os agricultores familiares permaneceram sem nenhum tipo de política pública, de alcance nacional, pois, somente em 1996, foi criado o PRONAF (MATTEI, 2014). Sobre a criação do PRONAF, o autor assinala:

Assim, a criação do PRONAF representa a legitimação, por parte do Estado brasileiro, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. (MATTEI, 2014, p.72).

Nesse sentido, Grisa e Schneider (2014, p.132) assinalaram que a criação do PRONAF possibilitou a emergência de outras políticas públicas para o desenvolvimento rural brasileiro e com ele iniciou “a construção de um conjunto de medidas orientadas para fortalecer e garantir a produção agrícola dos agricultores familiares.”

A criação do programa ocorreu, em grande medida, devido às várias mobilizações sociais (gritos da Terra Brasil, MST, acampamentos de reforma agrária), ou seja, foi uma resposta estratégica dos governantes as contestações sociais, garantindo assim alguma influência sobre o sindicalismo rural e apoio eleitoral (GRISA, SCHNEIDER, 2014). Concomitante ao PRONAF, a política de assentamentos da reforma agrária, mesmo que com oscilações, continuou sendo realizada. Esse encontro de esforços e evidências “criou as condições para que, também no Brasil, a agricultura familiar passasse a ser vista de forma positiva e

relevante para a produção de alimentos e geração de empregos.” (GRISA, SCHNEIDER, 2014, p.133).

Nos anos subsequentes, a partir de 1997/1998, as políticas para a agricultura familiar passaram a ter um novo referencial setorial interessado em ações sociais e assistenciais, seria uma segunda geração de políticas públicas para a agricultura familiar, conforme nomeado por autores como Schneider, Shiki e Belik (2010). Dentre os programas criados nessa época, cita-se o Programa Comunidade Solidária, o Programa Fome Zero, no qual o Bolsa Família foi destaque, linha Infraestrutura e Serviços Municipais do PRONAF, também, grupos e linhas do PRONAF direcionados aos agricultores mais descapitalizados ou em situação de vulnerabilidade social, como por exemplo o “Pronafinho”, em 1997, e do Grupo B (o grupo B se referia aos agricultores em maior vulnerabilidade social e corresponde ao microcrédito produtivo rural). (GRISA, SCHNEIDER, 2014).

No ano de 2002, foi estabelecido o Programa Garantia Safra e, em 2003, no governo do presidente Lula, foi criado o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que fez parte do Programa Minha Casa, Minha Vida (criado em 2009). Em 2003, foi extinto o Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais que deu lugar ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Em 2008, foi criado o Programa Territórios da Cidadania (PTC), que tinha como objetivo vincular e intensificar as ações de um conjunto de políticas públicas em determinados territórios economicamente mais fragilizados. (GRISA, SCHNEIDER, 2014).

Na terceira geração de políticas para a agricultura familiar, pode-se citar que houve o restabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e combate à Fome (MESA), o Programa Fome Zero, o Programa de Aquisições de Alimentos (PAA), criado em 2003. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a criação da lei n. 11.947, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). (GRISA, SCHNEIDER, 2014).

Grisa e Schneider (2014) analisaram as três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil a partir de três referenciais: uma primeira que prioriza o “viés agrícola e agrário, um segundo direcionado para políticas sociais e

assistenciais, e um terceiro, orientado pela construção de mercados para a segurança alimentar e nutricional e para a sustentabilidade.”. (GRISA, SCHNEIDER, 2014, p.141-142).

Em Santa Catarina, de acordo com a EPAGRI (2021, p.10-11), “o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o principal programa de crédito rural para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural inclusivo, de alta relevância econômica e social para o país”; entretanto, no ano de 2019, a “redução de contratações em relação a 2018 foi de 126.071 contratos, menos 8,47% [...] Conforme dados parciais de 2020, ou seja, de janeiro a novembro, foram 1,32 milhão de operações, sendo possível aproximar-se do número de 2019.”

Para prosseguir com a análise, no próximo capítulo, de forma mais específica, são analisadas relações de trabalho e de gênero entre agricultores/as familiares de Orleans/SC na produção de tabaco.

## 4 PRODUÇÃO DE TABACO, RELAÇÕES DE TRABALHO E DE GÊNERO ENTRE AGRICULTORES/AS FAMILIARES DE ORLEANS/SC

Com base nas entrevistas realizadas, esse capítulo apresenta a trajetória dos/as participantes na atividade de produção do tabaco, analisa a organização do trabalho familiar, com ênfase nas relações de gênero e na divisão sexual do trabalho, bem como as condições de trabalho e de saúde dos/as envolvidos/as com a produção. Buscou-se fomentar uma reflexão, nos campos de estudos de gênero e da divisão sexual do trabalho, sobre as condições de trabalho dos/as agricultores/as produtores/as de tabaco, que participaram da pesquisa. O capítulo está organizado a partir das categorias analíticas apresentadas nos procedimentos metodológicos.

### 4.1 APRESENTAÇÃO DOS/AS PARTICIPANTES DA PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO

Conforme exposto nos procedimentos metodológicos, foram entrevistados/as 20 agricultores/as familiares produtores/as de tabaco de Orleans/SC, sendo duas famílias de cada comunidade, escolhidos pelas cinco comunidades com maior produção. As entrevistas ocorreram nas propriedades rurais de cada família participante. O quadro a seguir apresenta uma breve caracterização dos participantes da pesquisa.

Quadro 1 - Apresentação dos/as participantes da pesquisa.

Famílias	Participantes		Sexo	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Composição Familiar
F1	E1		F	39	Ensino Fundamental Incompleto	Casada	6 pessoas – E1, E14, uma filha de 17 anos, um filho de 20 anos, um filho de 23 anos e a mãe do E14.
	E14		M	47	Ensino Fundamental Incompleto	Casado	
F2	E2		M	39	Ensino Fundamental Incompleto	União estável	3 pessoas – E2, E3, e um filho de 11 anos.
	E3		F	42	Ensino Fundamental Completo	União estável	
	E4		M	51	Ensino Fundamental Completo	Casado	3 pessoas – E4, E5, uma filha.

F3	E5		F	50	Ensino Fundamental Incompleto	Casada	Obs.: Na mesma unidade familiar (casa ao lado) residem uma filha e o genro do casal.
F4	E6		F	43	Ensino Fundamental Incompleto	Casada	3 pessoas – E6, E7 e um filho de 19 anos.
	E7		M	42	Ensino Fundamental Incompleto	Casado	
F5	E8		M	63	Ensino Fundamental Incompleto	Casado	2 pessoas – E8 e E9
	E9		F	59	Ensino Fundamental Incompleto	Casada	
F6	E10		M	57	Ensino Fundamental Incompleto	Casado	3 pessoas – E10, E11 e uma filha maior de 18 anos que trabalha no meio urbano.
	E11		F	53	Ensino Fundamental Incompleto	Casada	
F7	E12		M	47	Ensino Fundamental Incompleto	Casado	3 pessoas – E12, E13 e um filho de 18 anos.
	E13		F	46	Ensino Fundamental Incompleto	Casada	
F8	E15		M	41	Ensino Médio Completo	Casado	4 pessoas – E15, E16 e duas filhas (17 anos e 04 anos).
	E16		F	35	Ensino Médio Incompleto	Casada	
F9	E17		M	53	Ensino Fundamental Incompleto	Casado	4 pessoas – E17, E18, um filho e nora.
	E18		F	50	Ensino Fundamental Incompleto	Casada	
F10	E19		M	35	Ensino Superior Completo	Solteiro	4 pessoas – E19, E20, pai do E19, filho da E20 e irmão do E19 (maior de 18 anos idade).
	E20		F	62	Ensino Médio Completo	Casada	

Fonte: Dados da pesquisa. Entrevistas realizadas com os participantes (2020/21).

Na ocasião da pesquisa, os/as participantes da pesquisa tinham idades entre 35 e 63 anos, com uma idade média de 47,7 anos. Dos/as entrevistados/as, 14 eram naturais do município de Orleans/SC, outros/as quatro de municípios de Santa Catarina e dois de municípios de outros estados da federação.

Sobre a escolaridade, um participante relatou ter ensino superior completo, dois afirmaram ter o ensino médio completo, apenas um referiu ter ensino médio

incompleto, dois com ensino fundamental completo e 14 com ensino fundamental incompleto. Segue a organização em tabela para uma melhor visualização.

Tabela 12 - Escolaridade dos/as participantes da pesquisa.

<b>Escolaridade</b>	<b>Participantes da pesquisa (geral)</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Ensino Fundamental Incompleto	14	7	7
Ensino Fundamental Completo	2	1	1
Ensino Médio Incompleto	1	0	1
Ensino Médio Completo	2	1	1
Ensino Superior Incompleto	0	0	0
Ensino Superior Completo	1	1	0

Fonte: Dados da pesquisa. Entrevistas realizadas (2020/21).

Então, do total dos/as participantes da pesquisa, 14 possuem o ensino fundamental incompleto (sete homens e sete mulheres), representando a maior parcela dos/as participantes. Quanto ao estado civil, do total, 17 declararam estado civil de casados/as, dois união estável e apenas um era solteiro. As famílias eram compostas por duas a seis pessoas, sendo que 19 participantes tinham filhos/as. Apenas, uma família (F6) tinha uma filha que trabalhava fora da unidade familiar, conforme descreveu a E11: “Tem a filha que trabalha na [...] fez faculdade de administração e trabalha na [...]”.

As famílias, em sua maioria, eram pequenas, formadas pelo casal e um filho/a (F2, F3, F4, F6 e F7); já com quatro pessoas, as famílias F8, F9 e F10; a F5, com duas pessoas; a F1 com seis integrantes, a maior dentre as famílias entrevistadas. Famílias pequenas mostram uma questão que será observada no desenvolver da análise deste trabalho (diminuição da taxa de natalidade), que se refere à diminuição da força de trabalho para dar seguimento no trabalho das unidades de produção familiares.

A seguir será apresentada a caracterização das propriedades dos/as participantes. Conforme relataram os/as participantes, todos/as residem em casas e terrenos próprios. As propriedades têm uma dimensão entre 12 e 53 hectares, atendendo ao que institui a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em seu artigo 3º, inciso I:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cada módulo fiscal (em hectares), em Orleans/SC, equivale a 14 hectares, o que corresponde à dimensão de 56 hectares, para ser considerado/a agricultor/a familiar. Dos/as 20 participantes, todos/as residem na propriedade há mais de 10 anos, sendo a variação de tempo entre 11 e 62 anos.

As propriedades no geral eram compostas por uma casa, estufas de fumo (de grampo e folha solta), varanda da estufa, galpão do fumo, galinheiro, chiqueiro, açude, estrebaria, trator, implementos agrícolas como ensiladeira, grade, garfo, plantadeira, pulverizador de agrotóxico, subsolador, arado, carroça, colheitadeira de milho, espalhador de ureia/esterco. Poucos relataram possuir tobata, galpão para as máquinas, pastagem, eucalipto, mata nativa/área de preservação permanente, aviários desativados, aviário ativo, galpão de leite com freezer, ordenha canalizada.

#### 4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES FAMILIARES: PRODUÇÕES PARA A COMERCIALIZAÇÃO E PARA O CONSUMO FAMILIAR

Para a comercialização, a maioria das famílias entrevistadas produz tabaco, de forma concomitante, com outras atividades, conforme exposto no quadro abaixo.

Quadro 2 - Caracterização da produção agropecuária comercializada.

Família	Produção	Observações
F1	Fumo e milho	
F2	Fumo	
F3	Fumo	
F4	Fumo, açúcar e mel	
F5	Fumo	Família já trabalhou com a produção de frangos de corte (atualmente, o aviário está desativado. Vende gado esporadicamente).
F6	Fumo e milho (milho em grão para venda).	Família já trabalhou com a produção de frangos de corte (atualmente, o aviário está desativado).

F7	Fumo	
F8	Fumo, leite e frango de corte (aviário)	
F9	Fumo, milho e gado	
F10	Fumo, milho e leite	

Fonte: Dados da pesquisa. Entrevistas realizadas (2020/21).

Apesar de possuírem produções concomitantes à produção do tabaco, percebe-se ainda dificuldades para migrarem definitivamente para outras culturas e formas de produção, pois ainda não conseguem vislumbrar como possibilidade de manutenção da propriedade rural e da subsistência da família, além da questão da necessidade de investimentos financeiros para iniciar outro tipo de produção.

Outras atividades, realizadas em todas as unidades familiares pesquisadas, foram descritas como relativas à produção “para o gasto”, ou seja, para o consumo da própria família. Conforme o estudo realizado, mostraram-se como fundamentais para a subsistência da família e manutenção da unidade familiar, como, por exemplo, os alimentos advindos dos quintais. Com relação aos alimentos produzidos na unidade familiar, foi observada uma variedade considerável, conforme descrito no quadro abaixo.

Quadro 3 – Caracterização da produção agropecuária para o consumo da família

Família	Produção	Observações
F1	Milho, carnes, ovos, leite, aipim, batata, verduras.	
F2	Milho, feijão, aipim, ovos, leite, queijo, manteiga, carnes (de boi, de porco), verduras, laranja, jabuticaba, banana, ameixa.	
F3	Feijão, carnes (boi, porco, frango), ovos, tomate, repolho, beterraba, cenoura, alface, feijão de vara, chuchu, aipim, batata doce, milho (para consumo e para tratar os animais).	
F4	Carnes (de boi, de porco), repolho, tomate, cebola, melancia, aipim, batata, abóbora, ovos, leite, queijo, mel, açúcar.	
F5	Carnes (de boi, de porco), verduras, laranja, limão, pêssego, goiaba, batata doce, aipim, milho (para consumo e para silagem para tratar o gado).	
F6	Carnes (de boi, de porco, de frango, peixe), milho, batata, feijão, aipim, batata, cebola, temperos, alface, repolho, couve, laranja, uva, pêssego, ameixa.	Conforme o E11, a família compra ovos e leite.
F7	Carne (de frango), milho, feijão, batata doce, aipim, alface, repolho, cenoura, beterraba, pepino, laranja, melão, melancia, pêssego, ameixa, jaca, pera, abacate, manga, jabuticaba.	
F8	Carnes (de boi, de porco, de frango), ovos, leite, batata, aipim, verduras.	
F9	Carnes (de boi, de porco), feijão, milho, leite, verduras, laranja, banana, ameixa, pêssego.	Conforme o/a entrevistado/a (E17 e E18), não podem criar galinhas por causa dos aviários próximos.
F10	Carnes (de boi, de porco, de frango), leite, ovos, aipim, batata doce, feijão, verduras, milho.	

Fonte: Dados da pesquisa. Entrevistas realizadas (2020/2021).

No quadro acima é possível perceber a variedade de alimentos produzidos e importantes para a subsistência dos/as integrantes da família. Apenas, em uma unidade familiar foi relatado que não podem ter criação de galinhas, devido à legislação (proximidade de suas propriedades com os aviários do sistema integrado), conforme apresentado no quadro anterior (F9).

Entre outros fatores que podem alterar a renda familiar, destaca-se a presença de idosos ou pessoas que trabalhavam fora da unidade familiar de produção. No contexto da pesquisa, em algumas unidades familiares, foi relatado a presença de pessoas idosas e de pessoas que trabalham fora. A F1 tinha uma idosa integrante da família (mãe do entrevistado 14). A F6, segundo foi descrito, a única filha do casal tinha um emprego no meio urbano e possuía ensino superior completo. A F9 tinha um integrante que realiza concomitantemente atividades na produção do tabaco e de motorista. A F10 era composta pelo casal (já aposentados) e dois filhos maiores, sendo que a mãe trabalhava na produção do tabaco, realizando serviços domésticos e de cuidado, e o pai, na ocasião da entrevista, estava doente.

#### 4.3 (RE)ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR NA PRODUÇÃO DO TABACO: CICLOS DO PROCESSO PRODUTIVO E DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

Neste tópico, aborda-se a (re)organização do trabalho familiar na produção do tabaco, levando em conta os ciclos do processo produtivo atrelados à dependência tecnológica. Antes disso, cabe descrever dados obtidos por meio das entrevistas, como por exemplo, o tempo que cada família entrevistada se dedica ao cultivo do tabaco, que variou de 10 anos a 39 anos. Nessa questão, alguns dos/as participantes relataram terem começado no cultivo de tabaco ainda na infância, como se pode verificar nas narrativas de E3, E9, E13 e E19:

Eu sempre plantei [...]. É, eu nunca saí dessa atividade. (E3).

[...] eu planto fumo desde os 12 anos de idade, quando morava lá com meu pai já plantava fumo, depois casei, vim para cá, a gente ficou uns dois anos que a gente não plantou que eu tinha os filhos pequenos e depois a gente começou a plantar fumo até hoje, uns 34, 30 anos, trinta e poucos anos já, então. (E9).

Três anos de idade eu já dava folhinha de fumo para o meu pai, que era o tempo que trabalhava assim, eu já dava folhinha de fumo. Então assim, eu não conheci outra renda, era só fumo (E13).

[...] nós sempre plantamos fumo a vida inteira, né mãe? [...]. Eu tenho 35 anos, sempre me lembrei de plantar fumo. O pai e a mãe também sempre plantaram, acho que nunca pararam (E19).

Sobre o início da participação na atividade, ainda, na infância, os estudos realizados por Paulilo (2016, p.87) apontavam “[...] a necessidade do trabalho infantil para a manutenção da família.” Porém, ao contrário do que a autora verificou em seus estudos, realizados nos anos de 1970 e 1980, o número de filhos diminuiu consideravelmente entre as famílias entrevistadas nesse estudo, sendo que a força de trabalho vem diminuindo paulatinamente.

Outro fator relativo a atividades que envolvem o trabalho de mulheres e crianças, como estudado na década de 1980 por Paulilo (1987), é a ideia de que se tratava apenas de uma “ajuda”. Isso também explicava, de alguma maneira, nos preços baixos pagos pelas fumageiras aos fomicultores/as. (PAULILO, 1987).

Na pesquisa realizada, também, percebeu-se uma grande dificuldade para se concretizar uma mudança de atividade, visto que a produção de tabaco foi considerada uma alternativa rentável para as famílias produtoras entrevistadas, conforme se verifica no trecho da entrevista de E9: “Para nós é o fumo, porque se tu dependeres de gado, também não dá. [...] Nossa renda é toda do fumo, que a gente tem, é toda do fumo.”.

Sobre a quantidade de tabaco produzida pelas famílias pesquisadas, a variação foi entre 12 e 60 toneladas, sendo que a maioria (oito famílias) produziu uma quantidade acima de 20 toneladas por ano. Nas unidades familiares, a quantidade de tabaco plantada foi descrita entre 60 mil e 330 mil pés, com uma média 150 mil pés por unidade. Já no que diz respeito à área plantada de tabaco, o número variou entre quatro e 22 hectares. Nesse quesito, quatro participantes não souberam apontar a quantidade exata de hectares cultivada na unidade familiar.

Quanto ao ciclo da atividade, conforme já ilustrado na figura 4, a produção de tabaco é dividida em algumas fases principais, sendo elas: contrato, canteiro, manejo de solo, plantio, desenvolvimento da lavoura, capação, colheita, cura, classificação e separação e comercialização.

Como visto, a produção de tabaco inicia então com a assinatura do contrato entre a empresa integradora e os/as produtores/as. O contrato é de adesão, ou seja, os trabalhadores não possuem liberdade para alterar qualquer cláusula estipulada

pela empresa. Posteriormente, ocorre à preparação dos canteiros das mudas e, de acordo com as informações dos/as participantes, todas as unidades utilizam o sistema float (bandejas que flutuam na água). Algumas famílias seguem um padrão solicitado pelas empresas integradoras, que requer a substituição das bandejas de isopor por bandejas de plástico, conforme explicaram os participantes E7 e E4: “É, o canteiro hoje em dia é padrão da firma, nós fizemos tudo de concreto. [...] não vai mais bandeja de isopor que antigamente era [...]” (E7); “É as bandejas são tudo as novas, de plástico, não têm mais isopor.” (E4).

É possível visualizar que, já na produção das mudas do tabaco, a dependência tecnológica vem se instaurando no ciclo, com equipamentos que só podem ser utilizados para o mesmo fim. Apesar das tecnologias facilitarem o trabalho na agricultura, ao mesmo tempo, intensificam a produção e o trabalho. Com as novas tecnologias, os custos de produção aumentam e o/a produtor/a precisa produzir sempre mais, o que representa uma contradição das tecnologias, conforme observou Ploeg (2008).

Nota-se então a necessidade de canteiros cada vez mais padronizados (com medidas para quantidades específicas de mudas), utilização de concreto na base, coberturas estruturadas e bandejas plásticas em substituição as de isopor. Lembrando que, nos primórdios da produção, o canteiro era feito com as sementes sendo lançadas diretamente no solo.

Já na etapa de manejo do solo, todas as famílias entrevistadas possuem trator e implementos agrícolas para a feitura dos mochões, colocação de agrotóxicos, adubação, entre outros. O boi praticamente não é mais utilizado no preparo do solo, quando muito, são utilizados, em poucas propriedades, para puxar as zorras no meio dos canteiros. Conforme explicou o entrevistado 12, comumente já se utiliza o trator no meio dos carreiros: “O sistema nosso é a cada cem pés de fumo fica uma estrada, cinquenta sai para um lado e cinquenta sai para o outro. Não é usado trabalho animal não. Desde 2008 que eu não uso mais” (E12). O plantio do tabaco é realizado com máquinas manuais.

Para a etapa de “desponte”<sup>17</sup> também chamada de “desbrotação”, também chamada de capação são utilizados agrotóxicos na máquina costal, pois essa etapa

---

<sup>17</sup> Desponte - Procedimento de eliminação da inflorescência apical das plantas de tabaco. Trata-se de um processo manual e tem como finalidade básica redirecionar o metabolismo dos nutrientes em

requer a pulverização de maneira individualizada em cada planta. Subsequentemente, vem à etapa da colheita que é terceirizada pela maioria das famílias entrevistadas, exceto uma que não contrata pessoas (optaram então por uma estufa de carga contínua) e outra que possui máquina específica para essa etapa da produção (colheitadeira de fumo). Os/as participantes da pesquisa esclareceram que contratam força de trabalho para colheita é que composta majoritariamente por homens (etapa masculinizada), exceto quando a esposa de algum trabalhador o acompanha, o que é raro, segundo informaram.

Na etapa da colheita, de acordo com participantes da pesquisa, são contratados os chamados “empreiteiros”, pessoas que agrupam trabalhadores e os levam para a colheita do tabaco nas propriedades que solicitam. Os empreiteiros ganham uma porcentagem da diária dos trabalhadores/as. Esse tipo de trabalho não é regulamentado na legislação vigente e os trabalhadores são contratados para os meses da colheita do tabaco. Todas as famílias entrevistadas contratam mão de obra para a colheita do tabaco por meio dos “empreiteiros”. Os contratados são sempre homens, exceto quando a esposa de algum trabalhador contratado o acompanha para colheita, fato esse citado por apenas duas famílias entrevistadas.

O tabaco colhido na lavoura é levado nas zorras com trator para as estufas para a etapa da “cura” nas estufas, que são outra mudança tecnológica que vem sofrendo alteração ao longo do tempo. As “estufas de vara”, onde se necessitava amarrar as folhas em tecedeira foram completamente abolidas. De acordo com as entrevistas realizadas, atualmente, algumas unidades possuem estufas de “folha solta” (as folhas de tabaco são colocadas diretamente dentro da estufa) e outras as “estufas de grampo” (as folhas são agrupadas em um pente de metal e encaixados em estrutura dentro da estufa). O trabalho de grampear geralmente é desenvolvido pelas mulheres e a colocação do grampo cheio, dentro da estufa, é tarefa dos homens. Tal mudança tecnológica também gerou impactos nos gastos dos/as produtores/as tendo em vista que as estufas de folha solta ou de grampo requerem investimento financeiro maior e já se constituem como exigência das empresas fumageiras.

Uma coisa foi boa também, as estufas né, porque no começo era de vareta né, era ruim. Agora não, é estufa de grampo e a de feixe né, fumo solto, é melhor [...] e os tratores [...] uma vez era com a pick-up né, e com a tobata que nós puxávamos fumo. Agora não, agora é com o trator, bem melhor. (E6).

É uma rotina que facilitou, uma vez era mais difícil [...]. Então, é uma rotina para mim que, que hoje o cara tem máquina agrícola, que uma vez era só com boi. Então, para mim, facilitou muito, porque se não tivesse facilitado com essas estufas, trator e tudo, eu não estava mais nessa produção, eu já tinha ido embora. (E7).

Além das estufas de folha solta e de grampo, uma das famílias entrevistadas relatou sobre a “estufa de carga contínua” que adquiriram, para evitar a contratação de pessoas na colheita. Segue o relato de E12 sobre essa nova tecnologia:

Ela é uma, uma estufa só, ela tem oito galerias, oito câmaras de secagem e a gente colhe uma por dia. Quando começa a carregar um, dois, três, quatro, cinco, seis, quando chegar na sétima, a um está seca, mas a gente colhe e põe na oitava, aí enchendo a oitava ela mesma amacia o fumo da um para eu poder descarregar. [...] É, é um... é difícil dizer, mas é um... é uma estufa grande dividida em oito “estufinhas pequenas” e daí só tem um aparelho, dois motores e um sistema de controle que é diferente das outras estufas, é como um computador, é uma aparelhagem moderna que ela controla essas câmaras de secagem. (E12).

O tempo de secagem/cura do tabaco nas estufas dura em média de sete a oito dias e requer uso de energia elétrica e lenha. Depois de seco, o fumo é guardado no paiol, depois segue para a classificação e separação, uma espécie de escolha das folhas que é feita na propriedade pelos agricultores/as. Posteriormente, as folhas classificadas e separadas por classes são “emboncadas”, em seguida são feitos os fardos e, para essa etapa, alguns produtores/as já possuem prensas hidráulicas ou elétricas que diferem das prensas manuais (que necessitam de maior esforço físico). As prensas hidráulicas ou elétricas também requerem maior investimento das famílias produtoras, pois são possuem um custo maior que os manuais, conforme explica o entrevistado 07: “Eu por enquanto não tenho, porque é assim, é um custo maior, então [...].” (E7).

Depois de prensados, os fardos são então levados para a fumageira por meio de caminhões contratados pela empresa integradora para a comercialização, última etapa do ciclo. Na empresa, ocorre à classificação do produto e, conseqüentemente, o valor é estipulado para cada fardo de tabaco. Todas as famílias entrevistadas produzem e comercializam a produção de tabaco por meio do sistema integrado.

A maior parte das famílias ainda vê na produção de tabaco a maior rentabilidade, mesmo, no caso das que possuem ou possuíram outra atividade produtiva concomitante. Sobre a questão, descreveu o entrevistado E8:

Sempre foi do fumo, tive aviário, mas não adianta, se disser, se é para trabalhar com outra coisa não adianta. Se não é o fumo, eu acho assim, para a agricultura... tem gente que está no leite, mas todos eles têm o fumo, porque se não é o fumo, acho que não vai ser fácil [...] porque, é o fumo a maior renda que tem. (E8).

Sobre a questão de ainda visualizar na produção de tabaco a maior renda, cabe retomar uma passagem do texto de Scott (1995), quando discorre a respeito do conceito de gênero e a necessidade de não se buscar origens únicas para uma questão, mas processos interconectados e que não podem ser separados. Apesar da separação de certos problemas para melhor estudá-los, deve-se ter sempre em mente os processos e questionar como as coisas se passaram, para descobrir por que se passaram e passam. Fazendo uma analogia com a produção de tabaco, é possível inferir que é a permanência dos/as produtores/as não possui uma causa única, mas fatores diversos em interconexão.

No que compreende a identificação de uma única causa, o estudo realizado por Castro e Monteiro (2016, p.797-798) é representativo da situação em relação à apropriação do trabalho pelos participantes da pesquisa realizada pelas autoras, que “[...] aparece como sendo a única possibilidade que vislumbra para a manutenção das famílias, parece não haver, para esses fumulcutores, alternativa que não seja trabalhar intensamente no plantio do tabaco.”

Dentre os diversos aspectos da produção de tabaco, é importante analisar o às dificuldades apontadas na produção. Grande parte das queixas apresentadas pelos/as participantes se refere ao custo da força de trabalho para a colheita, conforme explicitaram E2, E3, E9 e E13:

Custo de mão de obra. Mão de obra é o mais custoso para nós, é o mais difícil de conseguir, é o mais trabalhoso. Mão de obra, mão de obra é o pior para nós hoje no fumo. (E2).

Só a colheita, só a colheita, tinha que mecanizar. Assim, a gente depende muito da mão de obra, daí está difícil né. A mão de obra, ninguém mais quer trabalhar no sol. (E3).

Difícil é a hora de começar a colher [...] é que a gente depende hoje das empreiteiras que vem colher, daí [...]. (E9).

Como dificuldades na atividade da produção de tabaco foram citados problemas de saúde em decorrência da atividade, a distância em relação local de comercialização e classificação do produto, conforme evidenciaram E6, E7 e E9.

É, colher fumo, por causa da coluna. Daí eu não posso mais [...] Estou sentindo dor já, nos quadris. (E6).

[...] teve a comercialização em Santa Cruz, como é que eu vou sair daqui para ir para lá, em torno de 1.000 quilômetros, mais ou menos, ia dar isso aí. (E7).

É mais difícil assim, preparar a lenha, para secar, tem que cortar, daí tem que cortar, levar tudo e empilhar em casa e daí é mais [...]. (E9).

Ainda, sobre a dificuldade das condições climáticas, E4 aduziu que:

É... às vezes a gente tem dificuldades, a dificuldade mais é do clima [...] porque tu sabes que está tudo lá a céu aberto. Daí quem manda é o tempo. [...] a dificuldade maior é .... porque hoje você tem máquina, você tem esterco, você tem análise de solo, que tem que fazer análise do solo para ver, preparar o solo, então a dificuldade maior é no clima (E4).

Sobre as queixas em relação às condições climáticas, Castro e Monteiro (2016, p.799), apontam que:

Alguns fumicultores explicaram que sua ansiedade está relacionada à possibilidade da perda total ou parcial da safra, em decorrência de fatores climáticos e naturais, como chuvas de granizo ou às pragas do fumo, desencadeando o sofrimento dos produtores.

O/a participante da família seis (F6) citaram ainda, como dificuldades encontradas na produção de tabaco:

A minha maior dificuldade hoje, pelo que eu gosto de trabalhar na produção do fumo, é a leis que os governos anteriores fizeram. Essa aí é a dificuldade hoje que a gente enfrenta no cultivo do tabaco. [...] É que eu poderia pagar umas pessoas para me ajudar na colheita, daí pelas leis que fizeram eu evito de colocar um na minha propriedade. Então, ao invés de pagar mão de obra terceirizada, eu optei por esse secador de carga contínua, que diminui a mão de obra. (E12).

Sei lá, eu acho assim, sabe o que eu vou dizer, a dificuldade é que tem essas pessoas que querem acabar com o fumo, essa é a dificuldade, porque o fumo em si ele é bom de trabalhar. Se não fossem essas pessoas que querem acabar eu acho que não encontraria dificuldade nenhuma. Porque é assim, eu acho que cada um tem um meio para sobreviver, quem

trabalha com o fumo é um jeito, um meio para sobreviver, trabalhando com fumo. (E13).

Percebe-se que pode ocorrer o desconhecimento em relação à forma como legislações são produzidas. Na verdade, um dos problemas estaria na falta de políticas públicas governamentais efetivas para possibilitar a saída da produção do tabaco e não nas mudanças de legislação trabalhista, que só iria precarizar ainda mais a situação de alguns trabalhadores.

#### 4.4 HOMENS E MULHERES NA PRODUÇÃO DE TABACO: REVISITANDO ARGUMENTOS QUE JUSTIFICAM A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E DESIGUALDADES DE GÊNERO

No tópico anterior foram contextualizadas questões referentes à (re)organização do trabalho familiar na produção do tabaco, ciclos do processo produtivo e a dependência tecnológica. Na sequência da análise, é possível, a partir dos relatos dos/as participantes da pesquisa revisitar argumentos que justificam a divisão sexual do trabalho e a desigualdade de gênero na produção do tabaco. Importante lembrar, conforme aponta Scott (1995, p.89), que “o gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana.”

Desta forma, vamos observar ao longo das etapas da produção do tabaco, como é narrada a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero. Inicialmente, na etapa do canteiro, para a produção das mudas, o trabalho, geralmente, é realizado pelas mulheres. As sementes são colocadas nas bandejas por meio de uma pequena máquina de encaixe, os canteiros precisam ser cuidados diariamente após a semeadura, verificando-se o nível de água para flutuação das bandejas, abaixando e levantando o plástico da estrutura da cobertura etc. conforme explica a entrevistada 20 (E20): “[...] sim a gente faz tudo né. Cuida das mudas no canteiro, no tempo da “podação”, ajuda a podar, tapar elas, abrir canteiro, fechar canteiro, tudo isso aí. Tudo isso aí eu faço.”

O manejo do solo é realizado pelos homens, anteriormente ao transplante das mudas (com agrotóxicos para impedir o nascimento de ervas daninhas, adubo, ureia dentre outros), com auxílio de trator e implementos agrícolas. Após a etapa de

manejo do solo, é realizado o plantio das mudas, etapa feita por homens e mulheres. A muda então é “repicada”, ou seja, cortada ainda no canteiro, (etapa geralmente realizada pelas mulheres) para depois ser levada para a lavoura e plantada com uma máquina manual, conforme explicam os/as participantes E2, E12 e E13.

[...] nós começamos pelos canteiros, mês de março, tem a sementeira, depois, trinta, quarenta dias após tem o “repique”, que tem que dar uma ajeitadinha... e o transporte isso vai para mês de junho ali, sessenta dias após. (E2).

Hoje a gente já trabalha com sistema de canteiros, para fazer as mudas que é muito fácil de trabalhar [...] usa pouco agrotóxico já, mais é produto biológico. A água, ele controla sozinho, é um sistema muito bom que a S.C desenvolveu [...]. Depois, a muda fica ali em torno de 50 a 60 dias, muito fácil de cuidar hoje e diminuiu a mão de obra em 50%. Aí depois a gente prepara a terra, planta ele, mais três meses na lavoura, começa a colheita. Mais três meses de colheita. (E12).

[...] daí cada burquinho daquele cai uma sementinha, depois nasce. Aí a gente cuida das mudinhas [...] daí as mudinhas vão para a roça. Tem uma máquina para plantar, a gente planta, é manual no caso né. Uma vez era diferente, mas hoje tem uma máquina, a gente joga a mudinha ali dentro e planta. [...] depois de plantar o fumo, daí colher, cuidar. (E13).

Quanto ao desenvolvimento da lavoura, o tabaco é cultivado por cerca de três meses nos chamados “camaleões”, mochões que são feitos na lavoura pelos homens, com os tratores. A capação é a fase seguinte, quando é retirada a flor do tabaco, tal etapa é realizada geralmente pelas mulheres, pois é um trabalho repetitivo e exaustivo, um a um. Após a capação os produtores/as iniciam a colheita, que também dura em média três meses. A etapa da colheita é terceirizada por todas as famílias entrevistadas, momento em que são contratados trabalhadores e como visto, geralmente, são homens. Existe a necessidade de terceirização pelo fato de que as famílias são pequenas e pela exigência legal de trabalhadores/as adultos/as. O E19 sintetiza o ciclo da produção do tabaco:

Primeiramente mês de maio, por ali, final de abril, eles começam a preparar os canteiros, onde vão ser produzidas as mudas. Aí, feitas às mudas, nesse meio tempo, já tem que ir preparando o solo, fazendo os mochões, banhando. [...] para metade de junho, comezinho de julho, ir levando as mudas para a lavoura, daí planta. [...] vai fazendo os tratos culturais, carpindo e tal. Quando é em setembro começa a capar, tirar o pendão dele. E junto com isso, junto com a capação, já tem que começar a colheita também, finalzinho de setembro, começo de outubro, já começa a colheita que vai até final de dezembro, meados de janeiro por ali, a colheita. E aí, depois feita a colheita, vai curando, conforme vai colhendo vai torrando. [...] depois de feita a colheita, é separar, escolher e entregar (E19).

Assim que cada colheita é findada, inicia-se o processo de cura do tabaco, nas estufas. As estufas são de folha solta ou de grampo e, normalmente, carregadas por homens, enquanto as mulheres ficam incumbidas de encher os grampos, conforme já observado. A secagem é um trabalho que exige cerca de sete a oito dias, sendo que é necessário cuidar do fogo de dia e de noite. Após toda a produção ser colhida, curada/seca e guardada nos paióis os produtores/as iniciam a classificação e separação, a escolha do fumo seco, trabalho que é realizado nas varandas. Nessa etapa não há contratação de mão de obra, o processo de classificação e separação, geralmente, é realizado pelas mulheres por ser repetitivo cansativo e maçante, conforme explicam E4 e E5:

É... até não terminar a colheita, nós nunca classificamos, sempre armazenamos ele lá no paiol primeiro, para depois começar a classificação. (E4).

[...] às vezes, a gente até briga, porque eles, assim, os homens são mais nervosos, eles não gostam de ficar muito tempo parado ali embaixo da varanda. [...]. Então as mulheres têm que ficar aguentando ali o dia inteiro e eles sempre têm que dar uma fugidinha. (Risos). (E5).

Entre as famílias entrevistadas, apenas, os homens acompanham a classificação do tabaco nas fumageiras. De acordo com o já observado, muitas vezes não conseguem ir, por conta da distância, como no caso da empresa localizada em um município do Rio Grande do Sul. É uma etapa que as mulheres praticamente não participam, exceto uma das participantes (E9) que mencionou que já havia participado da etapa, mas, a viagem teve como objetivo o lazer. De acordo com as demais entrevistas, são os homens que acompanham a classificação do tabaco na fumageira, conforme se pode observar nas narrativas dos/as participantes E1, E9, E11, E16 e E19:

Vai o [marido]. Vai o menino, algumas vezes também, mas geralmente, mais é o [marido] (E1).

[...] geralmente é ele (marido). Ele dirige né. Eu... e aí sempre tem alguma coisa para fazer, a gente fica em casa. (Risos). (E11).

Vai, ele (marido) sempre vai junto. [...]. Não, porque daí eles sempre... eles vão bem cedo e eu estou tirando leite (E16).

Geralmente é o pai. O pai sempre acompanha toda "mandada". Ele acompanha junto. (E19)

A atuação na unidade familiar é diferente para homens e para mulheres. As mulheres trabalham na produção (seja de fumo, leite ou milho) e sempre acumulam o trabalho doméstico e de cuidado dos/as filhos/as, enquanto os homens trabalham nas atividades ligadas à produção e de maneira mecanizada, conforme explicou o E4:

[...] eu, o que eu faço mais é no fumo, bem dizer né. Porque assim, claro, a gente não tem outra atividade né, mas os bois, não sou eu que trato, as galinhas, não é eu que trato, o porco, não é eu que trato. Tudo quem trata é ela [...]. Então, eu fico mais é na atividade do fumo mesmo. (E4).

O acúmulo do trabalho doméstico por parte das mulheres pode ser observado nas narrativas das entrevistadas E11 e E20:

[...] A gente dar conta de casa e ir para a roça sempre, acompanhar ele, porque as roças são longe e aí eu tenho que deixar tudo em casa para eu poder ir embarcada. (E11).

É, é vaca, é fumo, é tudo [...] Casa, roupa, comida, é tudo comigo. (E20)

Em virtude do mencionado, Paulilo (2016, p.82) já explanava em seu texto que “os maridos não ajudam no trabalho de casa [...]”. Quando auxiliavam em alguma atividade, era trazendo água ou lenha. As mulheres não costumam criticar esse comportamento, pois acreditam que podiam conciliar mais facilmente (livre de horário) o trabalho doméstico e o da lavoura (PAULILO, 2016).

Paulilo (2016) explica que, no campesinato, não é fácil separar o trabalho produtivo do não produtivo, justamente, porque não há separação entre unidade familiar e de produção. Por exemplo, quando a mulher cria gado, porco, galinhas, pode fazê-lo para comer ou vender.

Em sua maioria, de acordo com as entrevistas, os participantes podem ser considerados os gestores da unidade familiar de produção. As narrativas dos entrevistados 2 e 12 são representativas do processo.

Sim, sim é eu dentro da propriedade, existe um carro chefe e eu posso dizer que eu sou um desses. [...]. Desde a colheita, plantio, cuidado das estufas no geral, assim, sempre, o que eu não posso fazer, mas eu tenho que estar sempre presente para ver o que está acontecendo. (E2).

(Risos). As minhas atividades é tudo, a responsabilidade, a maioria, é comigo. É cuidar da colheita, da cura do tabaco. Se acontece um problema, é eu que tenho que resolver, tudo essas coisas. (E12).

A respeito da questão, Paulilo (2016) expõe que o fator “sexo” age como um elemento discriminador na divisão social do trabalho e vem ocorrendo nas sociedades em geral, visto a divisão das atividades produtivas e domésticas, respectivamente, destinada a homens e a mulheres. Porém, segundo a autora, nota-se que o trabalho doméstico continua sendo associado a mulheres, mesmo quando elas passam a maior parte do tempo trabalhando fora de casa.

Além disso, outro ponto importante é que as mulheres entrevistadas tendem a observar seu trabalho na produção como “ajuda”, como um trabalho secundário, apesar de suas atividades serem sempre as não mecanizadas, conforme observamos nas narrativas de E3, E6 e E13:

Eu só não trabalho com o trator, preparar a terra, mas o resto eu faço tudo. (E3).

(Risos). É casa, é roça, é tudo né. (E6).

Daí eu fico colocando na estufa, ajudando ele quando vem da roça com o fumo. Eu vou lá ajudo, fico lá ajudando. Venho para casa, coloco a comida no fogão. E o dia da colheita, assim, chega à noite, eu caio no sofá e acordo meia noite. (Risos). (E9).

Tudo é ele que faz com o trator. Então, o trabalho de coisa de trator é tudo com ele, eu só ajudo [...] na verdade, eu sou uma ajudante dele. (E13).

[...] Daí, eu cuido dos canteiros, eu ajudo a enfardar, ajudo a amarrar. (E16).

Nos estudos que realizou, no âmbito da agricultura familiar, Paulilo (2016, p.31) observou que o trabalho das mulheres “[...] continua sendo visto como subsidiário ao do homem.” No caráter subsidiário, Louro (1997, p. 17) também aduz que, em boa parte, as atividades das mulheres geralmente são “representadas como secundárias, ‘de apoio’, de assessoria ou auxílio [...].” Há uma questão relacionada à diferenciação do trabalho produtivo considerado “trabalho leve” e “trabalho pesado”. O trabalho pesado está associado, geralmente, ao trabalho dos homens e o trabalho leve às mulheres. As narrativas das entrevistadas E6 e E11 trazem a diferenciação no que diz respeito à produção de tabaco:

É, pesado, assim, eu não consigo mais quase trabalhar. (E6).

É, quando tem que, assim, encostar uma zorra, que é mais pesado, a gente ajuda, mas eles que fazem mais força (risos). É o serviço mais pesado

assim, dirigir assim... passar um veneno na roça com o trator, daí eu não vou, é ele que faz. [...] aí é com ele. (E11).

É de fundamental importância aqui atentar para o fato de que, “para o fumicultor, ‘pesado’ é o trabalho que exige força física e é sempre feito por homens adultos” e o trabalho leve é atribuído a mulheres e crianças (PAULILO, 1987, p. 2-3). Porém, a distinção não é feita de forma simplista e nem ao acaso.

Na verdade, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe. (PAULILO, 1987, p.3).

Nesse sentido, a análise das informações apresentadas ao longo das entrevistas indica que as atividades produtivas desenvolvidas pelos homens, geralmente, são mecanizadas, enquanto as realizadas pelas mulheres exigem esforço físico e repetição, além do trabalho doméstico, como descreveu E20: “Duas vezes ao dia, tratar as vacas, tratar as ‘terneiradas’ e comida, isso aí é tudo eu que faço, e, além disso, eu faço o serviço da roça também.”

Sobre a participação em cursos/orientações sobre o cultivo do tabaco, 14 participantes da pesquisa afirmaram que já participaram (70%), enquanto seis declararam não ter participado (30%), dentre os quais 25% são mulheres. As narrativas das entrevistadas E5, E16 e E20 exemplificam a situação:

Não, isso aí é mais com o meu marido [...] eu já não sou assim de sair essas reuniões. (E5).

Não, geralmente é ele. (E16).

Ah, é difícil, às vezes, a gente vai essas reuniões que tem. Quase mais são eles que vão. (E20).

Os cursos/orientações sobre o cultivo do tabaco geralmente citados foram sobre o uso de agrotóxicos e administração/organização da propriedade. A participação em outros cursos voltados para o trabalho na agricultura não é comum. Dos/as 20 participantes, 16 não participam (80%), ou seja, apenas quatro relataram participar (20%), sendo três homens. O interesse das empresas fumageiras se

concentra em cursos voltados para a produção do tabaco e consequente manutenção dos/as produtores/as nessa atividade. Seguem as narrativas de entrevistados/as quando perguntados sobre a participação em outros cursos voltados para o trabalho na agricultura:

Só do fumo. (E6)

[...] Questão de utilização de agrotóxico, preparo do solo, volta e meia eles (Empresa Fumageira) estão fazendo reuniões aí. (E19).

D: Participa de outros cursos voltados para o trabalho na agricultura? Quais?

E: Não, não. (E20).

Ou seja, na produção de tabaco há uma divisão sexual do trabalho, em que as mulheres acumulam o trabalho produtivo, o trabalho doméstico, de cuidados de crianças e idosos, quando parte da família. Os homens se concentram na maior parte do ciclo de produção de tabaco com os trabalhos mecanizados (preparo da terra com trator, aplicação de agrotóxicos com trator, puxar o fumo da lavoura com trator, colocar o grampo de fumo já preenchido na estufa etc.), trabalho esse considerado “pesado”; enquanto, para as mulheres, são destinados os trabalhos chamados de “leve” (preparo e cuidados dos canteiros, cortes das mudas no canteiro, plantio do fumo, capação do tabaco com veneno em máquina costal, classificação/escolha do fumo seco nas varandas).

Percebe-se que a classificação de trabalho “leve” e “pesado” varia segundo o sexo do trabalhador, varia “pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar.” (PAULILO, 1987, p.7). Por fim, tendo em vista todos os aspectos apresentados analisados na categoria, cabe destacar e encerrar com o que adverte Paulilo (2016, p. 53): “[...] o problema das mulheres não é um problema só delas, mas sim das mulheres, dos homens e de toda a sociedade.”

#### 4.5 CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE SAÚDE DOS/AS AGRICULTORES/AS FAMILIARES: DA PENOSIDADE LABORAL E DE UM CICLO QUE NÃO SE CONCLUI AO FINAL DE SAFRA

No tópico anterior foram discutidas as questões referentes à divisão sexual do trabalho e desigualdades de gênero, no âmbito das unidades familiares de produção. Agora, são analisadas condições de trabalho e de saúde dos/as agricultores/as familiares, levando em consideração a penosidade laboral de um ciclo que não se finda ao final da safra.

Desta forma, quanto às condições de trabalho é de extrema relevância observar, o que apontam Riquinho e Hennington (2016, p.7): “Uma característica que todos concordam em relação ao trabalho no fumo é a exaustão que ele provoca. As famílias afirmam que é preciso trabalhar pelo menos umas 15 horas por dia.” Nesse sentido Castro e Monteiro (2016, p. 793), corroboram dizendo que “[...] o excesso de atividades e responsabilidades inviabilizam o repouso dos fumicultores.”

De igual modo, nesse sentido, Hartwig (2016) alerta que a produção do tabaco no Brasil se caracteriza pelo controle exercido pelas empresas integradoras/indústrias fumageiras, condições extremas de precarização do trabalho e exaustão. Não existem limites para a exploração desses trabalhadores/as, inclusive cabe atentar que a indústria se exime de todas as responsabilidades (saúde, previdência, infraestrutura para produção), o que também leva muitos/as trabalhadores/as ao endividamento.

A propósito das condições de trabalho, outros aspectos, apontados por Hartwig (2016), merecem destaque: a inexistência de autonomia por parte dos produtores/as (todas as etapas são controladas pelos orientadores agrícolas), o tipo de contrato firmado, em que nenhum direito trabalhista é garantido, e a falta tempo livre, visto que, em determinadas fases, os trabalhadores não podem se ausentar da propriedade. Tais condições de trabalho geram agravamentos à saúde dos/as produtores/as, conforme descreveu E6: “Mas vou, mesmo sofrendo, vou [...] É, colher fumo, por causa da coluna. Daí eu não posso mais [...] estou sentindo dor já, nos quadris.”.

Hartwig (2016) alertava que a saúde é um dos principais motivos para as famílias produtoras repensarem sobre cultivar ou não o tabaco. Trata-se de uma produção contraditória, pois, ao mesmo tempo em que garante renda às famílias, causa muitos danos à saúde, além de danos ambientais.

Na questão do manuseio de agrotóxicos, o Instituto Nacional do Câncer (INCA, 2021) adverte:

A exposição aguda e crônica aos agrotóxicos pode causar diversas doenças, como vários tipos de câncer, lesões hepáticas, lesões renais, distúrbios do sistema nervoso, esterilidade masculina, reações alérgicas, fibrose pulmonar irreversível, hiperglicemia, entre outras (INCA, 2021).<sup>18</sup>

É possível inferir que a exposição aos agrotóxicos é uma das formas de penosidade laboral que a produção do tabaco impõe aos/às produtores/as. No que diz respeito ao assunto, [Rodrigues, Stadler e Xavier \(2016\)](#) expõe que além da intoxicação nos corpos que trabalham com o tabaco, existe a “intoxicação ideológica” que interfere na visão de mundo dos/as produtores/as.

A manipulação de agrotóxicos na produção de fumo pode causar “intoxicação aguda e crônica, que se apresentam clinicamente por espasmos musculares, convulsões, náuseas, desmaios, vômitos, diarreia e dificuldade respiratória.” (CARGNIN et al., 2016, p.2). As autoras alertam para outro problema de saúde relacionado à intoxicação decorrente da absorção da nicotina pela pele durante o manuseio das folhas de tabaco, nomeada como Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT), que se intensifica durante o período de colheita com o contato das folhas com o corpo (absorção dérmica). (CARGNIN et. al, 2016).

Além disso, em relação à saúde, é importante destacar a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde (CQCT/OMS), que representa um instrumento de resposta dos 192 países membros da Assembleia Mundial da Saúde à crescente epidemia do tabagismo em todo mundo (INCA, 2021). Caracteriza-se como o primeiro tratado internacional de saúde pública da história da OMS. A convenção-quadro foi instituída em 2003 pela Assembleia Mundial da Saúde e a adesão do Brasil ocorreu no ano de 2005. A convenção foi considerada

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.inca.gov.br/observatorio-da-politica-nacional-de-controle-do-tabaco/fumicultura-e-saude>  
Data acesso: 31 mai.2021

um marco histórico na saúde pública mundial (INCA, 2021). Segue o objetivo da CQCT, previsto em seu artigo 3º:

Proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco. (INCA, 2015, p.10).

Já em seu artigo 4º, a Convenção-Quadro apresenta alguns princípios norteadores, que reforçam:

[...] o direito das pessoas à informação sobre a gravidade dos riscos decorrentes do consumo de tabaco; o direito de acesso aos mecanismos de prevenção à iniciação e de apoio para cessação de fumar; além da proteção de toda pessoa contra a exposição involuntária à fumaça do tabaco. (INCA, 2015, p.10).

As medidas centrais, estabelecidas pela Convenção, de maneira geral, apresentam dois aspectos: ações voltadas à redução da demanda apresentadas nos artigos 6º e 14 e ações voltadas para a redução da oferta, artigos 15 e 17. Segue de forma detalhada.

Medidas de redução de demanda:

- **Medidas relacionadas a preços e impostos para reduzir a demanda de tabaco.**
- **Medidas não relacionadas a preços para reduzir a demanda de tabaco:**
  - Proteção contra a exposição à fumaça do tabaco;
  - Regulamentação do conteúdo dos produtos de tabaco;
  - Regulamentação da divulgação das informações sobre os produtos de tabaco;
  - Embalagem e etiquetagem de produtos de tabaco;
  - Educação, comunicação, treinamento e conscientização do público.
  - Publicidade, promoção e patrocínio do tabaco;
  - Medidas de redução de demanda relativas à dependência e ao abandono do tabaco. (INCA, 2015, p.10). (grifos nossos).

Medidas de redução da oferta:

- **Medidas relativas à redução da oferta de tabaco:**
  - Comércio ilícito de produtos de tabaco;
  - Venda a menores de idade ou por eles;
  - Apoio a atividades alternativas economicamente viáveis. (INCA, 2015, p.11). (grifos nossos).

A Convenção-Quadro aborda temas como proteção ao meio ambiente, relacionadas à produção de tabaco, mecanismos institucionais e recursos financeiros para a sua execução, responsabilidade penal e civil da indústria do tabaco, cooperação científica e técnica, além da troca de informações entre os 192 Estados Membros (INCA, 2015). Determina, ainda, ações para o controle do tabaco, nas áreas de propaganda, publicidade, patrocínio, advertências sanitárias, tabagismo passivo, tratamento de tabagistas, comércio ilegal, preços e impostos. (INCA, 2021).

Tais ações se configuram essenciais tendo em vista que o tabagismo é considerado uma epidemia no mundo, com aproximadamente seis milhões de mortes anualmente, dentre essas cerca de 130 mil no Brasil, conforme apontou o estudo de Cargnin et al. (2016).

Diante do exposto sobre a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco e considerando os aspectos observados, no caso dos/as produtores/as, cabe destacar que a questão de que o ciclo do cultivo do tabaco não se conclui ao final da safra, como descrito pelos entrevistados/as E2, E9 e E18.

É, eu digo assim, que a rotina do fumo, é ano fechado, porque a gente começa a semeadura em março e acaba a venda da safra anterior em junho, então é um ciclo, o ano fechado, o ano inteiro, é um serviço contínuo aí, direto, tem suas folguinhas, aqueles meses mais apertados, mas, mais envolve o ano inteiro. (E2).

[...] é tudo continuado, a gente começa lá, tipo abril na semeadura e termina com a colheita lá para dezembro. (E9).

Eles disseram assim “Ahh, o fumo é quatro, cinco meses”, não! É o ano todo, porque tu começa em abril, tu começa a semear, em abril tu não terminou de escolher ele ainda, tu não terminaste de escolher tudo. (E18).

O estudo realizado por Castro e Monteiro (2016) corrobora com as narrativas, asseverando que a produção do tabaco é ininterrupta, compreendendo atividades o ano todo. Portanto, o estudo demonstra que consumo e produção de tabaco são prejudiciais à saúde humana. Os/as trabalhadores/as ficam expostos a riscos e sofrimentos durante todo o ciclo. É mister destacar ainda, a importância de políticas públicas voltadas aos/às produtores/as de tabaco, para que possam ser pensadas formas de diversificação rural, direitos à saúde, direitos trabalhistas e previdenciários

entre outros, os quais, infelizmente, não contemplam todos/as os/às trabalhadores/as rurais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão de literatura da dissertação demonstrou estudos importantes em relação à produção de tabaco, que discutem geralmente os malefícios que a produção traz para produtores/as, doenças causadas por seu consumo etc. Porém, quando se busca adentrar no campo do desenvolvimento socioeconômico de um município ou de uma região, como foco nas relações de trabalho e de gênero, é indispensável ir além das questões de saúde relacionadas ao tabaco.

Como visto, no município de Orleans, a produção do tabaco foi introduzida na década de 1960 por empresas fumageiras e era apresentada como uma espécie de “salvação” para os/as agricultores/as familiares. A produção do tabaco foi e ainda é vista por produtores/as como a única forma de obtenção de renda no meio rural. O município de Orleans possui uma produção significativa de tabaco, cerca de 30% das unidades familiares de produção e foi o segundo maior produtor dentre os municípios da AMREC, de acordo com os dados do Censo Agropecuário (2017).

Apesar de tentativas de migração para outras produções como o leite, pelas entrevistas realizadas, percebe-se que existem algumas dificuldades de ordens econômica e política, como, por exemplo, a compra de maquinários específicos para a mudança de produção, por meio de financiamentos com juros mais baixos. Não se trata de algo que dependa exclusivamente da vontade e iniciativa dos/as produtores/as. Cabe salientar a existência de problemáticas de ordem governamental, políticas públicas de incentivo, que ora são lançadas, implementadas e ora são suspensas, como é o caso do PRONAF, amplamente difundido nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que atualmente se encontra suspenso, com a justificada da pandemia COVID-19.

Foi importante destacar que as etapas da produção de tabaco na unidade familiar sofreram algumas mudanças ao longo dos anos, passando de um modelo mais manual, utilizando maior força de trabalho familiar para um processo mais mecanizado (utilização de tratores, implementos agrícolas, modelos de canteiros e estufas de secagem etc.) e com a utilização de agrotóxicos no solo que impedem o nascimento de ervas daninhas. As mudanças ocorreram para satisfazer cada vez mais as exigências das empresas fumageiras, que buscam maior qualidade do produto para exportação.

Porém, apesar de algumas mudanças ocorridas no ciclo produtivo do tabaco, a divisão sexual do trabalho continua. As mulheres permanecem, na maior parte do tempo, realizando em atividades manuais e repetitivas como, por exemplo, a preparação e cuidado das mudas nos canteiros, desbrotação, escolha da folha seca, acumulando com os afazeres domésticos e de cuidado. Os homens utilizam mais processos mecanizados, por meio da utilização do trator e os implementos agrícolas no preparo do solo, manuseio de agrotóxicos, adubo, ureia, pela gestão da unidade familiar e atuação no que diz respeito à comercialização do produto.

Nesse sentido, percebe-se a importância de estudos sobre a temática, de modo a contribuir como mola propulsora de alterações urgentes nos campos das desigualdades de gênero e de condições de trabalho, levando em conta o avanço do modelo capitalista de produção em contextos de produção agropecuária.

Ao longo da pesquisa, foi observado que as mulheres trabalham muito, tanto na produção do tabaco como nas atividades domésticas e de cuidado. E, apesar de trabalharem intensamente, encontram-se em uma condição de invisibilidade no ciclo do tabaco, percebidas e se percebendo como “ajudantes” dos homens na produção e na manutenção da unidade familiar.

A pesquisa evidenciou que a participação em cursos voltados ao cultivo do tabaco e ao trabalho na agricultura são realizados, em sua maioria, por homens. Como aludido, às mulheres são atribuídas funções como cuidar, limpar, cozinhar, organizar a casa, semear, grampear, desbrotar, escolher o tabaco.

É resultado de um processo histórico e cultural de origem patriarcal, no qual se produzem mulheres e homens, em que algumas normas de masculinidade e feminilidades são arraigadas desde a mais tenra idade, pela divisão binária. Tais normas colocam as mulheres em um lugar secundário, no âmbito doméstico e de cuidados de crianças e de idosos.

Sem dúvida, estudar as relações de gênero e de trabalho, a forma como são socialmente construídas, causa um grande sentimento de angústia e desejo por transformações, apesar de saber que mudanças culturais são lentas e progressivas. Este trabalho não possui a pretensão de eliminar desigualdades, porém possibilitou análises e reflexões significativas e centrais para a compreensão das relações de trabalho e de gênero, da divisão sexual do trabalho no âmbito da produção de tabaco, bem como das condições de saúde de trabalhadores/as.

Além disso, sua finalização suscita outras problemáticas de pesquisa, como por exemplo, propostas e formas de diversificação rural, a relação de dominação imposta pelos sistemas integrados de produção, os direitos trabalhistas e previdenciários dos/as trabalhadores/as rurais. Lembrando que estudos como esse também tem o objetivo de suscitar novas formas de pensar e viver.

Finalizamos a pesquisa, infelizmente ainda vivenciando a complexa situação da pandemia da COVID-19, mas com a satisfação de concluir mais uma etapa, sabendo que o caminho é longo e doloroso e exige de nós muito trabalho, resiliência e resistência, pois ser mulher, no Brasil, demanda luta, força, persistência e consciência de classe.

## REFERÊNCIAS

AFUBRA. **Associação dos Fumicultores do Brasil**. Disponível em: <https://afubra.com.br/afubra.html> Acesso em: 14 ago.2020.

ANATER. Agência Nacional de Assistência Técnica e extensão Rural. **Foto colheita do fumo**. [07 jun.2018]. Disponível em: [http://www.anater.org/ler\\_noticia.jsp?c=Ly8xNTUvLw](http://www.anater.org/ler_noticia.jsp?c=Ly8xNTUvLw) Acesso em: 19 ago.2020.

ARAÚJO, Luiz Augusto. **Tabaco**. In: Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2017-2018. Florianópolis: Epagri/Cepa, 2019. Disponível em: <http://webdoc.epagri.sc.gov.br/sintese.pdf> Acesso em: 31 jul. 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. v.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BORSTMANN, Renata da Silveira; PEREZ, Karine Vanessa. **Trabalho na safra, uma atividade feminina? Modos de subjetivação e relações de gênero na indústria fumageira**. VI Jornada de Pesquisa em Psicologia. Pesquisa e Tecnologia na Psicologia Atual. Anais da Jornada de Pesquisa. Universidade de Santa Cruz do Sul. (S/D). Disponível em: [https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornada\\_psicologia/article/view/17644/4522](https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornada_psicologia/article/view/17644/4522) Acesso em: 20 ago.2020.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm) Acesso em: 25 abr.2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb> Acesso em: 16 mai.2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Número de empregos formais por grandes setores (2019)**. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 15 jun.2021.

CANAL RURAL. Glossário da Produção Integrada do Tabaco. **Desponte**. Disponível

em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/confira-glossario-producao-integrada-tabaco-36894/> Acesso em: 5 jun.2021

CARGNIN, Marcia Casaril dos Santos et al. Cultura do tabaco versus saúde dos fumicultores. **Texto Contexto Enfermagem**, vol.25, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/7gVkvVMypMRWYM7SMMRrjL/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Houve%20associa%C3%A7%C3%A3o%20estatisticamente%20significativa%20entre,em%20sa%C3%BAde%20direcionadas%20aos%20fumicultores.> Acesso em: 4 jun.2021.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, v. 2, p. 09-88, mar. 2008. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/661/528> Acesso em: 20 jul.2020.

CASTRO, Laura Silva Peixoto de. MONTEIRO, Janine Kieling. Saúde no trabalho de fumicultores do RS: não adoce somente quem fuma, mas também quem planta. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, V.22, n.3, p.790-813, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v22n3/v22n3a15.pdf> Acesso em: 30.mai.2021.

CONCEIÇÃO SILVA, Delmira Santos da. **Aspectos da sustentabilidade de explorações fumageiras no centro-sul de Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe – UFSE. São Cristóvão, SE, p.120. 2019. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/11139/2/DELMIRA\\_SANTOS\\_CONCEICAO\\_SILVA.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/11139/2/DELMIRA_SANTOS_CONCEICAO_SILVA.pdf) Acesso em: 31 jul.2020.

CORRÊA, Ana Luíza Bacelo. **Utilização de equipamento de proteção individual: o entendimento do produtor**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais). Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2017. Disponível em: [http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3849/1/Dissertacao\\_Ana\\_Luiza\\_Bacelo\\_Correa.pdf](http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3849/1/Dissertacao_Ana_Luiza_Bacelo_Correa.pdf) Acesso em: 31 jul.2020.

DALL’ALBA, João Leonir. Colonos e Mineiros no Grande Orleans. Florianópolis: 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6ª Ed. – 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luís. **Pesquisa Qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GOOGLE MAPS. **Mapa de Orleans/SC**. Disponível em:  
<https://www.google.com/maps/place/Orleans+++SC/@-28.2795196,-49.6500698,10z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x95210930ab956ae7:0x15ca913dadf62686!8m2!3d-28.3586518!4d-49.2882068> Acesso em: 5 jun.2021.

GRISA, Cátia e SCHNEIDER, Sérgio. Três Gerações de Políticas Públicas para a agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba – SP, Vol. 52, Supl. I, p.S125 – S146, 2014. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WDSndRqMPtmf/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 29 mai.2021.

HARTWIG, Marisa. As relações de trabalho no sistema integrado de produção da indústria do fumo. 2016. 166 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em:  
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/175310/345492.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 ago. 2020.

HELENA, Hirata; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n. 132, p.595-609, set./dez., 2007. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/?lang=pt&format=pdf>  
Acesso em: 25 ago.2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: situação domiciliar. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/orleans/pesquisa/23/24304?detalhes=true>. Acesso em: 23 jul. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. **Definição de “Pessoa Ocupada”**. Disponível em:  
<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,-3,128,129&ind=4728>  
Acesso em: 23 jul.2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Educação. **Taxa de escolarização**. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/orleans/panorama> Acesso em: 31 mai.2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2017. Educação. **Notas do IDEB**. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/orleans/panorama> Acesso em: 31 mai.2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Economia. **IDHM dos municípios**. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/orleans/panorama> Acesso em: 31 mai.2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1991 – 2010. Índice de Desenvolvimento Humano. **IDH do município de Orleans**. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/orleans/pesquisa/37/30255?ano=1991&tipo=grafico> Acesso em: 31 mai. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estabelecimentos de Saúde SUS nos municípios da AMREC - 2019**. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/orleans/panorama> Acesso em: 31 mai.2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB per capita dos municípios da AMREC 2018**. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/orleans/panorama> Acesso em: 31 mai.2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Trabalho e rendimento. **Salário médio mensal dos trabalhadores formais 2018**. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/orleans/panorama> Acesso em: 31 mai.2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Salário Médio Mensal. **Salário médio mensal em Orleans/SC – (2007-2018)**. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/orleans/pesquisa/19/29765?tipo=grafico&indicador=29765> Acesso em: 31 mai.2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos**. Disponível em: IBGE. Disponível em:  
[https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html) Acesso em: 18 mai.2020.

IBGE CIDADES. **Panorama**. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/orleans/panorama> Acesso em: 04 dezembro 2020.

IMPrensa NEWS SUL. **Foto da divisão de classificação.** Data: 03/mar./2020. Disponível em: <https://impresanewssul.com.br/cidasc-inicia-classificacao-do-tabaco-da-safra-2019-2020-em-santa-catarina/> Acesso em: 19 ago. 2020.

INCA. Instituto Nacional do Câncer. Ministério da Saúde. **Fumicultura e saúde.** 2018. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/observatorio-da-politica-nacional-de-controle-do-tabaco/fumicultura-e-saude> Acesso em: 30 mai. 2021.

INCA. Instituto Nacional do Câncer. Ministério da Saúde. **Convenção-Quadro para Controle do Tabaco:** texto oficial. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco; coordenação de elaboração Tânia Maria Cavalcante. – 2. reimpr. – Rio de Janeiro: INCA, 2015. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//convencao-quadro-para-controle-do-tabaco-texto-oficial.pdf> Acesso em: 1 jun.2021.

INCA. Instituto Nacional do Câncer. Ministério da Saúde. **O que é a convenção-quadro para o controle do tabaco?** Disponível em: <https://www.inca.gov.br/en/node/1378>. Acesso em: 03 mai.2021.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Índices Básicos por municípios.** 2013. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/indices\\_basicos\\_2013\\_por\\_municipio.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf) Acesso em: 25/abr./2021.

LOTTIN, Jucely. **Orleans 2000:** História e desenvolvimento. Florianópolis: Elbert, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **A emergência do gênero.** In: LOURO, Guacira Lopes; Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v.45, p.71-79, 2014. Disponível em: [https://bnb.gov.br/documents/80223/205365/ren\\_2014\\_6\\_lauro\\_v2.pdf](https://bnb.gov.br/documents/80223/205365/ren_2014_6_lauro_v2.pdf) Acesso em:

30 mai.2021.

MEUCCI, Rodrigo Dalke et al. Limitação no trabalho por dor lombar em fumicultores do sul do Brasil. **Revista Brasileira Saúde Ocupacional**, v. 39, n. 129, p. 06-16. 2014. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rbso/a/LhgnJy6hWmDDB8hHywGV85r/?lang=pt#>

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. CFH/CCE/UFSC, v.8, n. 2, p.09-41, 2000. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/38460> Acesso em: 20 jul.2020.

NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, Miriam, SILIPRANDI, Emma, QUINTELA, Sandra, MENASCHE, Renata (Orgs.). **Gênero e Agricultura Familiar**. SOF, São Paulo, 1998. Disponível em:  
<http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/11/f1207relaes-de-genero-e-agricultura-familiar---miriam-nobre.pdf> Acesso em: 20 ago.2020.

NUNES, Everardo Duarte. Saúde Coletiva: história de uma ideia e de um conceito. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.3, n.2, p.5-21, 1994. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bTHWsnDCM3h9Fpj73YGS�gn/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 11 jul. 2020.

PAIM, J.S. 1992. La Salud Colectiva y los Desafios de la práctica. In: **Organización Panamericana de la Salud** (org.) 1992. La Crisis de la Salud Pública: Reflexiones para el Debate. Washington, DC, 1992. Disponível em:  
<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6169> Acesso em: 31 jul. 2020.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. Revista Ciência Hoje, [s.l.], n. 28, 1987. Disponível em:  
<https://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2020.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: EdUFSC, 2016.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PREFEITURA DE ORLEANS. Comunicação. **Foto de Robson Lunardi**. Zorra carregada de fumo na comunidade de Curral Falso, município de Orleans/SC – 30/out./2018. Disponível em: <https://www.sulinfoco.com.br/boa-safra-promete-quantidade-e-qualidade-de-fumo-em-orleans/> Acesso em: 19 ago. 2020.

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI, Arlindo; SILVA NETO, Antonio (Eds.). **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação**. São Paulo: Manole, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/RAYNAUT.%20Cap.2.%20Interdisciplinaridade\\_%20mundo%20contempor%C3%A2neo%20\(4\).pd](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/RAYNAUT.%20Cap.2.%20Interdisciplinaridade_%20mundo%20contempor%C3%A2neo%20(4).pd) Acesso em: 20 jun.2020.

RIQUINHO, Deise Lisboa. HENNINGTON, Élide Azevedo. Cultivo do tabaco no sul do Brasil: doença da folha verde e outros agravos à saúde. **Ciência e saúde coletiva** [online], vol.19, n.12, pp.4797-4808, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fjCKC4MyCZydpK7Sx4cvhcS/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 07 ago.2020.

RIQUINHO, Deise Lisboa. HENNINGTON, Élide Azevedo. Sistema integrado de produção do tabaco: saúde, trabalho e condições de vida de trabalhadores rurais no Sul do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, vol.32, n.12, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/RhFwsYSn5cKVgKLCkDZKYjq/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 07 ago.2020.

RODRIGUES, Alcir Humberto; STADLER, Suzelaine Taize; XAVIER, César Rey. A saúde e seus significados para famílias fumicultoras da região de Irati (PR): contingências e contradições. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40. n. 111, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2016.v40n111/220-229/pt>. Acesso em: 04 jun. 2021.

ROSA, Marcela Pereira. O fatalismo no trabalho camponês: da submissão às possibilidades de ruptura. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 32, e190747, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/gP6BthbRgTGMLSpR5gxHBkL/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 08 ago.2020.

SAFFIOTI, Heleieth. Conferência – O segundo sexo à luz das teorias feministas contemporâneas. In: BRITTO DA MOTTA, Alda; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia. (orgs.). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. Salvador: NEIM/UFBA, 2000. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/simone.pdf> Acesso em: 20 jul.2020.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, nº 11, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/jXr37zTQLpMWq5Gq7TpSCfd/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 20 jul.2020.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v.30, n.3, 2010. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rep/a/MWKqhnDFRzCww9DKsFWZZhv/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 20 jul.2020.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. e58051, 2020. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2020000100222&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000100222&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 out. 2020.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez.1995. Disponível em:  
<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> Acesso em: 20 jul.2020.

SILVA, Marineide Maria. **Trabalho, saúde e risco na fumicultura: um estudo de caso no município de Içara – SC**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1999. Disponível em:  
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/81242/170201.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 20 ago.2020.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, vol.30, n. 87, São Paulo, 2016. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 25 ago.2020.

SOUZA CRUZ. **Como trabalhamos**. Disponível em:  
[http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU\\_AG6LVH.nsf/vwPagesWebLive/DO9YAMC5?opendocument](http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_AG6LVH.nsf/vwPagesWebLive/DO9YAMC5?opendocument) Acesso em: 03 ago.2020.

SOUZA CRUZ. Portal do produtor Souza Cruz. **Foto canteiro de fumo sistema float**. Disponível em: <https://www.produtorsouzacruz.com.br/noticias/boa-safra-comeca-com-bom-canteiro> Acesso em: 19 ago.2020

SOUZA CRUZ. Portal do produtor Souza Cruz. **Foto fases da produção**. Disponível em: <https://www.produtorsouzacruz.com.br/sistema-integrado/fases-da-producao> Acesso em: 19 ago.2020.

SOUZA, Celso de Oliveira. **Orleans**: cem anos de história política. Orleans: Fundação Educacional Barriga Verde, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009a. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf> Acesso em: 25 ago.2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol. 17, nº 1, 2009b. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/308/304> Acesso em: 25 ago.2020.

WEISS, Carla. **As mudanças no ambiente institucional formal e o direcionamento da cadeia agroindustrial do tabaco no RS**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/163314/001024222.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 20 jul.2020.

**APÊNDICE(S)**

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **CARACTERIZAÇÃO DO/A ENTREVISTADO/A**

1. Comunidade de residência
2. Sexo
3. Naturalidade
4. Idade
5. Escolaridade
6. Estado civil
7. Composição familiar (residentes e não residentes na propriedade)

### **CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE**

1. Há quanto tempo reside nesse local?
2. Quantos hectares têm a propriedade rural?
3. Quais são as atividades produtivas desenvolvidas na unidade familiar?
4. Algum integrante da família desempenha atividades fora da unidade familiar?
5. Descreva como é sua propriedade (unidade de produção e local de moradia), (casa, paiol, galinheiros, chiqueiros, varandas, tobatas, implementos agrícolas etc).
6. Quais alimentos são produzidos para consumo da família?

### **CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE CULTIVO DO TABACO**

1. Há quantos anos plantam tabaco?
2. Quantidade de tabaco produzido por safra na unidade familiar, hectares plantados, quantos mil pés?
3. Quais são os ciclos da produção de tabaco?

4. Como a produção é comercializada? (sistema de integração, por exemplo)
5. Qual a representatividade da renda obtida pela produção de tabaco em relação às outras rendas da família?
6. Você identifica dificuldades na atividade de produção do tabaco? Quais?
7. Como você percebe a sua atuação na unidade familiar?
8. Participa de cursos/orientações sobre o processo de cultivo do tabaco? Quais?
9. Participa de outros cursos voltadas para o trabalho na agricultura? Quais?

## **RELAÇÕES DE TRABALHO**

1. Como é a rotina da produção de tabaco (da semeadura das mudas até a venda/comercialização)?
2. Quais atividades que você desempenha e quais responsabilidades?
3. São utilizados agrotóxicos na produção? Quais?
4. Como você aplica os agrotóxicos?
5. Você lê o receituário agrônomo?
6. Os equipamentos de proteção individual são utilizados?
7. Vocês contratam trabalhadores/as para a realização do trabalho na produção de tabaco? Para quais etapas? Como é realizada a contratação?
8. Como e quais processos de mecanização e tecnologias são utilizadas na produção (receberam orientação, treinamentos para aprender a produzir tabaco, quem participou)?

## **RELAÇÕES DE GÊNERO**

1. Quem participa da produção de tabaco?
2. Quais são os trabalhos (geralmente) desenvolvidos pelos homens na produção de tabaco (pai, filhos, outros familiares, contratados)?

3. Quais são os trabalhos (geralmente) desenvolvidos pelas mulheres na produção de tabaco (mães, filhas, outras mulheres da família, contratadas)?

4. Como é distribuída a renda no final da safra?

### **OUTRAS INFORMAÇÕES**

1. Você participa de outras atividades, além das desempenhadas na unidade familiar? (Igreja, sindicatos, grupos de jovens, clubes de mães, catequese, esporte...)

